

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LUCAS BRESOLIN DE OLIVEIRA

SAMUEL FAUST OLSEN

EXPRESSÕES PLURAIS E RETORNOS ECONÔMICOS AMPLIADOS:

Luz ao Parque, uma Pesquisa Aplicada

FLORIANÓPOLIS

2016

LUCAS BRESOLIN DE OLIVEIRA
SAMUEL FAUST OLSEN

EXPRESSÕES PLURAIS E RETORNOS ECONÔMICOS AMPLIADOS:
Luz ao Parque, uma Pesquisa Aplicada

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à disciplina CAD7305 - Laboratório de Gestão: Trabalho de Curso, do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Renê Birochi

FLORIANÓPOLIS
2016

LUCAS BRESOLIN DE OLIVEIRA
SAMUEL FAUST OLSEN

EXPRESSÕES PLURAIS E RETORNOS ECONÔMICOS AMPLIADOS:

Luz ao Parque, uma Pesquisa Aplicada

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Estágios e Monografias do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof^a. Evelize Welzel Dra.

Coordenadora de Monografias

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Renê Birochi
Universidade Federal de Santa Catarina

Membros:

Prof^a.: Taisa Dias, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a.: Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2016.

RESUMO

O surgimento de redes de confiança e reciprocidade entre comunidades favorece a formação de vínculos saudáveis a uma diversidade de fatores que permeiam os âmbitos, político, econômico e social. Considerando a afirmativa que se expõe, o presente trabalho visa investigar quais os resultados provenientes da participação por meio de laços colaborativos gerados pela ação Luz ao Parque para o ambiente empírico Parque da Luz. A pesquisa desenvolvida a partir da inserção da dupla de pesquisadores agentes entre os meses de agosto de 2014 e outubro de 2015 à ambiência do parque localizado na região central da cidade de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil), justifica-se principalmente pela percepção de forte desunião e insegurança da vizinhança do espaço, além do desconhecimento e aparente descaso de boa parte da população e do Estado sobre as potencialidades dispostas ali. O processo completo de construção do trabalho compreende análise descritiva explicativa de dois ciclos de pesquisa-ação que, por meio da correlação entre observações a nível empírico e encadeamento teórico convergente, embasou as intervenções realizadas. Como produto final de pesquisa, deu-se ênfase aos resultados observados durante a realização de dois eventos que propiciaram a ocupação, intervenção e readequação de pontos do espaço físico do local pelos participantes, além de ocasiões especiais, descritas no decorrer do trabalho. Os resultados obtidos foram analisados principalmente a partir da ótica de Capital Social, tornado esta, a temática de maior relevância do conteúdo teórico trazido na monografia. Considera-se que os esforços realizados neste trabalho colaboraram para o atual período de reaproximação e fortificação da sociedade civil organizada, a instituições Estatais e ao interesse da população, que juntos passam a articular novos projetos, de benefício para a área e comunidade, gerando chances expressivas de romper com a postura inerte e viciosa que sustentam a afirmação de que o referente procedimento de pesquisa-ação trouxe mudanças consideráveis a nível empírico, influenciando positivamente as instâncias das problemáticas percebidas.

Palavras-chave: Socioeconomia. Desenvolvimento Local. Capital Social.

ABSTRACT

The emergence of networks of trust and reciprocity between communities favors the formation of healthy bonds to a variety of factors that permeate the fields, political, economic and social. Considering the statement that is exposed, the present study aims to investigate what results from the participation through collaborative ties generated by the action of “Luz ao Parque” for the empirical environment Parque da Luz. The research developed from the integration of two researchers agents between the months of August 2014 and October 2015 in the park ambience located in central part of the Florianópolis city (Santa Catarina, Brazil), is justified mainly by the perception of strong disunity and insecurity from the vicinity of space beyond the ignorance and apparent disregard of much of the population and the state of the willing there potentials. The complete process of work construction comprises explanatory descriptive analysis of two cycles of action research that, through the correlation between the empirical observations and convergent theoretical level chaining, underwrote the interventions. As a final research product, there was emphasis on the results observed during the course of two events which led to the occupation, intervention and re-fitting points of the physical space of the site by the participants, and special occasions, described in this work. The results were analyzed mainly from the perspective of capital, made this the theme of greater relevance of the theoretical content brought in the monograph. It is considered that the efforts made in this work contributed to the current rapprochement period and strengthening of civil society organizations, the State institutions and the population of interest, which together pass articulate new projects of benefit to the area and community, generating chances expressive of breaking the vicious inert posture and supporting the assertion that the procedure concerning the action research has brought considerable changes to the empirical level, positively influencing the instances of perceived problems.

Key-words: Socioeconomics. Local Development. Social Capital.

RESUMEN

La aparición de redes de confianza y reciprocidad entre las comunidades favorece la formación de enlaces saludables a una variedad de factores que impregnan los campos, políticos, económicos y sociales. Teniendo en cuenta la declaración que está expuesto, el presente estudio tiene como objetivo investigar lo que resulta de la participación a través de los lazos de colaboración generados por la acción de “Luz ao Parque” para el medio ambiente empírico Parque da Luz. La investigación desarrollada a partir de la integración de los dos agentes investigadores entre los meses de agosto de 2014 y octubre 2015 el ambiente del parque ubicado en la ciudad central de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil), se justifica principalmente por la percepción de una fuerte falta de unidad y la inseguridad de las proximidades del espacio más allá de la ignorancia y aparente desconocimiento de gran parte de la población y el estado de los dispuestos allí potencialidades. El proceso completo de construcción obra comprende análisis descriptivo explicativo de dos ciclos de investigación-acción que, a través de la correlación entre las observaciones empíricas y convergente encadenamiento nivel teórico, suscribieron las intervenciones. Como producto final de la investigación, hubo énfasis en los resultados observados en el curso de dos acontecimientos que condujeron a la ocupación, la intervención y re-ajuste puntos del espacio físico del sitio por los participantes, y las ocasiones especiales, que se describe en este trabajo. Los resultados se analizaron principalmente desde la perspectiva del capital, hicieron de este el tema de mayor relevancia de los contenidos teóricos traído en la monografía. Se considera que los esfuerzos realizados en este trabajo contribuyeron a la época actual acercamiento y fortalecimiento de las organizaciones de la sociedad civil, las instituciones del Estado y la población de interés, que en conjunto pasan articular nuevos proyectos de beneficio para la zona y la comunidad, oportunidades de generación expresiva de romper la postura inerte vicioso y el apoyo a la afirmación de que el procedimiento relativo a la investigación-acción ha traído cambios considerables a nivel empírico, influyendo positivamente en los casos de problemas percibidos.

Palabras-clave: Socioeconomía. Desarrollo Local. Capital Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Paradigma Paraeconômico.....	30
Figura 2 - Caracterização de Pesquisa.....	46
Figura 3 - Espiral da Pesquisa-Ação.....	50
Figura 4 - Linha do Tempo da Pesquisa.....	55
Figura 5 - Contexto Urbano do Parque da Luz.....	57
Figura 6 - Contexto Periférico do Parque da Luz.....	58
Figura 7 - Projetos Musicando e Luz ao Parque e a Casa da Criança.....	64
Figura 8 - Participação em Programa na Rádio CBN.....	67
Figura 9 - Evento Luz ao Parque no Facebook (2014).....	68
Figura 10 - Muro Limítrofe do Parque da Luz (2014).....	69
Figura 11 - Infraestrutura do Evento.....	70
Figura 12 - Atividades com as Crianças.....	71
Figura 13 - Arte no Espaço Urbano.....	71
Figura 14 - Desenhos, Pinturas e Fotografias.....	72
Figura 15 - Encontro Musical (2014).....	73
Figura 16 - Mobilização para Limpeza.....	74
Figura 17 - Sorteio de Violão.....	74
Figura 18 - Arte Coletiva (2014).....	78
Figura 19 - Luz ao Parque nas Redes Sociais (vídeo).....	80
Figura 20 - Semana da Conscientização do Meio Ambiente e Programação.....	85
Figura 21 - Evento Luz ao Parque no Facebook (2015).....	87
Figura 22 - Diversão e Lazer.....	89
Figura 23 - Atividades e Exposições Municipais.....	90
Figura 24 - Integração e Permanência.....	90
Figura 25 - Encontro Musical (2015).....	91
Figura 26 - Público Plural.....	91
Figura 27 - Movimento Hortas Urbanas Comunitárias.....	92
Figura 28 - Apresentação de Cães.....	93
Figura 29 - "Parcão".....	93
Figura 30 - Exposições de Arte Local.....	94
Figura 31 - Encontro Musical (2015).....	94
Figura 32 - Arte Coletiva (2015).....	98
Figura 33 - Arte Coletiva para Horta Luz.....	98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2. OBJETIVOS	14
1.2.1. Objetivo Geral	14
1.2.2. Objetivos Específicos	14
1.3. JUSTIFICATIVAS	15
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1. SOCIEDADE CIVIL E DELINEAMENTOS	18
2.1.1. Efeito Perverso e Visão Positiva	20
2.1.2. Expressões Plurais	24
2.2. ECONOMIA AMPLIADA	27
2.2.1. Paradigma Paraeconômico	29
2.2.2. Inovações Sociais	34
2.3. RELAÇÕES DE GANHOS MÚTUOS (CAPITAL SOCIAL)	38
2.3.1. Capital Social em Quatro Dimensões	39
2.3.2. Chave Contemporânea	44
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA	46
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	46
3.1.1. Classificação da Pesquisa Quanto à Natureza	47
3.1.2. Classificação da Pesquisa Quanto à Lógica	47
3.1.3. Classificação da Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema	48
3.1.4. Classificação da Pesquisa Quanto aos Objetivos	48
3.1.5. Estratégia de Pesquisa	48
3.1.5.1. Implementação da Pesquisa-Ação	51
3.1.6. Instrumentos e Técnicas de Coletas, Análise e Interpretação	52
3.2. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	54
4. ANÁLISE	55
4.1. LUZ AO PARQUE - 06/12/2014	56
4.1.1. Diagnóstico	61
4.1.2. Planejamento	63
4.1.3. Tomada de Ação	69

4.1.4. Avaliação	75
4.2. LUZ AO PARQUE - 31/05/2015	81
4.2.1. Diagnóstico	82
4.2.2. Planejamento.....	85
4.2.3. Tomada de Ação	88
4.2.4. Avaliação	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	109
ANEXOS.....	110
ANEXO A - Autorização Fonte Sonora - 06/12/2015	110
ANEXO B - Autorização Fonte Sonora - 06/12/2015 - 2ª página.....	111
ANEXO C - Evento Luz ao Parque - 06/12/2014	112
ANEXO D - Recibo Doação à Casa da Criança.....	113
ANEXO E - Declaração - Laboratório De Gestão: Organizações Da Sociedade Civil	114
ANEXO F - Evento Luz ao Parque - 31/05/2015.....	115
ANEXO G - Autorização Fonte Sonora - 31/05/2015	116
ANEXO H - Autorização Fonte Sonora - 31/05/2015 - 2ª página	117

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, inicialmente se apresenta a contextualização da pesquisa, onde são introduzidas e correlacionadas as temáticas de aprofundamento teórico e as percepções adquiridas sobre espaço empírico de análise. Na sequência, estão colocados: objetivo geral e objetivos específicos, além das justificativas referentes à realização da presente monografia. Por último, descreve-se a estrutura utilizada na construção de cada um dos capítulos componentes do presente trabalho.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As relações sociais, além de uma ferramenta vantajosa para o desenvolvimento humano, representam uma necessidade intrínseca do indivíduo. O homem encontra na vida em grupo sua razão de ser, potencializa as ações construtivas do pensamento social que move interesses, apetites e meios de viabilizar a sustentabilidade para que entre dois bens se escolha o maior, e entre dois males, o menor (SPINOZA, 2007). “Disso se segue que os homens que se regem pela razão, isto é, os homens que buscam, sob a condução da razão, o que lhes é útil, nada apetecem para si que não desejam para os outros e são, por isso, justos, confiáveis e leais” (SPINOZA, 2007, p.289).

Considerando o exposto como uma utopia, um ideal, atenta-se aqui às manifestações contrárias a tal razão, que também compõem a realidade da vida em grupo. Dentre estas, a licenciosidade¹ se apresenta como um extremo oposto, uma contrarrazão, que se estabelece nas mais variadas formas de relacionamento. E ainda que os homens se governem em tudo, estabelecendo contratos, leis, cargos, etc., tais regulações não são suficientes para frear a ação daqueles que desconsideram a condição do próximo (SPINOZA, 2007).

Essa configuração engendra tensões na intimidade da estrutura social materializando assim um cenário paradoxalmente opulento e rico em antagonismos nas relações. Desta forma, parece ocorrer com frequência situações onde, embora se tenha recursos e meios, há grande desigualdade, e não obstante certa impotência refreia a ação. Assim, é curiosa a formação de um antagonismo subsequente, onde apesar da aparente liberdade gozada hoje, em que preocupações a nível pessoal fazem-se muito

¹ Licencioso: Que usa de excessiva licença; indisciplinado, desregrado (FERREIRA, 1986, p.1029).

presentes, nunca se viu tamanha inércia às questões de caráter público (ANDION; SERVA, 2004).

Bauman (2000) acredita que tal estagnação não se altere facilmente devido a soma de fatores que culmina em experiências de incerteza, insegurança e falta de garantia simultaneamente (*Unsicherheit*²). Na visão do autor, pessoas que se sentem inseguras, preocupadas com o que lhes reserva o futuro e temem pela própria incolumidade³ não estão aptas a assumir os riscos que a ação coletiva exige. “Falta-lhes coragem de ousar e tempo para imaginar formas alternativas de convívio” (BAUMAN, 2000, p. 13).

A construção da postura inerte que parasita o ambiente social, obviamente não é concebida por acasos, mas sim por um contexto que possui em seu cerne, a execução de um projeto político onde a individualidade em detrimento do coletivo se alimenta a partir de uma sociedade guiada quase que exclusivamente pelo enclave do mercado⁴ (ANDION; SERVA, 2004; RAMOS, 1989; DAGNINO, 2004).

No que tange a conjuntura vivenciada na atualidade, acredita-se que, por menos provável que seja o alcance de uma sociedade composta de cidadãos totalmente governados pela razão⁵, o que se presencia ainda é passível de mudanças. E para tais, é preciso repensar as relações coletivas, arquitetar novas formas de convivência mais misericordiosas, que contemplem mais a humanidade de cada sujeito. Modelos de desenvolvimento mais integrados à ideia de retornos ampliados, trazidos aqui sob a perspectiva da paraeconomia⁶ aliada a inovações sociais, tão logo, consistem em implementações aptas a concepção de ganhos que vão além da ideia economicista, que deem à população a oportunidade de exercer cidadania, onde o indivíduo passe de espectador a agente em favor da construção do bem comum (SANTOS, 2014).

Caminhos alternativos, norteados por abordagens não hegemônicas, de viés não economicista, representam uma opção para uma considerável mudança benéfica no mundo para gerações futuras. O florescer desses novos ares pode se dar a partir participação do cidadão, seja fazendo parte de uma organização social ou como membro

² De acordo com a definição de Bauman (2000), termo alemão que funde as experiências de incerteza, insegurança e falta de garantia em uma única palavra.

³ Incólume: Livre de perigo; são e salvo; intato, ileso (FERREIRA, 1986, p.931).

⁴ Descrevendo a teoria da delimitação dos sistemas sociais, Guerreiro Ramos (1989) afirma que os campos da administração, ciência política e economia são unidimensionais, visto que estes consideram o mercado como principal categoria de ordenação dos negócios pessoais e sociais.

⁵ Razão no sentido definido anteriormente, a partir do pensamento de Espinoza (2007, p.289).

⁶ Modelo multicêntrico teorizado por Guerreiro Ramos (1989) que além do mercado, considera outros enclaves para formação de uma estrutura social mais conveniente à qualidade de vida do cidadão.

atuante de comunidade local, onde ações organizadas auxiliam serviços e espaços públicos a se desenvolverem, confrontando questões a nível individual em busca da formação de um sentido comum (SALM; MENEGASSO, 2010). Nisso a sociedade civil se caracteriza como a esfera política capaz de erguer pontes entre público e privado, individual e coletivo, para a manifestação de todas as instâncias de modificação das relações de dominação vigente (ANDION; SERVA 2004, BAUMAN, 2000; SANTOS, 2014).

O presente trabalho acadêmico é reflexo da ânsia de enxergar na prática alterações que convergem para o alcance de um sistema mais humano das relações sociais. E para tal, esse objetivo não pode ser alcançado sem desafiar o *status quo*. Por meio de um campo empírico de ação, onde há direta influência, desde sua fundação até os dias de hoje, do que contextualmente se abordou, este trabalho se materializa sustentando que a ciência social deve ter um papel importante na geração de alternativas libertadoras (ARGYRIS; PUTNAM; SMITH, 1987).

O Parque da Luz, Área Verde de Lazer (AVL)⁷ localizado no centro da cidade de Florianópolis (SC), surgiu da ação e consequente mobilização da comunidade e meio político, intermediadas pela organização comunitária inicialmente denominada Vidarte⁸. Em meados dos anos de 1980, o movimento liderado pela figura do então Professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Etienne Luiz Silva, enxergou na área que já abrigou o antigo cemitério de Desterro, em frente à ponte Hercílio Luz, cartão postal do município, a possibilidade de se estabelecer um espaço de valor histórico, paisagístico e cultural para a capital catarinense (MARTINS, 2013; SILVA, 2008).

O espaço de mais de três hectares que até então era propriedade da COMCAP⁹, consistia em uma paisagem composta pelo acúmulo de lixo e barro, que nada trazia à região e ameaçava a condição higiênico-sanitária da localidade. Havia forte preocupação do entorno com as implicações trazidas pela condição do lugar, que consequentemente desfavorecia a condição urbana da cidade.

⁷ Área Verde de Lazer (AVL) - São os espaços urbanos ao ar livre de uso e domínio público que se destinam à prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando seja possível a criação ou a preservação da cobertura vegetal (BRASIL, 2014).

⁸ Entidade criada, sem registro oficial, que defendia o patrimônio público, cultural e ambiental da cidade de Florianópolis (SILVA, 2008).

⁹ Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) é a empresa de economia mista responsável pela coleta de lixo na cidade de Florianópolis.

Os entornos da ponte Hercílio Luz sempre foram altamente visados pela construção civil devido ao valor econômico atribuído ao local. Mas, por meio da mobilização e manifestação da sociedade civil, com o plantio de árvores, mutirões de limpeza, realização de eventos culturais e recorrentes negociações com o setor público, deu-se início a um processo de reversão das pressões hegemônicas do capital, em meados dos anos de 1980. Concebe-se então o maior parque do centro de Florianópolis, que representa também uma das maiores iniciativas da comunidade na defesa e criação de uma área de uso comum (MARTINS, 2013).

O movimento, integrado por residentes de localidades diversas do município, ganhou força excepcional durante a transformação do antigo depósito de lixo em parque. Após o atingimento dos objetivos então prioritários da sociedade civil envolvida na estabilização do espaço como parque, houve uma diminuição gradativa das tensões que eram geradas da dicotomia de interesses entre mercado e comunidade. Muito embora a implementação do projeto comunitário tenha sido concluída com êxito, era sabido por parte dos ativistas que as empreitadas a favor da especulação imobiliária e da utilização da área para outros fins não se sanaria.

No que segue, no dia 13 de maio de 1986 foi fundada a Associação dos Amigos do Parque da Luz (AAPLuz)¹⁰, organização de fim social que surge com o objetivo de salvaguardar e participar ativamente de tudo aquilo que se refere ao desenvolvimento do parque como AVL. A organização que nos seus quase trinta anos de existência realizou trabalhos importantes na manutenção e valorização da localidade, atualmente passa por uma série de problemas gerenciais. Dentre estes, percebem-se defasagens desde processo de comunicação entre o grupo e a comunidade, à captação de recursos mínima para exercer suas atividades.

Tão mais preponderante à questão dos problemas internos da organização, é o fato de que o engajamento comunitário obtido na construção do lugar não está mais, de maneira geral, presente na conduta coletiva, visto que a utilização dos espaços públicos pela população florianopolitana não é prática comum.

Não se vislumbra o advento do Parque como um possível ponto de encontro, além de não se ver na arte do encontro seus possíveis benefícios. O que na prática se insiste é a ideia de que ali se estabelece um local repleto de perigos, onde não há o que se fazer a não ser esperar soluções vindas de terceiros.

¹⁰ AAPLuz é a sigla utilizada para se referir à Associação Amigos do Parque da Luz.

Com relação ao que se coloca, a esfera pública no passar dos anos demonstrou pouco ou nenhum interesse em sustentar o parque e suas condições para uso comum. Ao contrário disto, permitiu a ação do mercado nas imediações, na construção de edifícios dentro de áreas públicas que já foram de pertencentes ao perímetro do parque. Assim exemplifica-se certa cumplicidade entre estado e mercado.

O arranjo que se estabelece demonstra a passividade de muitos, que provavelmente esteja pautada na miopia do cidadão¹¹, ou no total desconhecimento do que se pode usufruir das relações de convívio em que o parque, pode muito bem servir de palco. Já na relação entre estado e privado neste, não é possível crer em uma cegueira, e sim em uma convivência em que a licenciosidade expressa anteriormente tende a aparecer a favor das questões monetárias.

Uma possível solução para alternar o fatídico cenário pode se concretizar por meio da participação e da cooperação de atores na aplicação de conhecimentos que pormenorizam novas formas de atuação cívica. As inovações sociais assim surgem como formas de se buscar alternativas viáveis de ação social para o futuro da sociedade humana (BIGNETTI, 2011).

Ao que se configura, para o atingimento dos objetivos a priori destas formas plurais de organização da sociedade civil, é inevitável a necessidade da harmonia nas relações de ligação entre os agentes. Pois, o resultado obtido das conexões, ou seja, do relacionamento entre as partes, podem ser tão importantes quanto as próprias partes (MARINGONI, 2008).

As redes que estabelecem relações de correspondência mútua só podem ser eficientes por intermédio da confiança que emerge das normas de reciprocidade e do compromisso cidadão. Neste sentido, o capital social emerge como recursos intangíveis, todavia fundamentais para formação dos relacionamentos cívicos que favoreçam a formação do bem comum, atendendo necessidades e desejos das populações, com equilíbrio ambiental e enriquecimento da sociabilidade (PUTNAM, 2002; SANTOS, 2014).

Compartilha-se de uma visão otimista do futuro das relações humanas, todavia não se acredita que um avanço nas condições conviviais seja atingido sem a mudança de postura consciente. A incerteza, insegurança e falta de garantia devem sucumbir frente à ação participativa daqueles que no próximo se enxergam e, portanto o consideram.

¹¹ Que, ou aquele que habita a cidade (FERREIRA, 1986, p.413).

Foi procurando conscientizar as pessoas da força da coletividade para a emancipação dos sujeitos e o papel que um espaço de todos e para todos tem neste processo, que se interferiu nos espaços, físico (o parque) e político (AAPLuz), que permeiam o Parque da Luz. A soma das constatações provenientes tanto do período de pesquisa quanto anteriores a este, aliadas a necessidade de ações convergentes ao levantado, culminaram na realização de dois eventos aqui intitulados como Luz ao Parque, realizados entre os anos de 2014 e 2015. Faz-se válido ressaltar, que estes foram os pontos-chave de análise, que por meio de diferentes percepções adquiridas durante o processo de pesquisa, configuraram-se a partir da consideração de algumas particularidades percebidas, que estarão descritas no decorrer da monografia.

Considerando isso, o presente trabalho consiste em proporcionar uma reflexão apoiada no referencial teórico em torno do tema capital social. Para tanto, será utilizado como objeto de estudo o Parque da Luz, a fim de investigar através de uma pesquisa-ação, respostas à seguinte pergunta: quais os resultados provenientes da participação por meio de laços colaborativos gerados pela ação Luz ao Parque para o local público em questão?

1.2. OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa estão determinados para saber o que se pretende alcançar com esta pesquisa.

1.2.1. *Objetivo Geral*

Concebendo a problemática que orienta este estudo, o presente trabalho objetiva investigar por meio de uma pesquisa-ação, quais são os resultados das ações executadas provenientes da participação por meio de laços colaborativos (capital social) gerados pela ação Luz ao Parque para o local público Parque da Luz no período de agosto de 2014 a outubro de 2015.

1.2.2. *Objetivos Específicos*

- a) Realizar uma revisão teórica visando fundamentar e correlacionar a contextualização com a ação de pesquisa;

- b) Descrever as intervenções a nível prático de acordo com o ambiente empírico;
- c) Analisar os resultados das ações executadas tendo em vista o contexto percebido.

1.3. JUSTIFICATIVAS

Com fundamento na literatura e teorias consideradas importantes para sustentar as ações expressadas neste trabalho de conclusão de curso, apresentar-se-á uma *weltanschauung*¹² formada pelo viver de anos dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), somada à vivência além do meio acadêmico.

Sendo privilégio de poucos estudar em uma instituição pública como a UFSC, financiada pelo Governo Federal, o presente trabalho concretiza-se a partir de esforço e compromisso visando retorno para a sociedade.

Durante o período de graduação escuta-se, com frequência, que os estudantes não visualizam a prática do que é teorizado durante as aulas. Coloquialmente fala-se: "É muita teoria e pouca prática". O presente trabalho deseja demonstrar uma realidade contrária.

Pretende-se, também, compartilhar a visão de mundo dos autores, que por meio das ações coletivas realizadas, surge a temática de Capital Social. A pesquisa aplicada emerge frente aos problemas vivenciados e da vontade de impactar positivamente um espaço que é de todos.

O interesse e engajamento dos cidadãos florianopolitanos pelo estabelecimento áreas de uso comum vêm aparentemente crescendo. Concomitante ao período referente às intervenções deste trabalho a exemplo, um movimento similar ao de início do Parque da Luz vem acontecendo em outro ponto do centro da cidade. O grupo Ponta do Coral 100% Pública¹³ vem articulando mobilizações para embargar a construção de um empreendimento de setor hoteleiro de alto luxo em prol da concretização de uma nova área de parque público. As ações realizadas tem repercutido de maneira positiva no que diz respeito à união das pessoas em prol de causas e também no envolvimento do cidadão em questões de benefício público. Questões como esta, já valida é ideia de que

¹² Termo em alemão que se refere ao conjunto ordenado de valores, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, a respeito da época ou do mundo em que se vive.

¹³ Movimento social que luta pelo estabelecimento do Parque Cultural das Três Pontas na localidade conhecida com Ponta do Coral, na cidade de Florianópolis. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: <https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com>

o momento se faz oportuno para as metas e apelos aqui propostos e mostra-se compatível com as necessidades atuais de conhecimentos e soluções alternativas dos problemas identificados.

O Parque da Luz foi o local escolhido pelos autores, colegas desde a infância crescidos próximos do local. Já na graduação, por compartilhar de valores convergentes, buscaram utilizar de forma construtiva o local público, próximo de suas residências. As circunstâncias moldaram o projeto conforme segue.

A justificativa do presente trabalho decorreu da vontade de atuar em algo tangível e representativo, como o ambiente empírico em questão, para demonstrar que é possível transformar, mesmo que de maneira tímida, a realidade que nos cerca a partir de relações de reciprocidade. Assim Luz ao Parque se estabelece como ação coletiva e prática desta pesquisa.

Outro ponto de grande incentivo a ser colocado para a realização desta monografia consiste na exploração do ato gerencial de forma alternativa. É senso comum entre os pesquisadores de que a Administração é um campo de grande aplicabilidade e vai além do senso comum de atribuição. Percebe-se a tendência de se levar as ciências da administração a um campo meramente voltado a organização-empresa, que acaba por ofuscar a real abrangência e importância da função do Administrador para toda a sociedade. Sendo assim, espera-se que haja uma expansão da ideia de função do gestor dentro da sociedade e que este tenha uma postura mais ativa e uma visão mais crítica do entorno, chamado sociedade. Espera-se que o presente estudo possibilite juntar antigas e novas perspectivas, de forma a comparar e assim compreender as mudanças que se estão vivendo.

A ideia Luz ao Parque surgiu na disciplina "Administração de Projetos (CAD 7231)" no segundo semestre do ano de 2014 estimulou buscar o entendimento sobre vida em sociedade, utilização de espaços públicos, organizações da sociedade civil, Estado, participação, cidadania, realização de eventos, conhecimentos de causas e movimentos sociais, poder de ação, etc., onde a finalização deste trabalho de conclusão de curso culminou também no encerramento daquilo que vem a ser o Projeto Luz ao Parque.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa foi estruturada em cinco capítulos a fim de contextualizar para então trazer visões chave sobre sociedade e diferentes formas organizações para elucidar o leitor sobre questões concebidas na ação da pesquisa, para então avaliar os impactos provenientes da iniciativa Luz ao Parque para a praça pública em questão.

Até o presente momento, contextualizou-se Parque da Luz, Associação e ação de pesquisa, de forma que tal embasamento se faz necessário para a compreensão do capítulo subsequente.

Considerando o exposto, o capítulo segundo traz uma revisão de literatura buscando permitir familiarização, em um primeiro momento, sobre o tema que envolve sociedade civil e delineamentos, fundamentando o que se concebe como realidade percebida do campo empírico. Na sequência, a fim de embasar o norteamento das ações e análise, foram trazidos, respectivamente: o modelo paraeconômico, o tema de inovações sociais com o fechamento na temática de capital social, fenômeno de maior relevância na composição deste trabalho.

Dando sequência, capítulo três aborda os procedimentos metodológicos adotados na construção desta pesquisa empírica. Para tanto, apresenta-se a caracterização do estudo quanto, classificando-o quanto a sua natureza, lógica, abordagem do problema, objetivos, além de técnicas e instrumentos de análise da coleta de dados. O segundo momento traz as limitações referentes a este trabalho.

O quarto capítulo se dedicada à exposição do processo de pesquisa ação, em que seguindo cronologia apresentada através de uma linha do tempo da pesquisa, demonstra a evolução do estudo teórico prático trazendo os resultados obtidos a partir das ações realizadas pelo Projeto Luz ao Parque ao campo empírico Parque da Luz, entre agosto de 2014 e outubro de 2015.

O quinto e último capítulo refere-se às considerações finais, onde é apresentado um parecer sobre o período posterior às intervenções práticas realizadas e a condição recorrente do ambiente empírico após a finalização deste estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica foi construída com o objetivo de relacionar as ações realizadas no ambiente empírico para a construção e fundamentação do contexto do problema. Assim, neste capítulo foram abordados os seguintes assuntos: sociedade civil e algumas visões, para economia e inovações sociais para o entendimento de retornos econômicos de forma ampliada, e por fim as relações em que se estabelecem ganhos mútuos que corresponde ao tema de pesquisa, o capital social.

2.1. SOCIEDADE CIVIL E DELINEAMENTOS

Diferentemente de outros períodos já vivenciados pelo homem, em tempos atuais, dispõe-se de conhecimentos, recursos e capacidades suficientes para garantir níveis satisfatórios de bem-estar para todos os habitantes da Terra. Considerando o que se apresenta como uma utopia a ser seguida, o cenário faz-se de grupos de diferentes matizes, que muitas vezes são conflituosas e até antagônicas em suas opções políticas, porém é exatamente na sua hibridez que se desenvolvem as estruturas institucionais que favorecem a cidadania" (SANTOS, 2014).

As organizações da sociedade civil assim, se fazem presentes e em uma primeira instância, e estas se definem como a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização (DEMO, 1988). E diante dos desafios contemporâneos que a manifestação da insatisfação da população para com o curso de ações executadas pelo Estado ou outras entidades, é de extrema importância para alteração da realidade em questão. Problemáticas que assolam a sociedade de maneira geral incitam a ação de pessoas interessadas em exercer seus direitos e cidadania em prol daquilo que concebem como melhoria das condições conviviais (DEMO, 1988; SANTOS, 2014).

No que se refere a possíveis abordagens e conceituações do assunto, existem vertentes de pensamento diversas, que a partir de óticas diferentes de análise concebem interpretações e significados divergentes. De acordo com Santos (2014), estabelece-se instabilidade a partir do momento que as demandas da sociedade civil não são devidamente respaldadas pelo Estado, posto que é o seu papel captar os problemas e aspirações que emanam da esfera civil, condensá-los e fazê-los ressoar na esfera pública

política. Deste modo, “o conceito de sociedade civil é complexo e passa por diferentes perspectivas de análise, principalmente quando se quer entender as suas interfaces com o Estado” (SANTOS, 2014, p.101).

Bobbio (2007) em um ensaio teórico traz acepções que vem a conceber a ideia de sociedade civil a partir da consideração da figura do Estado. No que se levanta em obra, o teórico ressalta que embora diversificados os referenciais teórico-políticos em que se possa embasar a significância da expressão, há uma convergência entre as vertentes de pensamento que levam ao relacionamento dicotômico entre Estado e sociedade civil.

Neste sentido, Demo (1988) considera que as contraposições entre Estado e sociedade civil são de pouca utilidade, pois a partir destas têm-se frutificado discussões estéreis que dificilmente ultrapassam diatribes¹⁴ teóricas. No pensamento do autor, não há de fato dicotomia entre Estado e sociedade civil, visto que o poder de governo da máquina Estatal se dá, justamente, pela subida de grupos organizados da própria sociedade civil, que apresentam maior capacidade de articulação e ação para defesa dos interesses que representam. Assim, a sociedade civil pode ser entendida como a esfera onde ecoam interesses conflituosos representados por grupos, onde os mais organizados são dominantes e os menos organizados os dominados (DEMO, 1988).

Vista a relação entre os interesses dos dominantes e dos dominados se estabelece um confronto dialético entre sociedade civil e Estado, onde os dois lados se necessitam, mas igualmente se repelem, formando assim o que se considera um todo dinâmico (DEMO, 1988). Deste modo, a sociedade civil, especialmente nos períodos de crise institucional, constitui-se como a esfera onde os poderes tendem a obter uma legitimação própria, inclusive quando em detrimento dos poderes legítimos¹⁵, firmando-se como um espaço em que se desenvolvem os processos de deslegitimação e de relegitimação (BOBBIO, 2007). Em outras palavras, a sociedade civil é entendida como o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, visto que é em seu próprio âmago que se estabelecem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos que as instituições estatais têm o dever de resolver, tanto se posicionando como simples mediadoras ou atuando de forma direta e efetiva (SANTOS, 2014, p.101).

¹⁴ Diatrise: Crítica acerba; escrito ou discurso violento e injurioso (FERREIRA, 1986, p.586).

¹⁵ Poderes Legítimos, de acordo com Bobbio (2007), são aquele cujas decisões são aceitas e cumpridas na medida em que consideradas como emanadas de uma autoridade à qual se reconhece o direito de tomar decisões válidas para toda a coletividade.

2.1.1. Efeito Perverso e Visão Positiva

O panorama atual é constituído de fortes contradições no que diz respeito às relações de poder. E visto a correlação sociedade civil e Estado por hora considerada intrínseca para um entendimento holístico sobre o assunto, é importante considerar também a presença do mercado como um fator preponderante no constructo destas relações.

Das conexões desta tríade - mercado, sociedade e Estado - de um lado encontram-se pequenos grupos que usufruem e necessitam da inércia das coletividades para continuar no controle das estruturas sociais; e no outro, estão os que de certa forma, são obrigados a seguir o caminho das conjunturas que trabalham a favor dos interesses então dominantes (DAGNINO, 2004; SANTOS, 2014). E corroborando o que se apresenta:

O mercado, em vez de cumprir com a antiga promessa de felicidade para todos, pelo contrário, acaba por sabotar a verdadeira felicidade humana. O mercado opera uma ilusão de ótica, ou seja, distancia as pessoas da possibilidade de dominarem suas vidas e se conduzirem para os aspectos que realmente lhes importa (LANE, 1991 apud AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p.22).

Contempla-se deste modo, de acordo com Latouche (2006), um modelo que causa o aumento das desigualdades e das injustiças chamado de sociedade de crescimento, onde se cria um bem-estar muito ilusório, pois não propicia nem aos mais abastados uma sociedade convival, e sim uma anti-sociedade doente por causa de sua aparente riqueza.

Desta conjuntura que se pré-dispõe, sustenta-se a estrutura de um modelo de sociedade em que crescimento econômico e desenvolvimento passam a ser sinônimos, e o que está em detrimento para o alcance de tal é praticamente desconsiderado. Essa miopia resulta de uma aparente zona de conforto, trazida pelo então fictício bem-estar que tem como consequência, a criação de comunidades desprovidas de projetos e orientação política para ação, que recaem sobre um individualismo desenfreado em que o egoísmo passa a ser o motor central do funcionamento de tudo (SANTOS, 2014).

Na contemporaneidade, de acordo com Dagnino (2004), a representação dos grupos de interesse se dá através de dois projetos políticos¹⁶ distintos. As contradições surgem então, a partir do confronto ideológico entre os projetos democrático e neoliberal.

Sendo assim, no que tange as definições dos projetos políticos vigentes, o projeto democrático consiste em um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão política junto do Estado. Constitui-se assim a nova cidadania, em que sujeitos sociais ativos, consideram e lutam pelos seus direitos enquanto tais, para que passem de objeto de manipulação, para agentes de seu próprio destino (DAGNINO, 2004; DEMO, 1989).

"É importante deixar clara a distinção entre cidadania e sociedade civil, entendendo a primeira como apoiada e reforçada pelo Estado, enquanto a segunda contém em seus domínios os grupos sociais em harmonia ou conflito" (SANTOS, 2014, p.103). Salientando as diferenças, cidadania para Martins (2009), refere-se ao constructo moral, político e jurídico ambivalente que aparece em sociedades históricas, complexas e aberta sem que o valor básico é aquele da igualdade social, nas quais o dilema entre indivíduo e sociedade é equacionado mediante o surgimento de esferas públicas que valorizam o "mundo comum".

No que tange o ajuste neoliberal, em conformidade com Dagnino (2004), baseia-se um projeto de Estado mínimo, onde progressivamente se isenta o Estado de seu papel como garantidor de direitos e suas responsabilidades sociais são encolhidas a partir da transferência das mesmas para a sociedade civil, estabelecendo assim, uma relação clientelista entre ambos. Para Santos (2014), a sociedade civil, neste caso, é percebida da forma seletiva e excludente, visto que são reconhecidos apenas os setores capazes de desempenhar a função de prestadores de serviços, num processo de terceirização do Estado. Complementado o raciocínio, Andion e Serva (2004) constataam que a transferência direta de responsabilidades dos órgãos públicos para a sociedade civil muitas vezes tem provocado uma grande precarização do papel do Estado, constituindo-se um efeito perverso.

¹⁶ Neste aspecto, tal qual Dagnino (2004), o termo deve ser compreendido no sentido próximo à visão *Gramsciana*, designando um conjunto de crenças, interesses concepções de mundo, representações do que se deve ser a vida em sociedade, que assim sendo, são capazes de produzir significados que integram as matrizes culturais mais amplas.

Os projetos que se confrontam na composição do tecido social, embora antagônicos em suas essências, convergem em um ponto fundamental, pois de acordo com a visão de Dagnino (2004), ambos necessitam de uma sociedade civil ativa para a conclusão de seus objetivos.

Dessa maneira se configura a “confluência perversa”, que determina o obscurecimento das distinções e divergências, por meio de vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam similaridade significativa (DAGNINO, 2004). Para Dagnino (2004), tal descaracterização é estabelecida a partir da ressignificação de participação, com a chamada “participação solidária” e na ênfase no trabalho voluntário e da “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas.

E sobre este processo, ainda na visão de Dagnino (2004, p.102), fundamenta-se:

O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo de participação social. A própria ideia de "solidariedade" a grande "bandeira" dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral. Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação na medida que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza.

A despolitização das massas vai assim tomando forma, visto que ao se transferir as responsabilidades dos governos para a esfera organizada civil, esta última, gradativamente passa a desempenhar papel reprodutor e não contestador, de forma que não se vai mais tomando parte da construção do processo decisório político. (DAGNINO, 2004; BORDENAVE, 1983). Mediante as ressignificações articuladas, é intensificada a perda da capacidade de redistribuir recursos e oportunidades, além de também propiciara formação de cidadãos espectadores, com uma cidadania de baixa intensidade. (DAGNINO, 2004; SANTOS, 2014). A situação que se estabelece é de risco real da participação da sociedade civil nas instâncias decisórias (DAGNINO, 2004).

Em concordância, Skopcol e Fiorina (1999 apud SANTOS, 2014, p.143) não veem no afastamento do Estado da vida social um avanço. Para estes autores, necessita-se de um Estado mais próximo do cidadão, que por consequências torna-se mais atuante

junto ao Estado num incremento da responsabilidade e da reciprocidade. Para Andion e Serva (2004), quanto mais distante da construção democrática de um espaço público estiver a organização da sociedade civil, menores serão as possibilidades de realização do debate racional, que conseqüentemente, evidencia a constante falta de reflexão coletiva e de clareza sobre as suas relações com o Estado. Ou seja, "Se quisermos revitalizar a sociedade, teremos de revitalizar a política democrática e não nos prendermos ao simples voluntarismo como resposta para todos os males" (SANTOS, 2014, p.143).

Andion e Serva (2004) consideram estar havendo uma crise nas formas tradicionais de democracia. Ao passo que, aparentemente nunca se usufruiu de tamanha liberdade e consideração de questões a nível individual, nunca se presenciou tamanha impotência frente às questões de caráter público (ANDION; SERVA, 2004).

Há um grave defeito, segundo Bordenave (1983), no que tange o modelo de democracia representativa vigente. De acordo com o autor, criam-se políticos profissionais, resultando assim na despolitização dos demais cidadãos onde o papel democrático é reduzido apenas ao voto. Amartya Sen (2004), ao discorrer sobre questões que se referem à importância da democracia em sua obra *"Desenvolvimento como liberdade"*, aponta que enquanto as coisas correm bem, a ausência do papel da democracia é pouco sentida, todavia, nos períodos de instabilidade, quando a situação piora, esta é amplamente perceptível e todos sentem.

Santos (2014) acredita na busca da solução de tais crises antes de tudo, na sociedade civil, vistas as possibilidades proporcionadas pelo fortalecimento deste espaço na formação de consenso e legitimidade necessários para construção democrática do corpo social. De modo que, do ponto de vista dos planejadores democráticos a participação torna-se garantidora do controle das autoridades por parte do povo (BORDENAVE, 1983).

Destarte, mediante a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, o projeto democrático participativo, acaba "com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as conseqüências das decisões cá embaixo" (BORDENAVE, 1983, p.34). Sendo assim, busca-se o equilíbrio entre as relações de poder por meio da participação de cidadãos orientados pela perspectiva de garantir seus direitos e assegurar o controle social do público (SANTOS, 2014).

Embora devamos reconhecer a importância das instituições democráticas, é válido ressaltar de que estas não podem ser vista como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento (SEN, 2004). Para Sen (2004) seu uso é condicionado por valores e prioridades e daquilo que é feito das oportunidades de articulação e participação disponíveis.

De modo que, para Santos (2014, p.156):

Diante dos desafios contemporâneos, o sistema representativo de governo vem-se demonstrando insuficiente e limitado, o que obriga a se implantar mecanismos mais participativos, numa perspectiva de soberania popular. O Estado abandona o monopólio do espaço público ao ser invadido pela sociedade civil organizada que assume um papel de destaque na nova governança pública, deixando a posição de simples espectadora, para pressionar e fiscalizar, e passa a reivindicar novos direitos em prol de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Haja vista a crescente complexidade do cenário que envolve o papel da sociedade civil em desenvolver estratégias de convivência com o Estado, há tanto aqueles que defendem a maior privatização dos serviços públicos quanto àqueles que lutam pela expansão e pela maior responsabilização do Estado na sua execução. Contudo, a ideia aqui considerada mais recomendável é ser um parceiro e não um substituto, ou seja, o Estado não deve ser visto como indesejável e nem de forma desconfiada, mas como extensão da própria sociedade (ANDION; SERVA, 2004; SANTOS 2014).

Ainda que as relações sejam empobrecidas por uma mistura de vaidades, medos e ameaças o ambiente engendra tensões, pois, há também, um crescente inconformismo cada vez mais evidente na população que manifesta o desejo de participar mais ativamente na busca de soluções para as carências e necessidades da sociedade. O que se evidencia no cenário paradoxalmente opulente e rico em antagonismos do presente é "a necessidade de se pensar em novos modelos de produção e de convivência social, no plural, almejando formas de sociabilidade mais ricas e equânimes" (SANTOS, 2014, p.74).

2.1.2. Expressões Plurais

Autonomia e auto-regulação são dois traços característicos da economia moderna que, segundo Laville (2009), resultam na confusão entre a economia e a

economia mercantil. "Quando não conhece limites, a economia de mercado resulta na sociedade de mercado, na qual o mercado tende a englobar e a organizar a sociedade" (LAVILLE, 2009, p.146). Ainda segundo o autor essa lógica do ganho material ao se tornar-se única e enraizada no mecanismo de sua própria economia compromete o quadro democrático.

Ainda sobre as principais esferas reguladoras da modernidade, mercado, Estado e comunidade, na visão de Santos (2014), a comunidade tem sido a mais negligenciada dos últimos duzentos anos. O desfavorecer do corpo social tem sido marcado pela assimetria de forças adquirida por certos grupos e se tem como resultante um ambiente conflituoso e complexo (SANTOS, 2014). Para Laville (2009), substanciar a formação de novos vínculos associativos torna-se indispensável e afirma que o progresso social não pode mais ser garantido pelas deduções operadas sobre a economia mercantil porque existem novas dificuldades.

Atingir novas configurações marcadas pela participação ativa da sociedade civil, assim se faz fundamental para a quebra dos padrões e modelos estabelecidos nas antagônicas relações de poder. (ANDION; SERVA, 2004; DAGNINO, 2004).

Em meio a essa realidade moderna atual de mercado e sociedade, movimentos multifacetados com diferentes colorações ideológicas e *modus operandi* se impõe pela ousadia e pela busca de mecanismos de ação mais participativos e solidários, cada qual com suas concepções, para assim colaborarem no alimento de um verdadeiro processo democrático (SANTOS, 2014). A questão que se coloca, sobre o quadro democrático, diz respeito à possibilidade de haver instituições em condição de assegurar a pluralização da economia (LAVILLE, 2009).

Considerando o emaranhado das ligações que se estabelecem, Alberto Guerreiro Ramos (1989) afirma que a capacidade de um cenário social responder eficazmente às necessidades de seus membros, exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho. De acordo com ele, a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho, que deve ser estabelecido mediante investigação do próprio contexto que age.

Convergente ao que Ramos (1989) salienta, entra em cena o conceito de desenvolvimento local, que corresponde, sobretudo, a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, no qual as comunidades tornam-se protagonistas do seu próprio destino numa perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (AMARO, 2009; SANTOS, 2014). Neste contexto, Bordenave (1983) acredita ser fundamental a

microparticipação popular, que se dá nas comunidades, associações de bairro, grêmios estudantis, sociedades profissionais, clubes esportivos, escolas de samba e muitas outras expressões associativas. Na ideia do autor, é aí onde a práxis participativa e a educação para a participação se desenvolvem e ampliam (BORDENAVE, 1983).

Para Santos (2014), deve-se atribuir importância ao Estado como articulador e facilitador do agir coletivo de forma horizontal para uma manifestação mais expressiva da sociedade civil na construção do tecido social. Afirma ainda que, suas ações não precisam ser pesadas nem burocráticas, já que transfere para a esfera de governança local os poderes para administrar os problemas e estabelecer soluções apropriadas para cada contexto. Pois ainda na visão do autor “é na esfera local que a cidadania se pode expressar de maneira mais efetiva e em que o eco de cada ação pode ser percebido com maior facilidade no conjunto da sociedade” (SANTOS, 2014, p.56).

No que tange a composição deste espaço plural de manifestação da sociedade, há um emaranhando de definições que direcionam as ações organizadas. A pluralidade que caracteriza este espaço é responsável por criar ambientes que, apesar de complexos e heterógenos, possibilitam a imposição de posições menos autoritárias e arrogantes por parte das dominâncias. Isto se torna possível devido aos canais de abertura para o diálogo e convivência que a partir daí se abrem, em que atores locais de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados, contribuindo assim para, elementos essenciais ao avanço democrático da sociedade (AMARO, 2009; SANTOS, 2014).

Tendo em vista a diversidade de manifestações componentes da tessitura social, define-se Economia plural como a real abordagem econômica, que parte do pressuposto das relações em que indivíduos assumem formas institucionalmente diversas não excludentes, capazes de se complementarem em suas diferenças em prol da valorização do grupo e concomitantemente de suas respectivas individualidades (LAVILLE, 2009; RAMOS, 1989; SANTOS 2014).

Portanto, uma abordagem plural da economia inicia-se em conjunto a uma reflexão sobre a mudança social que não se satisfaz com a evocação ritual de uma reviravolta do sistema (LAVILLE, 2009). Para uma concepção de mudança Laville (2009), afirma ser preciso a impulsão de um quadro democrático nas relações de força, para que a pluralidade dos modos de instituição ou inscrição social da economia possa ser plenamente legitimada.

Para sair deste impasse, de acordo com Laville (2009), é necessário considerar todos os procedimentos, que concretamente, rejeitam uma mercantilização cada vez maior da vida social. E corroborando o pensamento, afirma Santos (2014), o que está em crise é a função de promover intercâmbios não mercantis entre os cidadãos e indo além de instituições e modos de produção, a transformação deve se dar numa perspectiva que ultrapasse o materialismo e abrace a dimensão existencial e espiritual do ser humano, convertendo a economia a um sentido mais amplo, a favor da vida humana (SANTOS, 2014).

2.2. ECONOMIA AMPLIADA

Em meados da década de 1990, a polarização extremada entre ricos e pobres ficou mais evidente em todo o mundo, visto que algumas fortunas pessoais ultrapassaram a soma de vários PIB's de países e, ao mesmo tempo, houve o alargamento da quota de indigentes e famintos (SANTOS, 2014).

A primazia do econômico, a confiança cega no poder de regulação dos mercados, da competição desenfreada e o recuo dos governos em relação as suas funções sociais e de intervenção econômica trouxeram desequilíbrios sistêmicos sem igual (SANTOS 2014). Dado isso, a nível pessoal, os indivíduos são levados a procurar soluções individuais para problemas estruturais e sistêmicos. (SANTOS, 2014). A situação se agrava de tal forma de acordo com Latouche (2006, p.10), pois “os valores atuais são sistêmicos, ou seja, suscitados e estimulados pelo sistema, e em contrapartida, contribuem para reforçá-lo”.

É evidente o descompasso entre o crescimento econômico e desenvolvimento social e para Santos (2014) o fato representa uma das marcas mais expressivas de nosso período histórico. "Muitas nações começaram a acreditar que a alocação de recursos segundo os critérios exclusivistas do mercado seria a forma adequada para buscar o desenvolvimento" (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p.22). Da mesma forma que para Santos (2014), é ilógico hoje em dia imaginar que interesses individuais, por si só, consigam proporcionar o melhor resultado coletivo, como pensava Adam Smith no século XVIII. Seguindo nesta linha, o autor atesta que Smith não previa que a concentração capital tornaria as relações socioeconômicas cada vez mais assimétricas, em que os oligopólios, monopólios e cartéis deixam de ser exceção e tornaram-se regra nos segmentos mais ativos da economia (SANTOS, 2014). O que se coloca resume uma

sociedade em que o crescimento pelo crescimento torna-se o objetivo primordial da vida, se não o único, que pode, pois, ser definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento e que tende a deixar-se absorver por este. (LATOUCHE, 2006).

Azevedo e Albernaz (2004) expõem que a hegemonia que o mercado conquistou ao longo dos últimos trezentos anos, de fato desconfigurou o entendimento de natureza e condição humana, operando na sociedade, como um todo em uma real unidimensionalização do ser. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são aqueles que deveriam operar a sociedade como um todo (RAMOS, 1989). A situação exposta, para Latouche (2006), representa um perigo a nível global.

Sendo assim, Drayton (2013), a partir da interpretação de fatos estatísticos, afirma que esta relação tem vindo a acelerar exponencialmente desde pelo menos os anos de 1700, e deste modo a sociedade passa por um momento de profunda e necessária transformação. E ainda na visão do autor (2013, p.103), é afirmado: “todo grupo deverá se organizar de forma diferente”.

Amartya Sen (2000) defende que, o desenvolvimento deve estar intimamente ligado à qualidade de vida dos povos e não a meros indicadores de crescimento econômicos. A exemplo: a degradação da qualidade de vida normalmente não considerada, mas sofrida, é sentida no ar que respiramos, na qualidade das águas de rios e oceanos, na biodiversidade e no meio ambiente de maneira geral assim como na elevação dos preços de gêneros escassos como água engarrafada, energia e espaços verdes que a vida moderna torna necessárias (LATOUCHE, 2006).

Dessa maneira, consequências nocivas da hegemonia do sistema de mercado têm acarretado na saúde psíquica das populações (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004). E o que se tem como resultante é o sentimento de bem-estar muito ilusório, que não proporciona nem mesmo para os abastados uma sociedade convivial e sim uma anti-sociedade doente por causa de sua aparente riqueza (LATOUCHE, 2006).

Sen (2004) acredita que o conceito de desenvolvimento de uma forma ampliada deve contemplar um processo capaz de garantir à população o direito de fazer escolhas e exercer plena cidadania, assegurando assim os direitos sociais básicos, como saúde, educação, segurança, liberdade, cultura e aumento do bem-estar qualitativo.

Sendo a visão de futuro qualquer que visualize um linear modelo de desenvolvimento social centrado no mercado será, necessariamente, pior do que o presente. (RAMOS, 1989). Em uma visão mais crítica, Ramos (1989, p.196) considera

que as ciências sociais deveriam “libertar-se de sua obsessão com o desenvolvimento, e começar a compreender que cada sociedade contemporânea está potencialmente apta a se transformar numa boa sociedade, se escolher se despojar da visão linearista da história”.

E numa perspectiva idealizada, Drayton (2003) afirma que as organizações bem sucedidas do futuro serão fluídas (sem paredes!), com equipes abertas, sinápticas e sinérgicas com fluência em todas as direções, tal qual o cérebro humano, suas funções e composições mudarão constantemente, pois suas necessidades estarão interligadas. E, em um mundo em que tudo está a mudar, todos devem se tornar um agente de mudanças (DRAYTON, 2013).

Seremos obrigados a fazer perguntas fundamentais: perguntas sobre o sentido da vida e sobre uma nova cultura, sobre uma nova organização que não seja nem restrigente nem anárquica, a abertura de um campo de uma nova criatividade. Não estou sonhando. Isso é possível. [...] O homem precisa interessar-se por algo, e é por falta de interesse que hoje estamos morrendo (LATOUCHE, 2006, p.13).

Necessita-se, portanto de coragem para inovar e experimentar, não recorrendo a fórmulas superadas que reduzem a realidade a dicotomias, mas capaz de incorporar a pluralidade de atores e a parceria entre esferas sociais, que incluam governos, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, iniciativas de desenvolvimento local, articulações interempresariais, além da renovação de organismos mundiais para que sejam mais participativos e democráticos (ANDION; SERVA 2004; SANTOS, 2014).

2.2.1. *Paradigma Paraeconômico*

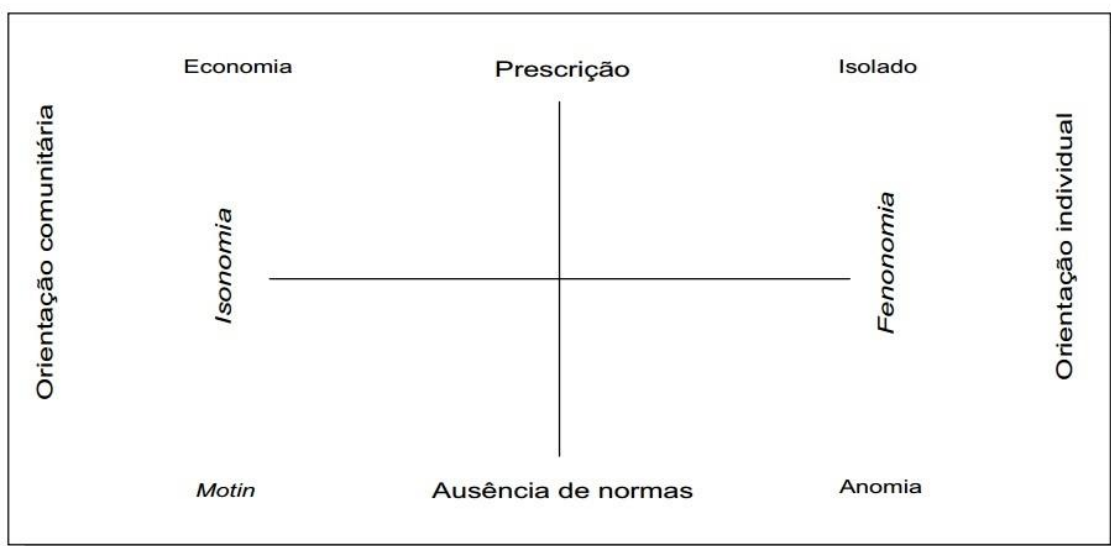
Em uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva, definir-se-á aqui os conceitos de paraeconomia a partir do referencial teórico do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1989). Na visão do autor, o modelo paraeconômico consiste em “uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social” (RAMOS, 1989, p.177).

Corroborando com Ramos (1989), Azevedo e Albernaz (2004) alegam que a presença das transferências unidirecionais se deve, principalmente, ao fato de que a qualidade e o desenvolvimento social não devem apenas se basear em atividades produtivas do mercado, pois este é delimitado e coexiste com outros espaços sociais.

Seguindo o raciocínio, a paraeconomia parte do pressuposto de que o mercado constitui um único enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde discontinuidades se fazem devido à multiplicidade de padrões de relações interpessoais (RAMOS, 1989).

O modelo proposto por Ramos (1989) se apresenta pela combinação de duas dimensões: a de “orientação individual *versus* comunitária” e a “prescrição *versus* ausência de normas”, conforme figura, a seguir:

Figura 1 - Paradigma Paraeconômico



Fonte: Ramos (1989).

Considerando a figura acima, Ramos (1989) sintetiza o enclave de anomia como uma situação estanque, onde a ausência de normas e a orientação individual ocasionam uma situação estanque em que ocorre o desaparecimento da vida pessoal e social. Logo “o indivíduo anômico é incapaz de criar um ambiente social para si próprio e, simultaneamente, obedecer às prescrições operacionais de organizações importantes para sua subsistência” (RAMOS, 1989, p.147).

Já a esfera de motim refere-se a uma situação que também há a ausência de normas, contudo sua orientação é comunitária, cujos membros possuem pouca, ou nenhuma noção de ordem social. Ramos (1989) coloca que uma sociedade se torna

passível de perturbação pelos motins quando perde, para seus membros, sua representatividade e significado.

A economia é entendida como uma orientação comunitária altamente prescritiva. Esta se estabelece a partir de normas voltadas para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços; refere-se à organização típica da sociedade centrada no mercado, ou seja, a organização formal de caráter econômico. “Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral” (RAMOS, 1989, p.148).

O Isolado é representado na teoria paraeconomics como uma orientação individual, também excessivamente comprometida por normas, mas embasadas em crenças únicas. Ramos (1989) saliente que este enclave acolhe aquele indivíduo que acredita que o mundo social é inteiramente incontrolável e sem remédio. “Na verdade, muitos deles são empregados não participantes e cidadãos que, sistematicamente, escondem dos outros suas convicções pessoais” (RAMOS, 1989, p.153). A sua sobrevivência, portanto, requer um lugar no qual ele, de maneira consciente, viva segundo suas próprias crenças (RAMOS, 1989).

Para o autor a fenomenia permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a ordenações operacionais formalizadas, pode ser um grupo, uma pequena agremiação e inclusive pode ser individual. É de caráter esporádico, ou seja, mais ou menos estável e define-se pela automotivação, pela consciência social ligada à preocupação do indivíduo com a sua natureza e pela liberação da criatividade. Ainda na visão de Ramos, embora interessado em sua própria singularidade, os sujeitos da fenomenia possuem consciência social e “sua opção não significa o abandono da sociedade como um todo, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências capazes de partilhar ou de apreciar” (RAMOS, 1989, p.152).

Ramos (1989) afirma que, a isonomia é um contexto de igualdade entre indivíduos, onde há igualdade de indivíduos e prescrições mínimas, por consenso, espera-se que os integrantes se em relacionamento interpessoais que contribuam para a boa vida do conjunto. “As pessoas não ganham a vida numa isonomia; antes participam de um tipo generoso de relacionamentos social, no qual dão e recebem” (RAMOS, 1989, p.150). Portanto, as atividades da isonomia são, sobretudo, promovidas como vocações, não como empregos, pois, ainda no pensamento do autor “a recompensa

básica está na realização dos objetivos intrínsecos daquilo que fazem, não da renda eventualmente auferida por sua atividade” (RAMOS, 1989, p.150).

Ainda sobre aquilo que caracteriza isonomia, Ramos (1989) afirma que autoridade é atribuída por deliberação de todos e afirma-se, não há diferenciação entre a liderança ou a gerência e os subordinados, pois é concebida como uma verdadeira comunidade. Atenta-se que, “se ela aumentar de tamanho além de determinado ponto ótimo, de modo que surjam e se desenvolvam entre as pessoas relacionamentos secundários ou categóricos, a isonomia necessariamente declinará” (RAMOS, 1989, p.151). Assim, correndo o risco de desclassificá-la.

Passando a constituir cada vez mais parte do mundo social de hoje, Ramos (1989, p. 151) coloca:

É possível que não se encontre uma completa materialização do conceito que, afinal de contas, serve apenas como propósito heurístico. Mas, todo mundo pode imaginar as tentativas de ambientes isonômicos que já funcionam neste país, como, por exemplo, as associações de pais e professores, as associações de estudantes e minorias, as comunidades urbanas, algumas associações artísticas e religiosas, associações locais, grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da sociedade, nas quais, em última instância, as pessoas buscam estilos de vida que transcendem os padrões normativos que dominam a sociedade como um todo.

Tendo em vista a pluralidade de possibilidades propostas por Ramos (1989), constata-se que “qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca” (RAMOS, 1989, p.179).

Modelos que tragam preocupações para com os resultados do que se considera “avanço”, além do unidimensional, são fundamentais (SANTOS, 2014). Latouche (2006, p.8) salienta ser importante “derrubar a relação entre a produção do bem-estar e o PIB. Fazer decrescer o 'bem-ter' estatístico para melhorar o bem-estar vivido”.

É válido ressaltar que o modelo alternativo esboçado pela obra de Ramos (1989) não é antimercado, no sentido de que sua crítica não deve ser interpretada como uma defesa da eliminação do mercado como um sistema social funcional. O pressuposto básico desse paradigma está em proporcionar o alcance da atualização pessoal, em que o indivíduo possa buscar sua liberdade da dependência total do mercado em sua qualidade de 'economizador' e 'detentor de emprego', a fim de que possa ter algum grau de

autossuficiência como um confrontador dos critérios deste enclave (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004).

"O paradigma paraeconômico envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas" (RAMOS, 1989, p.180). Ou seja, o indivíduo, para ser considerado produtivo não, necessariamente, deva ser detentor de um emprego. Essa identificação, segundo o autor, constitui uma das principais ilusões e um dos pontos cegos mais importantes do modelo alocativo predominante. E outra ilusão e ponto cego apontado é a pressuposição de que o montante e a qualidade do consumo cidadão estão expressos naquilo que ele compra (RAMOS, 1989).

Presas entre ilusões e pontos cegos, políticas alocativas do governo, de acordo com Ramos (1989) têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado não considerando a possibilidade de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte de uma sociedade multicêntrica.

Para tanto, as políticas públicas não devem deixar de atentar para o papel que enclaves como isonomias, fenonomias e suas formas mistas possuem nos dias atuais, pois, conforme Azevedo e Albernaz (2004) há questões que somente ambientes isonômicos podem proporcionar aos seus membros, como é o caso da criação de senso de comunidade, participação efetiva, respeito pelas diferenças, entre outros. Em outras palavras, de acordo com Ramos (1989, p.178) "da mesma forma que as economias, as isonomias e fenonomias devem também ser consideradas agências legítimas, necessárias à viabilidade da sociedade em seu conjunto."

No contexto de políticas públicas, segundo Azevedo e Albernaz (2004, p.28), estas reflexões, atentam para a responsabilidade destas "se tornarem instrumentos viabilizadores dessa diversidade e pluralidade social na qual os indivíduos, libertos e conscientes, se arranjam e se comprometem em diversos espaços existenciais." Não obstante, o paradigma paraeconômico pode ser entendido como agente estrutural de "uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos" (RAMOS, 1989, p.177).

"Ademais, em palavras e atos, há muitas pessoas cujas atividades qualificam como paraeconomistas, isto é, indivíduos que estão tentando implementar cenários que

representam alternativas dos sistemas centrados no mercado" (RAMOS, 1989, p.177). Convergente as teorias esboçadas, Latouche (2006, p.10) idealiza uma conduta e atesta:

O altruísmo deveria passar à frente do egoísmo, a cooperação, à frente da competição desenfreada, o prazer do lazer e o ethos da lucidade, à frente da obsessão pelo trabalho, a importância da vida social, à frente do consumo ilimitado, o local à frente do global, a autonomia, à frente da heteronomia, o razoável, à frente do racional etc.

"A esta altura deveria estar claro, para o leitor, o fato de que num sentido a *nova ciência das organizações* não é realmente nova, porque é tão velha quanto o senso comum" (RAMOS, 1989, p.201). O que se considera novo, na visão do autor, são as circunstâncias, nas quais se faz necessário, mais uma vez, começar a ouvir o íntimo, que dentro de cada um fala. "Com tempo livre e possibilidades múltiplas de expressão, este homem 'em geral' encontrará sua forma de expressão e a concretização de seus desejos. Talvez não seja belo, talvez não seja educado nem eficaz; será Ele. Aquilo que perdemos" (LATOUCHE, 2006, p.13).

2.2.2. *Inovações Sociais*

A crise do Estado Providência, ou o reforço das orientações neoliberais que favorece o investimento público ligado ao fortalecimento da competitividade em detrimento da esfera social, bem como a exclusão social potencial e efetiva que lhe está associada, origina novas necessidades e problemas de natureza coletiva que acabam por motivar um processo revolucionário (ANDRÉ; ABREU, 2006). Observa-se sob estas circunstâncias, que soluções para problemas sociais não atendidos por ações do Estado ou do mercado, assim são propostas, procurando promover o empoderamento e a emancipação social de indivíduos e/ou grupos sociais vulneráveis às assimetrias e desequilíbrios socioeconômicas e ambientais (BIROCHI, 2014).

Partindo de uma visão ampliada, torna-se necessária uma reflexão sobre ação coletiva, isto é, sobre o agente e sua relação com o ambiente institucional com o qual ele se confronta, e igualmente e paradoxalmente, sobre o qual ele apoia suas ações (BIGNETTI, 2011). E tendo como prerrogativa possibilitar a construção de novas relações sociais entre indivíduos, por meio de grande quantidade de envolvimento e

participação, seja de quem presta e seja de quem recebe o serviço, notabilizam-se as inovações sociais (BIROCHI, 2014).

Define-se como inovação social o resultado de conhecimentos aplicados através da participação e da cooperação de atores envolvidos às necessidades sociais, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para sociedade em geral (BIGNETTI, 2011). Nas palavras de Birochi (2014, p.9), o termo inovação social "pressupõe um amplo conjunto de atividades que visa o atendimento de um problema social, econômico ou ambiental, mas que, sobretudo, pressupõe a atuação ativa de diferentes atores por meio de ações coletivas".

André e Abreu (2006) definem o vocábulo como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa a geração de mudanças sociais, ligando simultaneamente três atributos:

- a) satisfação de necessidades humanas não sanadas por via de mercado;
- b) promoção da inclusão social; e
- c) capacitação, potencial ou efetiva, de sujeitos frente ao combate de processos de exclusão/marginalização social, assim desencadeando uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.

Ainda de acordo com André e Abreu (2006), o fato de se admitir que a inovação social vise gerar mudanças, contribui para a alteração das relações de poder e exclui do campo os efeitos sociais negativos que quase todos os processos de inovação tecnológica ou organizacional inevitavelmente acabam por gerar por via do emprego, do consumo ou por outros meios menos diretos.

Birochi (2014), ao caracterizar a expressão quanto a suas possíveis formas, expõe que, mesmo materializados através de um produto, processos sociais inovadores não se restringem a esta simples ideia e por isso, costuma ser de natureza imaterial e intangível. Desta forma, perspectivas mais recente de definição acabam por afastar definitivamente a inovação social da tecnológica, pois, distanciada de concepções *schumpeterianas*¹⁷, é-lhe atribuída uma natureza não mercantil, um caráter coletivo e uma intenção que não só gera, mas também visa transformações das relações sociais (ANDRÉ; ABREU 2006; BIGNETTI, 2011).

¹⁷ Joseph Schumpeter (1883-1950) foi um economista Austríaco, expoente na teorização das inovações tecnológicas como o motor do desenvolvimento econômico capitalista.

É importante ressaltar que, apesar de aparente dicotomia, Bignetti (2011) afirma não haver incompatibilidade entre inovação tecnológica e social, e que há evidente permeabilidade entre ambas. Na ideia do autor, é indiscutível que muitas inovações tecnológicas possuam caráter social e que, quando empregadas as chamadas tecnologias apropriadas, ou tecnologias sociais, a inovação social independe das inovações tecnológicas para cumprir com sua finalidade.

Em nível de participação individual, o processo de inovação social se expressa como uma atitude crítica (deliberada, intencional e voluntária) que evidencia o desejo de transformação por parte dos sujeitos. (ALTER, 2000 apud. ANDRÉ; ABREU, 2006). Ao considerar a ótica em questão, a inovação social implica sempre uma iniciativa que escape do convencional, evidencia uma nova forma de pensar ou de agir, uma mudança social qualitativa face aos processos corriqueiros, sendo assim uma missão ousada e arriscada (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Não há consenso sobre inovação social e sua abrangência (BIGNETTI, 2011). Alavancada pela necessidade de se vencer adversidades e de aproveitar oportunidades de responder a desafios, a inovação social não considera a concorrência como propulsor de suas ações, pois busca minimizar e até eliminar as diferenças sociais em sua essência (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011).

As inovações de cunho social se difundem por meio de modelos organizacionais que se utilizam de estruturas eficientes para mobilização de pessoas e recursos em favor de um objetivo comum (BIGNETTI, 2011).

No presente momento, é importante situar os domínios da sociedade em que se estabelecem estes procedimentos inovadores. Diante do pressuposto, a inovação social que pode se apresentar em forma de processo e/ou produto e costuma ser atuante em áreas como saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, turismo assumindo diversas formas de organização e ação. Para ilustrar melhor a diversidade dos domínios em que se aplica, considera-se que uma agência de microcrédito, à permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo, como inovações sociais (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011). Deste modo, estas inovações buscam o acesso a recursos para atingir a ampliação das capacidades individuais dentro da diversidade de campos componentes do meio social (BIROCHI, 2014).

No que diz respeito à forma, Bignetti (2011) ressalta que as inovações sociais caracterizam-se comumente como imateriais e intangíveis, vinculando-se mais à ideia de “serviços”, do que de “produtos”. O processo de criação e de implantação se ressalta

através da participação dos usuários no desenvolvimento, ou seja, o usuário não é visto apenas como um espectador beneficiado, ou o cliente, mas como um participante efetivo, um agente ao longo do processo (BIGNETTI, 2011).

André e Abreu (2006) enfatizam que é no âmbito processual que a inovação social assume maior relevância. Seguindo o raciocínio dos autores, isto se dá devido a ocorrência deste fenômeno estar fortemente relacionada frequentemente com processos de inclusão social e a capacitação dos agentes mais "fracos". Desta forma, “a própria ideia de mudança social como transformação das relações de poder está claramente associada a processos” (ANDRÉ; ABREU, p.126, 2006).

Em se tratando da realidade empírica, embora as inovações sociais não vejam a maximização de lucro como uma finalidade, dificilmente estabelecem sustento fora do âmbito mercantil (ANDRÉ; ABREU, 2006). Considerando a questão da durabilidade, Bignetti (2011) ressalta que, o curto ciclo de vida de muitos movimentos sociais, grandes semeadores do fenômeno, é dado em função da institucionalização ou da incorporação das mudanças na sociedade (BIGNETTI, 2011).

André e Abreu (2006) destacam a relevância da presença de agentes altamente qualificados para na concepção do processo social inovador. Seguindo o apontamento dos autores, alerta-se que fora do âmbito do mercado, é comum a inércia de instituições que buscam a inovação social, por isso a esta se situa principalmente no âmbito do terceiro setor. Todavia, em contraposição a uma visão míope de profunda dependência do capital financeiro, ainda na visão de André e Abreu (2006), é colocado que a inovação social emerge fora das instituições (Estatais e mercadológicas) e inclusive, frequentemente contra elas, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizado informalmente por um movimento social, ou uma matriz mais estruturada. Ou seja, as inovações sociais constituem um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil (ANDRÉ; ABREU).

As formas organizadas se dão por meio de relacionamentos de ganhos mútuos, que por sua vez, introduzem não apenas a confiança, como também as normas de reciprocidade e um aprendizado na colaboração, capazes de prover o reforço das identidades coletivas (CAILOUETE *et al.*, 2009, p.19 apud. BIGNETTI, 2011, p. 12).

Não alheia à constituição da identidade territorial, a formação e enraizamento da cultura de um povo, pode incutir ideia de reconhecimento do bem público e comum, promover a criatividade, pondo em causa as ideias prévias e, portanto, quase

inevitavelmente, deve conduzir a transformações das relações de poder (ANDRÉ; ABREU, 2006, p.128).

Partindo do ponto de vista que a diversidade sociocultural e a tolerância ao risco de inovar são qualidades intrínsecas de lugares criativos, a democraticidade se dá ao desenvolver projetos juntos a comunidade por meio da participação ativa dos cidadãos contribuindo para a difusão e a perpetuação da inovação e alimentando novas soluções sociais (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011).

2.3. RELAÇÕES DE GANHOS MÚTUOS (CAPITAL SOCIAL)

No contexto atual de uma economia crescentemente globalizada, movida pela lógica do mercado e do lucro imediato, aprendeu-se, com muito sofrimento que: produto interno bruto *per capita* e bem estar pleno, assim como baixas taxas de inflação e prosperidade, não são sinônimos. A lição acabou direcionando a atenção de cidadãos conscientes e estudiosos para ações e concepções que vão além das esferas mercadológica e Estatal (FREY, 2003; SEN; KLIKSBURG, 2010).

As atenções, portanto, não devem estar voltadas apenas a temas econômicos rígidos. A nível regional, Sen e Kliksberg afirmam:

É muito difícil entender a América Latina, um continente que, apesar de suas enormes potencialidades econômicas, registra tanta pobreza e iniquidades, sem mencionar dimensões outras, como a macroeconomia e a política, o que aconteceu com as percepções e visões da realidade e a maneira de viver juntos e qual impacto isso tudo teve na agenda pública, no tipo de debate que se produziu na região nas últimas décadas (SEN; KLIKSBURG, 2010, p.302-303).

Mesmo as desigualdades estando tão presentes no cenário latino-americano, o que se percebe ainda presente é a mesma linearidade de raciocínio socioeconômico. Sendo assim, conforme Santos (2014), são necessárias formas comunitárias garantidoras de níveis de relacionamento social mais intenso, que possam desenvolver-se dentro da complexidade da vida moderna e que levem a um despertar cívico e a uma maior responsabilidade individual.

Nesse sentido as organizações da sociedade civil e suas múltiplas expressões, devem ser vistas como parte de uma estratégia geral ajustada à administração de todo meio social. A sociedade, por sua vez crescentemente complexa e pluralista, exige estratégias de organização política e social capazes de promover tolerância, diálogo,

compreensão mútua, conexões entre os diferentes grupos sociais, da mesma forma que, se necessário, seja capaz de pressionar, contestar e lutar contra as injustiças existentes em um processo desafiador de fortalecimento da dimensão política de suas ações (ANDION; SERVA, 2004; FREY, 2003; RAMOS, 1989).

A participação cidadã da sociedade civil nas questões de interesse geral é ponto chave para a resolução das problemáticas contemporâneas. Neste aspecto, políticas perspicazes que visem à eficácia das ações devem ser construídas a partir do diálogo constante entre governo e sociedade (ANDION; SERVA, 2004; HINTZE, 2009).

Esta forma de relacionamento entre as partes não apenas garante o caráter democrático da sociedade civil, como também influencia no desempenho de governos e instituições locais. Desta forma, canais de comunicação que proporcionem as organizações comunitárias condições favoráveis para se engajar nas questões públicas, são necessários para mobilizar a promoção de ações em prol do bem comum (FREY, 2003).

Caminhos alternativos devem ser considerados para busca de um real sentido de desenvolvimento, onde as pluralidades e o coletivo sejam contemplados amplamente. Neste sentido, o capital social surge a partir de uma série de elementos silenciosos que permeiam sutilmente as relações de correspondência mútua no interior da sociedade.

2.3.1. Capital Social em Quatro Dimensões

Coleman (1989) afirma que o capital social se dá através de conexões, não sendo uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas estas, consistem em algum aspecto de estrutura social e facilitam certas ações dos atores dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo e torna possível o atingimento de certos objetivos que em sua ausência, não seriam possíveis. Sendo assim, ainda na visão do autor, uma dada forma de capital social pode facilitar certas ações ao passo que, para outras pode ser prejudicial ou mesmo inútil.

Já na visão de Putnam (2002, p.177), o "capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas".

Coexistindo com outros quatro tipos identificáveis de capital¹⁸, conforme Santos (2014) atribui-se o sentido de capital ao termo, devido ao fato deste ser reprodutível, acumulável e ampliável e, define-se também, como social por se estabelecer nas inter-relações, nos processos de mutualidade, de cooperação e de confiança por meio de relações sociais, subordinando-se os interesses individuais aos coletivos, por meio de objetivos compartilhados e benefícios estendidos a todos.

Utilizar-se-á da estrutura de subdivisão de capital social em quatro dimensões, contemplando as múltiplas formas de interpretação da ideia, segundo Sen e Kliksberg (2010), buscando correlacionar tais teorias a partir da visão de diversos autores.

As relações interpessoais constituem a primeira dimensão, onde confiança, normas e sistemas de participação, geram estoques de capital social que tendem a ser cumulativos e a reforçarem-se mutuamente (PUTNAM, 2002; SEM; KLIKSBERG, 2010). Desta forma, reproduzem-se círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade e bem-estar coletivo (PUTNAM, 2002; SEM; KLIKSBERG, 2010).

Em contrapartida à formação dos relacionamentos coletivos, a inexistência destas características dá origem a comunidades desconfiadas, que na ausência da virtuosidade tendem a se reforçar, onde, numa mistura de vaidade, medo e ameaça, é fortalecido um processo de empobrecimento das relações humanas (SANTOS, 2014). Embora o capital social possa ter grandes feitos sobre habilidades a nível pessoal¹⁹, a confiança no próximo acaba por faltar, e por piores que sejam as consequências para todos os interessados, transgredir continua sendo uma atitude racional para maioria (COLEMAN, 1989; PUTNAM, 2002).

Nessas circunstâncias, todos consideram irracional cooperar. O resultado final é danoso, posto que a ausência de compromisso mútuo evidencia, sob certas circunstâncias, resultados não condizentes ao bem comum entre as partes envolvidas. O oportunismo assim acaba por tomar lugar nas relações (PUTNAM, 2002).

Posto isto, quanto maior o clima de desconfiança, maior o número de operações que deixam de ser realizadas, e, concomitantemente, gera-se um aumento no "custo litígio", que se refere ao pagamento de terceiros (advogados, polícia, justiça) para

¹⁸ São estes: o capital natural, constituído pelos recursos naturais; o capital construído pela sociedade, como as infraestruturas, a tecnologia, o capital financeiro e outros; o capital humano, integrado pelos níveis de saúde e educação da população; e o capital social (SEN; KLIKSBERG, 2010).

¹⁹ No estudo intitulado *Social Capital in the Creation of Human Capital*, Coleman (1989) afirma ser fundamental a presença de capital social para a formação do capital humano, que consiste em uma espécie de bem pessoal.

garantia e o cumprimento dos compromissos assumidos (SEN; KLIKSBERG, 2010). Em contrapartida, o capital social pode se firmar como um fortificante das relações de reciprocidade, pois de acordo com Etkin (2007), este se refere ao potencial vital das redes de relacionamento que constituem o tecido social.

Ainda na visão de Etkin (2007), o capital social é contrário à atitude competitiva de confronto que acarreta o estabelecimento de ganhadores e perdedores nas relações. Logo, a favor de uma visão positiva, quanto maior a confiança, maior será a fluidez nas relações econômicas, e mais transações serão possíveis no contexto que se estabelece (SEN; KLIKSBERG, 2010).

Referindo-se agora a segunda dimensão, esta é tratada a partir da capacidade de coesão e associatividade dos envolvidos (SEN; KLIKSBERG, 2010). Isto posto, Hintze (2009, p.49) define capital social em um sentido amplo, como "às características da organização social que facilitam a cooperação e a coordenação em prol do benefício mútuo". E considerando a comunicação como fundamental no processo "quanto maior comunicabilidade (tanto direta, quanto indireta) entre os participantes, maior será sua confiança mútua e mais facilidade terão para cooperar" (PUTNAM, 2002).

As comunidades têm aprimorado suas relações associativas, não só se utilizando de estruturas organizacionais complexas. A colaboração entre vizinhos, o revezamento do cuidado de crianças, dentre tantas outras atividades cotidianas, tem colaborado e são relevantes para o aprimoramento da associatividade de grupos (SEN; KLIKSBERG, 2010).

Sobre o processo evolutivo que se dá a partir de relações de grupos, Coleman (1989) coloca que organizações voluntárias formalizadas para o cumprimento de objetivos iniciais são capazes de se adequar espontaneamente para desempenhar funções que vão além das concebidas. Durante os anos, estas formas organizadas tem sido uma das principais fontes de capital social em comunidades (COLEMAN, 1989).

Em concordância com a exposição de Coleman (1989), Kliksberg (apud. SANTOS, 2014) destaca especialmente a importância fortalecimento de manifestações populares, em espaços culturais, festas populares, encontros, reuniões, projetos comunitários, e trabalhos em grupo, que conseguem reforçar as relações de pertencimento, afeto e empatia entre seus membros, além de alimentar a percepção de interdependência que os une, funcionando como verdadeiros sistemas educativos populares, aptos a desenvolver espaços democráticos mais participativos onde a

consciência cívica torna-se essencial à formação de uma sociedade civil ativa, responsável e capaz de lutar por seus direitos e interação com o poder público.

Sendo assim, a capacidade de sinergia pode estar presente até em formas mais elaboradas e complexas, como a capacidade de efetivação de um grande acordo nacional sobre o modelo de desenvolvimento de uma sociedade, como projetos nacionais compartilhados e pactos nacionais e internacionais de grande escala, etc. O capital social neste aspecto, pode se configurar tal qual o capital convencional, visto que “a oferta aumenta com o uso, ao invés de diminuir, e se esgotam se não forem utilizados” (PUTNAM, 2002, p.179).

Reportando-se agora ao terceiro componente do capital social, consciência cívica, ou civismo é o fator de destaque. Onde pessoas agem perante tudo aquilo que é de interesse coletivo, e abrange desde o cuidado com as áreas verdes e os transportes públicos, até o pagamento de impostos (SEN; KLIKSBURG, 2010).

Para Putnam (2002), os sistemas de participação cívica constituem uma forma essencial de capital social e quanto mais desenvolvido forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Complementando ainda, o autor coloca que se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os envolvidos a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais esta colaborará com o desempenho institucional na comunidade em geral.

Colaborando com a terceira dimensão aqui abordada, Klesner (2007 apud. SEN; KLIKSBURG, 2010, p.307-308) sustenta:

A relação entre capital social, participação política e desenvolvimento democrático é indiscutível. Um engajamento maior em organizações não políticas gera maior participação em atividades explicitamente políticas. Uma maior confiança interpessoal também promove a participação política.

Assim sendo, para Hintze (2009) as políticas inteligentes favorecem a formação de capital social que, por sua vez, e tendem a aumentar a eficácia da ação do governo.

Agora, de maneira oposta ao capital convencional, o capital social normalmente constitui um bem público. E pelo fato de ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. E infelizmente, assim como todos os bens públicos, o capital

social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados (PUTNAM, 2002).

Coleman (1989), em concordância, salienta que pelo fato de os benefícios das ações que geram Capital Social serem sentidos por outras pessoas, o interesse individual pela geração de capital social não é costumeiro. Como resultado, o autor afirma que a maior parte das formas de Capital Social é criada ou destruída como uma consequência de outras atividades. De tal maneira, Coleman (1989) considera que este surge ou desaparece sem o desejo expresso de ninguém, e por isso não é reconhecido ou considerado, normalmente, na ação social.

O atingimento da consciência coletiva em uma sociedade, por outro lado, também está presente na medida em que cidadãos participam dos debates públicos, se engajam, fazendo-se perceber assim, o capital social como a capacidade da sociedade de interagir com os poderes constituídos, sendo esta a principal via de exercício da cidadania que contribui para níveis mais elevados de democracia e de vida cívica com benefícios estendidos a toda a coletividade (SANTOS, 2014; SEN; KLIKSBERG, 2010).

O quarto e último componente identificado dentre as dimensões do capital social, absolutamente decisivo, são os valores éticos predominantes numa determinada sociedade (SEN; KLIKSBERG, 2010). Para Etkin (2007), neste sentido, capital social refere-se ao grau de integração e a capacidade de superar oposições pessoais, tendo como base valores éticos e códigos de convivência que mantêm o tecido social, satisfazendo as necessidades de desenvolvimento pessoal e promovendo significativas contribuições para comunidade.

Capital social e cultura assim possuem alto grau de correlação, sendo a identificação e o fortalecimento da identidade de uma população os dois principais elementos na construção de bases de apoio evolução da sociedade (SANTOS, 2014; SEN; KLIKSBERG, 2010). Pois, "sem o 'terreno cultural' cultivado de modo sistemático, a confiança, a associatividade, o civismo e os valores éticos não teriam como florescer" (SEN; KLIKSBERG, 2010, p.308).

Tendo explorado as quatro dimensões atribuídas ao capital social por Sen e Kliksberg (2010), fica evidente a abundância de formas em que a temática pode se estabelecer e manifestar em diferentes âmbitos sociais. Contudo, além das exposições teóricas trazidas, algumas reflexões além do exposto ainda se fazem necessárias para compreensão desejada.

2.3.2. Chave Contemporânea

A evolução do homem sempre esteve condicionada a sua capacidade de interação e de relacionamento. Tendo em vista o exposto como algo muito próximo de uma definição mais simplista sobre a constituição de capital social, é mister buscar por caminhos que levem a compreensão do processo de formação desta entidade.

Neste aspecto, em primeira instância, considera-se a formação da cultura e o desenvolvimento da educação como fundamentais para o surgimento dos laços colaborativos. O Capital social, por sua vez, quando ativo, fortalece os próprios valores culturais que lhe dão vida além de se estabelecer como uma ponte, fundamental para a transferência de capital humano e para o fortalecimento das relações econômicas em uma comunidade (COLEMAN 1989; PUTNAM, 2002; SEN; KILKSBERG, 2010).

A consideração de que o capital social é adaptável e produz diferentes resultados de acordo com o contexto em que surge, torna necessária a análise estrutural das condições ambientais. Sendo assim, o capital social deve ser um produto proposto para além da organização em que se concebe e deve ser legitimado na amplitude de seu contexto (ETKIN, 2007). Devido as considerações aliadas a questão do senso de pertencimento gerado pela formação cultural, é na esfera local onde o eco das ações pode ser percebido com maior facilidade pela sociedade, fazendo com que processos que engendram o capital social possam ser mais efetivos na promoção da cidadania (SANTOS, 2014).

Para finalização dos ensaios a cerca das possíveis definições, considerando o contexto empírico inerente a este trabalho, coloca-se que o capital social pode ser visto como a capacidade que uma sociedade tem de cooperar, a partir de pessoas organizadas que regulam seus conflitos democraticamente, tendo isso a ver com a qualidade e quantidade das conexões que se estabelecem entre diferentes indivíduos ou grupos. Essas organizações podem estar expressas em diferentes modelos, que vão de associações, clubes, partidos políticos, entre outros, que estabelecem relações sociais estáveis e duradouras, fortalecendo a sociedade civil e aprofundando o conceito de democracia para a construção de uma nova gramática social, instituída pela pluralidade de seus agentes (ANDION; SERVA, 2004; SANTOS, 2014).

Externalidades positivas geradas pela formação de capital social criam novas formas de se desenvolver a vida em sociedade, gerando chances expressivas para a

transposição das barreiras impostas pela postura inerte e viciosa, tão presentes na conduta dos sujeitos.

As falhas do sistema que se vive são inúmeras e certamente é possível afirmar que:

O modelo de desenvolvimento que somos convidados a perseguir não deve ser medido pelo total de produção, mas pela ausência de pobreza; nem tampouco por empreendimentos faraônicos, mas pela ausência de favelas e pela quantidade de áreas verde; o ímpeto consumista também não pode ser medida de desenvolvimento, mas a racionalidade no uso dos recursos naturais. Desenvolvimento deve assim ser entendido como a capacidade em se atender as necessidades e desejos das populações, priorizando-se o bem comum e o bem-estar coletivo, com equilíbrio ambiental e o enriquecimento da sociabilidade (SANTOS, 2014, p.150).

Em outras palavras, não são formas rígidas de interpretação da realidade, ou mesmo o apelo ao espírito empreendedor de alguns que conduzirão a humanidade a níveis civilizatórios superiores, mas sim a capacidade de estabelecer relacionamentos de qualidade, de se buscar entender pontos de vista distintos e principalmente de se aprender a coexistir (SANTOS, 2014). E assim sendo, na visão de Santos (2014), a sociedade civil terá na nova configuração organizada como nunca teve antes, reconhecendo as convergências, os denominadores comuns, criando unidade na pluralidade para o fomento de elementos essenciais para o desenvolvimento social e humano que sejam capazes de impulsionar novos níveis civilizatórios.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

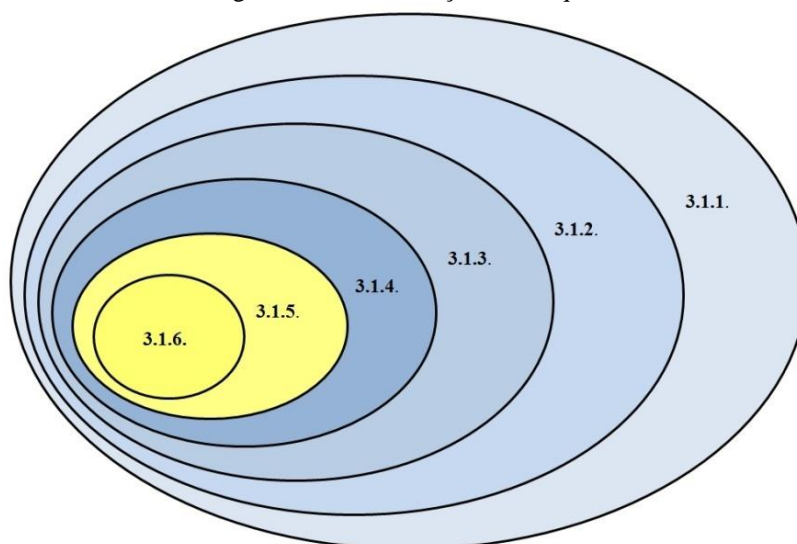
A metodologia científica tem como objetivo a introdução do discente em procedimentos sistemáticos e racionais que subsidiam a base da formação tanto de estudiosos quanto de profissionais no mundo das ideias (MARKONI; LAKATOS, 2010).

Neste sentido, o presente capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta monografia. Para tal, apresentar-se-á: caracterização do estudo, suas respectivas classificações, a implementação da estratégia adotada, os instrumentos e técnicas de coletas, análise e interpretação além das limitações da pesquisa.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste tópico destacam-se as particularidades da pesquisa e descrevem-se os métodos que em conjunto com a fundamentação teórica constituem as ações do problema de pesquisa. As respectivas classificações e estratégia referentes à pesquisa serão apresentadas a seguir de acordo com a figura:

Figura 2 - Caracterização de Pesquisa



Fonte: Adaptado pelos autores com base em Saunders, Lewis e Thornhill (2006).

3.1.1. Classificação da Pesquisa Quanto à Natureza

Diferentemente de uma pesquisa científica teórica pura, quanto à natureza do estudo, aqui se estabelece uma pesquisa científica aplicada. Busca-se por meio da articulação de ideias a formação de novas questões e faz-se uso de conhecimentos já sistematizados, procurando solucionar problemas organizacionais ou do ser humano (ALMEIDA, 2014).

Neste sentido, à luz do referencial teórico levantado, procurou-se elucidar a compreensão do que se traz como realidade a nível prático do campo empírico.

3.1.2. Classificação da Pesquisa Quanto à Lógica

Ressaltam-se aqui, dois tipos de lógica de pesquisa, sendo estas, a lógica dedutiva e a lógica indutiva.

Por meio da inserção e consequente observação dos pesquisadores no campo empírico em questão, inferiu-se determinada verdade, onde conclusões gerais, sustentadas a partir do referencial teórico deste trabalho, apoiam o que se concebe como aparente realidade. De tal forma, na lógica dedutiva, “os argumentos tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas, dando sustento completo a conclusão” (MARCONI; LAKATOS, 2010 p.74). Neste sentido o processo de dedução aplica-se aos conteúdos trazidos referentes à contextualização.

E diferentemente, a lógica de indução consiste em “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (MARCONI; LAKATOS, 2010 p.68). E neste nexos, o processo de indução emerge da ação que conforme se dava prosseguimento, complementava-se com o processo de dedução referido, de forma contínua.

Portanto, apesar de aparente oposição, as lógicas podem ser complementares no que se refere à construção de uma metodologia de pesquisa dedutivo-indutiva.

3.1.3. Classificação da Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema

A partir do processo de interpretação e compreensão provenientes do campo empírico com vistas à transformação por parte dos pesquisadores, o enfoque de abordagem do problema classifica-se como qualitativo.

Adequada para um fenômeno social, envolve examinar e refletir sobre as percepções a ponto de obter o entendimento de atividades sociais e humanas particulares e é, portanto mais subjetivo (RICHARDSON, 1985).

A aplicabilidade, característica essencial às pesquisas qualitativas, não se reduz em variáveis e padrões de medida, seja por sua natureza particular ou por sua especificidade (BIROCHI, 2014). Contribuindo para um processo de mudança, fundamenta-se a partir de uma lógica não determinística. Portanto não se pretende quantificar os resultados, sendo assim, a utilização de ferramentas estatísticas e matemáticas não foram adequadas.

3.1.4. Classificação da Pesquisa Quanto aos Objetivos

Quanto aos objetivos da pesquisa, busca-se descrever e estabelecer relações de forma interdisciplinar que expliquem as percepções e justifiquem o que aqui se propõe para a compreensão do cenário retratado.

É descritivo, pois tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, tendo como foco a ocorrência dos fenômenos. Causas e efeitos, características e problemas relacionados, assim como a contextualização em relação ao tempo e espaço do ambiente social em questão apresentando com máxima exatidão possível os fatos e fenômenos (ALMEIDA, 2014).

3.1.5. Estratégia de Pesquisa

Dá-se ênfase ao estudo a partir da estratégia adotada de pesquisa-ação. Este tipo de estratégia consiste em um método de pesquisa social com base empírica, que por meio de ações definidas por pesquisadores e sujeitos envolvidos com a situação sob investigação, visam à resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 1996; VERGARA, 2012).

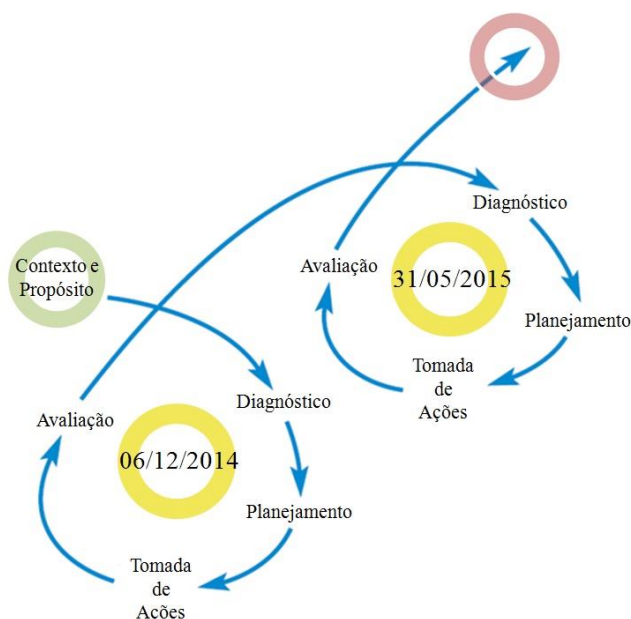
Com a pretensão de intervir na realidade, fazem-se atividades práticas para entender o que realmente acontece e como acontece. Simultaneamente, observa-se que à intervenção objetiva a elaboração e o desenvolvimento de uma teoria (VERGARA, 2012).

Ainda de acordo com Vergara (2012), com uma proposta, intervém-se na realidade para testar essa ou aquela solução, onde os pesquisadores procuram explicitar a transformação que ocorre nas ações dos sujeitos envolvidos e procuram compreender o que torna possível uma tomada de consciência a respeito daquilo que mobiliza (ou não) os envolvidos para a mudança. De forma complementar, Thiollent (1996) prevê que os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema devem estar envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

David Tripp (2005) considera a melhoria do atendimento das necessidades das pessoas, a tolerância e compreensão para com os outros, cooperação maior e mais eficiente para valorização das pessoas, ideias fundamentais para construção de uma sociedade democrática. Assim este estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação socialmente crítica, pois trabalha mudanças, contorna limitações, de forma que sejam trazidas alterações na forma de pensar a respeito dos valores e políticas vigentes, contestando o modo de ver e agir ‘dominante’ do sistema (TRIPP, 2005).

Segundo os autores Saunders, Lewis e Thornhill (2006), a pesquisa ação pode ser dividida em diferentes enfoques. Nesta ótica, na visão dos autores, considera-se a natureza interativa do método por meio da formulação das etapas de diagnóstico, planejamento, tomada de ações e avaliação, partindo-se do propósito e contexto junto aos envolvidos durante o processo, conforme se apresenta na figura a seguir:

Figura 3 - Espiral da Pesquisa-Ação



Fonte: Adaptado pelos autores com base em Saunders, Lewis e Thornhill (2006).

O círculo verde corresponde ao contexto e propósito da pesquisa. As linhas azuis correspondem ao processo supracitado que se decorreu ao longo de meses de atuação em campo e pesquisa. Os círculos amarelos representam os eventos denominados Luz ao Parque e o círculo vermelho representa o prazo final de entrega da pesquisa.

Saunders, Lewis e Thornhill (2006), ainda afirmam que quanto maior a quantidade de ciclos subsequentes da espiral desta estratégia, mais longo se tornam os diagnósticos, que devem sempre considerar avaliações prévias para o planejamento das futuras ações, tendo assim implicações além do projeto imediato. Em outras, deve estar claro que os resultados podem informar outros contextos.

Na visão de Barbier (1985, p.156), a metodologia de pesquisa-ação consiste em "uma atividade de compreensão e de explicação da *práxis* dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas com o fito de melhorar essa *práxis*." Ainda sobre este processo, o autor destaca:

O homem é um ser ativo que por isso se engaja num processo de transformação do mundo do qual é um dos elementos. O exercício dessa atividade prática da uma experiência que lhe abre as portas do conhecimento empírico e, em seguida, do conhecimento abstrato que, por sua vez, guiará sua atividade futura. Trata-se de um movimento de conhecimento da realidade incessantemente em via de totalização que nunca termina (BARBIER, 1985, p.114).

Caracterizada pela intenção dos pesquisadores, a atenção está sempre voltada para a dinâmica e compreensão das transformações que ali acontecem sob a influência da pesquisa e sua prioridade é provocar uma mudança consciente no comportamento dos sujeitos. Lembrando também que é importante não encarar a pesquisa-ação como uma nova estratégia inteiramente diferente de fazer algo, mas mais como um recurso para otimizar, acelerar o modo habitual de aprender com a experiência (TRIPP, 2005).

3.1.5.1. Implementação da Pesquisa-Ação

Relativo à estratégia de pesquisa, apresenta-se nesta subseção o processo de implementação da pesquisa-ação que serviu como base para a construção do presente trabalho. Segundo Vergara (2012, p.193), o método de pesquisa-ação pode ser construído considerando os seguintes passos:

- a. Definem-se o tema e a proposta preliminar de pesquisa;
- b. Constitui-se a equipe de pesquisadores;
- c. Procede-se uma revisão de literatura pertinente ao tema de pesquisa;
- d. Procede-se ao contato inicial com o grupo ou a organização selecionada;
- e. Identificam-se os participantes da pesquisa;
- f. Estuda-se a viabilidade de aplicação do método de pesquisa-ação no meio considerado;
- g. Reúnem-se os participantes para a discussão acerca dos problemas do grupo ou da organização sob investigação e das possibilidades de ação;
- h. Com base em uma suposição diagnóstica, coletam-se dados para a elaboração do diagnóstico, por meio de entrevistas, observação, seminários e outros procedimentos;
- i. Formula-se o problema de pesquisa, baseado na interação com os participantes e, se for o caso, com a colaboração de especialistas;
- j. Escolhem-se as orientações teóricas que darão suporte à investigação, considerando-se o problema formulado;
- k. Elabora-se o diagnóstico;
- l. Intensifica-se a coleta de dados para o planejamento e a implementação das ações;
- m. Selecionam-se as ações para implementação imediata, depois futura;
- n. Elabora-se um plano de ações, considerando as ações a serem implementadas, os responsáveis pela implementação e os prazos;

- o. Implementam-se as ações;
- p. Avalia-se o resultado de cada uma das ações a serem implementadas, em termos práticos e de desenvolvimento de conhecimentos teóricos;
- q. Redirecionam-se as ações, se isso for considerado pertinente;
- r. Planeja-se a implementação de ações futuras;
- s. Resgata-se o problema que suscitou a investigação;
- t. Confrontam-se os resultados obtidos com as teorias que deram suporte à investigação;
- u. Formula-se a conclusão;
- v. Elabora-se um relatório de pesquisa;
- w. Divulgam-se os resultados da pesquisa aos participantes.

Em pesquisa-ação é válido ressaltar que o problema de pesquisa não é definido *a priori*, porque não é possível especificar com antecedência qual conhecimento será obtido e nem quais resultados práticos serão alcançados (TRIPP, 2005; VERGARA, 2012). Deve ser formulado com base nos dados coletados para o diagnóstico e na discussão do tema com os sujeitos envolvidos (VERGARA, 2012). “Isso porque os resultados de cada ciclo determinarão o que acontecerá a seguir e não há como dizer de saída aonde o processo levará” (TRIPP, 2005, p.459).

O fato da realização da pesquisa-ação demandar grande dedicação por parte do pesquisador e dos sujeitos envolvidos com a situação sob investigação, sugere-se de acordo com Vergara (2012) a constituição de uma equipe de pesquisa, ao invés de um único pesquisador. Ainda sobre o processo de implementação, é possível destacar que ao projetar e implementar as atividades de trabalho a equipe aprenderá muito a respeito da situação do campo, da influência de suas atividades e da aprendizagem com seus participantes (TRIPP, 2005).

3.1.6. Instrumentos e Técnicas de Coletas, Análise e Interpretação

No que se refere às técnicas e coleta de dados, utilizou-se de observação, que nas pesquisas qualitativas é muito valorizada. Os tipos de observação utilizados foram: participante e em equipe na vida real.

A principal característica da observação segundo Marconi e Lakatos (2010), está associada ao fato de colocar o pesquisador diretamente em contato com o fenômeno

empírico estudado. Exige também o registro sistemático dos dados e informações que afetam o objeto pesquisado.

Na observação participante os pesquisadores participam ativamente no campo empírico por meio de interações e procuram vivenciar o contexto observado. A observação em equipe permite observar a ocorrência dos fenômenos por vários ângulos, sendo assim, mais aconselhada que a individual e a observação na vida real é feita registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo, espontaneamente, sem a devida preparação (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O fato da melhor ocasião para o registro ser no local onde o evento ocorre às técnicas utilizadas para coleta de dados além da estratégia adotada se deram também por meio do registro iconográfico realizado por sujeitos participantes da ação nos dois eventos. Especialmente no primeiro evento foram coletadas imagens audiovisuais que posteriormente deu origem ao primeiro vídeo sobre o projeto Luz ao Parque. Em princípio, é necessário provar que os critérios da amostra e as variáveis focais de fato se correlacionam (BAUER; GASKELL, 2002).

Utilizou-se também de entrevistas não estruturadas, pelo fato de ser adaptável a cada contexto, dando liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção considerada adequada, priorizando-se assim o fluxo de conversa entre os sujeitos (MARCONI; LAKATOS, 2010). Além de diários de campo para tomar nota dos principais acontecimentos durante todo o período de análise e coleta de dados.

Após a elaboração e classificação dos dados o passo seguinte refere-se à sua análise e interpretação, parte principal da pesquisa.

No processo de análise, o pesquisador procura estabelecer relações entre os dados obtidos com objetivo de responder ao problema de pesquisa. Neste processo, ele realiza de forma contínua a separação analítica dos resultados encontrados, visando construir ligações entre os conceitos propostos na revisão teórica e os resultados alcançados.

Sobre interpretação, é necessário apresentar com clareza dos resultados a partir das análises realizadas em etapas anteriores. Sendo assim, utilizou-se o processo de síntese, no qual são feitas ligações entre a teoria e os resultados, destacando os achados e propondo, em alguns casos, novas relações entre teoria e prática.

3.2. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Tendo em vista a multiplicidade de possíveis abordagens, a pesquisa pode ser limitada em sua extensão, pois aprofundamentos teóricos excessivos dos temas não caberiam dentro do prazo disponível.

Visto que a problematização e embasamento para ação são multidisciplinares, aprofundou-se a nível teórico aquilo que converge às realidades de formação dos autores na área de administração, embasando assim, o contexto do ambiente empírico de análise da referente à pesquisa.

Assim, de difícil articulação e emparelhado às demais teorias abordadas, o tema capital social em conjunto com a estratégia de pesquisa voltou-se para a tomada de consciência dos agentes implicados na atividade investigada. Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato, até por não ser cabível, e sim desenvolver a consciência da coletividade e tomar registros dentro da ótica de análise dos pesquisadores.

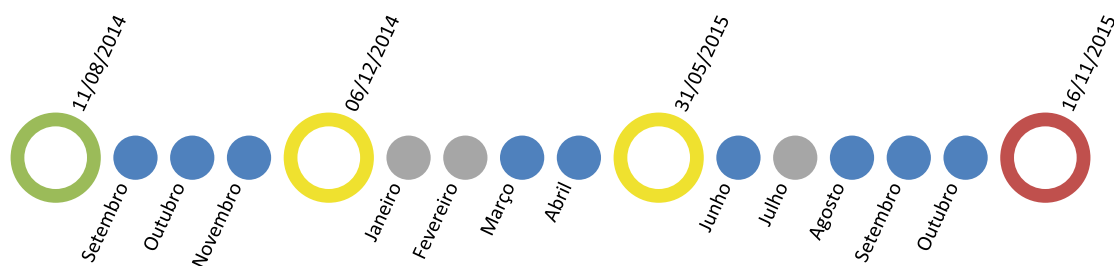
Portanto o trabalho foi estruturado e desenvolvido de forma a possibilitar o desenvolvimento teórico prático das questões e aspectos relevantes para esta pesquisa.

4. ANÁLISE

A partir da contextualização e revisão de literatura realizada, o presente capítulo visa descrever as intervenções a nível prático aplicadas em campo empírico, a fim de analisar os resultados obtidos a partir das ações sob a ótica de capital social.

Com o objetivo de situar cronologicamente o período de ação que envolve esta pesquisa aplicada, de forma complementar à espiral da pesquisa-ação (figura 3), utiliza-se das mesmas cores para correlacionar o fluxo dos processos anteriormente indicados às ações executadas dentro do universo temporal. Segue a figura:

Figura 4 - Linha do Tempo da Pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores.

Cada um dos elementos acima é proporcional a um mês de ano. O círculo verde corresponde à referência inicial que sustenta a pesquisa, em que se estabelecem, respectivamente, contexto e propósito do trabalho. As esferas azuis representam momentos de planejamento e execução de etapas estruturais da pesquisa. Os círculos amarelos correspondem aos meses de destaque, pois nestes ocorreram os eventos intitulados Luz ao Parque. Finalizando, as esferas cinza correspondem aos meses de recesso e o círculo vermelho representa o término da pesquisa.

Considerando o exposto, a organização deste capítulo se dispõe a partir de duas divisões principais, correspondentes aos eventos realizados e suas respectivas datas. Descreve-se inicialmente dentro destes dois tópicos o contexto da situação percebida em ambos os momentos e se utiliza além do exposto em referencial teórico, literatura complementar convergente, que colaborou para a construção das constatações durante o período de pesquisa.

Visando responder a pergunta proposta por esta monografia, o conteúdo em cada uma das grandes partes segue fragmentado em quatro subdivisões com base nas etapas constituintes da espiral de pesquisa-ação (exposta na metodologia). O primeiro ponto consiste no diagnóstico, em que se interpretam as conjunturas contextuais dos momentos de pesquisa para assim perceber os problemas e conceber possíveis correções. Na sequência, a parte de planejamento explica os planos de ação pensados e os passos dados até a data dos eventos. A tomada de ação, referente às datas das duas edições de Luz ao Parque, descreve os processo de operacionalização de ambos os dias além de alguns acontecimentos marcantes registrados. Por último, a parte de avaliação compreende as considerações à cerca do ocorrido em todas as etapas anteriores do ciclo de pesquisa-ação. Neste último item avaliativo são apresentados os resultados da pesquisa até o devido momento analisado. Por ser este um ponto fundamental ao problema de pesquisa, seguem alguns esclarecimentos.

As ações realizadas que alteraram de alguma forma o espaço físico, a exemplo das intervenções artísticas e ecológicas ocorridas e também feitos de menor tangibilidade e de natureza imensurável, como o engajamento das pessoas ou a aclimação obtida devido à disposição de organização e execução das atividades são considerados resultados. As reflexões teóricas sobre o encadeamento de acontecimentos também o são, visto que podem representar um aprendizado ao leitor sobre as questões preponderantes ao ambiente empírico, podendo auxiliar futuramente trabalhos de fim meramente acadêmico ou teórico-práticos sobre o local.

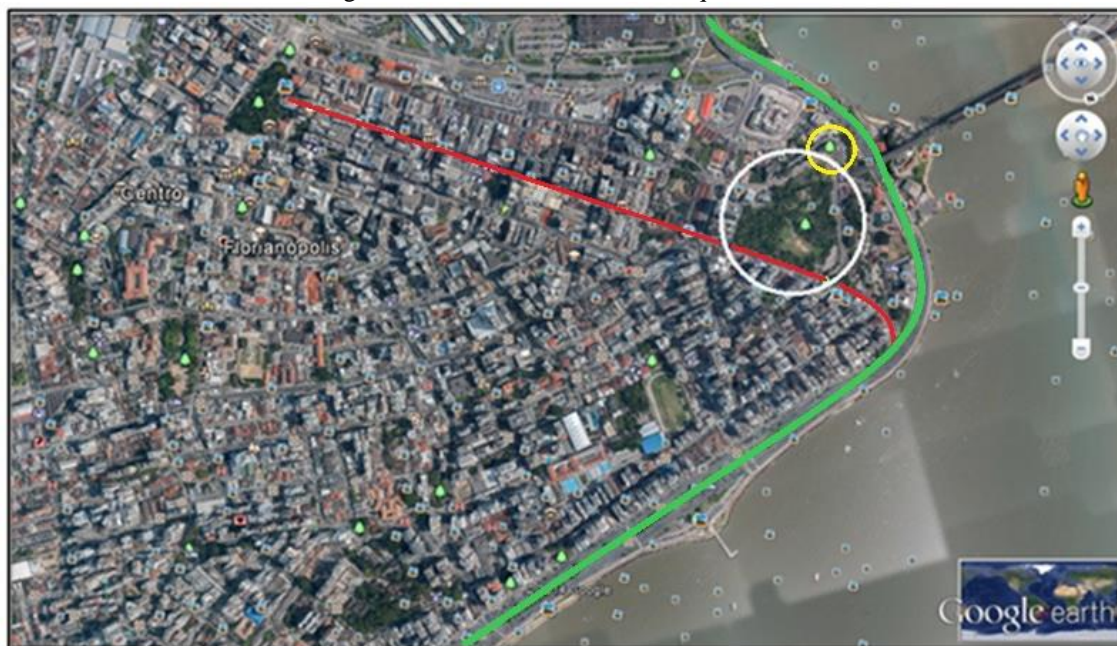
Devido ao caráter substancialmente qualitativo de pesquisa, utiliza-se de material iconográfico no decorrer do capítulo de análise para alicerçar as colocações feitas.

4.1. LUZ AO PARQUE - 06/12/2014

Para a compreensão do contexto da situação percebida que resultou nas ações correspondentes ao evento realizado nesta data, é de importância trazer no presente momento a conjuntura urbanística por trás do espaço em que se atuou, visto que os primeiros delineamentos que embasaram as ações da presente pesquisa aplicada inicialmente surgem de um encadeamento teórico-prático específico.

Dando abertura as considerações iniciais de nível prático, apresenta-se figura 5, uma foto de satélite que evidencia o perímetro urbano que se insere o Parque da Luz.

Figura 5 - Contexto Urbano do Parque da Luz



Fonte: Google Earth e adaptado pelos autores.

Com relação à imagem disposta acima, é possível perceber que o ambiente empírico (circulado em branco), destaca-se na região como a maior área verde e está inserido em ponto de alta densidade urbana do centro da capital catarinense. Nota-se também alguns pontos referenciais da cidade nas proximidades do parque, como a entrada do mirante do cartão postal interditado de Florianópolis, a ponte Hercílio Luz (circulado em amarelo); a Avenida Jornalista Rubéns de Arruda Ramos, mais conhecida como Av. Beira Mar Norte importante ponto de tráfego da cidade (destacado em verde); e a Rua Felipe Schmidt (destacado em vermelho), um dos principais eixos de comércio da cidade.

Um dos fatores considerados relevantes para o sucesso de praças públicas, segundo a urbanista Janes Jacobs (2009), consiste na variedade das edificações do entorno, capaz de trazer ao ambiente uma gama de usuários em horários diferentes.

No que diz respeito à localização do Parque da Luz e sua vizinhança, é possível constatar que existe uma condição favorável para o aproveitamento do ambiente, visto que em um raio de menos de três quilômetros estão presentes edifícios comerciais, residências, hotéis, escolas, além de outros pontos que agregam diferentes tipos de público com compromissos diários em horários distintos. Todos esses pontos são circundados por ruas e avenidas de grande vazão, como as já destacadas.

Sob outro ponto de vista, é trazida imagem mais aproximada do espaço correspondente às mediações do ambiente empírico e sua estrutura.

Figura 6 - Contexto Periférico do Parque da Luz



Fonte: Google Earth

Sobre a figura acima, faz-se destaque a estrutura disponibilizada para uso do espaço. O parque possui um campo de futebol, duas áreas com brinquedos para entretenimento infantil e um ponto elétrico que disponibiliza tomadas.

As condições para usufruto da área verde de lazer Parque da Luz, apesar de aparentemente positivas, na prática demonstram-se pouco atrativas para muitos, principalmente no que diz respeito aos dias úteis de semana. Percebe-se no ponto um fluxo aquém do considerado saudável, posto que o espaço de mais de três hectares durante boa parte dos dias permanece praticamente vazio e, quando ocupado, muitas vezes os frequentadores acabam sendo moradores de rua e outras pessoas que aproveitam a falta do fluxo para práticas ilícitas.

Neste sentido, o Parque da Luz pode ser considerado impopular, tal qual Jacobs (2009) descreve, sofrendo do mesmo problema das ruas sem movimento, que preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas implicadas, mas também pelos efeitos negativos constantes. De acordo com ela, seus riscos espalham-se pela vizinhança de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas.

Condizente ao que é exposto pela autora, o Parque da Luz nos últimos anos tem sido motivo de preocupação daqueles que transitam pelas proximidades, visto que a não ocupação da grande área gera a sensação de insegurança das ruas e pontos que o margeiam. Assim, a situação colocada acaba proporcionando um problema, que em progressão geométrica e por vezes superestimada, vê-se crescendo ao passo que as próprias pessoas o percebem.

Jan Gehl (2014) afirma que caminhar com segurança no espaço urbano é um pré-requisito para a obtenção de cidades realmente funcionais e convidativas para as pessoas. Assim, a violação da percepção de segurança por parte dos cidadãos em um local específico é capaz de produzir o sentimento de insegurança, um vilão a imagem e, conseqüentemente, à valorização por parte a comunidade do espaço.

Urbanistas ao discutir a sensação da segurança nos espaços e ruas descrevem que a prevenção à criminalidade decorre de um ambiente público cheio de vida, com sobreposição de funções de dia e à noite, caracterizada pelo fluxo considerável de pessoas e boa iluminação (GEHL, 2014; JACOBS, 2009). Fato curioso se dispõe por parte de tal, posto que a ocupação pelos cidadãos é compreendida como grande parte da solução do que se estabelece.

No que tange o assunto, Guerreiro Ramos (1989) em “*A nova ciência das Organizações*”, também faz considerações sobre a relação de ambientes de convivência e suas implicações aos sujeitos. Neste aspecto, de acordo com o autor, os espaços têm grande relevância na formação individual das pessoas e a maneira como estes vêm se constituindo não tem contemplado o bem estar do ser. Sendo assim, Ramos (1989) coloca que a recuperação de espaços para a vida pessoal e comunitária deveria constituir, no presente momento, uma meta prioritária de cidadãos e governos, visto que a arquitetura das cidades contemporâneas atende por excelência às exigências do mercado que não correspondem às necessidades dos sujeitos (RAMOS, 1989).

Sobre o sistema de urbanização vigente, Jane Jacobs (2009) salienta que nenhum outro processo da economia da sociedade tem sido mais intencionalmente manipulado com o fim de atingir com exatidão o que conseguimos.

O que se percebe é a primazia do econômico, a confiança cega no poder de regulação dos mercados e a competição desenfreada. Estes fatores trouxeram desequilíbrios sistêmicos sem iguais que resultaram na concretização do “anti-

urbano²⁰”, situação onde a ideia de desenvolvimento vê-se sufocada por estruturas que desintegram ao invés de integrar as pessoas, que parecem não mais se importar com o funcionamento real das coisas, e apenas com suas impressões exteriores imediatas transmitidas (JACOBS, 2009; SANTOS, 2014).

Sobre a condição dos espaços da capital de Santa Catarina, Silva (2008) afirma haver em Florianópolis um processo que vem tomando conta da constituição urbanística como um todo. A autora afirma que a especulação imobiliária vem tornando a capital em um canteiro de obras em que barreiras legais não representam impedimentos para construção de empreendimentos em perímetros não permitidos. O episódio ficou explícito, de acordo com a autora, depois da operação da Polícia Federal que ficou conhecida “como moeda verde”, em que empresários, políticos e servidores públicos realizam as tramitações que geravam benefícios financeiros pessoais para alguns em troca do ajustamento das condições das construções ilegais de outros.

A exposição do problema de corrupção acima é relevante para o entendimento de pontos que marcaram a história do ambiente empírico de estudo. Neste sentido, é válido colocar que o Parque da Luz durante os anos antecedentes a sua estabilização como AVL, sofreu pressões vindas de iniciativas interessadas em construir o espaço. Por meio de conversas registradas por diário de campo com agentes do espaço, foi obtido conhecimento de alguns planos já almejados em épocas em que o parque ainda não estava formalmente estabelecido. A exemplo, destacam-se as tentativas de construção de um centro de convenções do estabelecimento de sede de órgãos governamentais.

A AAPLuz, neste aspecto, foi percebida pelos pesquisadores como a organização da sociedade civil constituída por agentes que acreditam na relevância do local para a região, defendendo-o judicialmente e extrajudicialmente. Por meio de breve contato inicial com o grupo durante visitas semanais ao espaço em agosto de 2014, os membros afirmaram estar passando por dificuldades no que diz respeito à manutenção de suas atividades e principalmente na captação do interesse da região e de possíveis interessados em atuar. Assim, a área de uso comum que surgiu de emanações de anseios recorrente ação da sociedade civil, ainda era visto como espaço de quase ninguém ao invés de pertencente a todos.

²⁰ Divergente ao bem estar das pessoas nos espaços da cidade.

4.1.1. Diagnóstico

No que se refere às percepções, era de senso comum de ambos os pesquisadores que o parque possuía um amplo espaço subutilizado quando comparado às potencialidades percebidas. Considerando as descrições de localização e espaço físico trazidas no contexto anteriormente exposto, enxergou-se no Parque da Luz um espaço de agregação convivial, onde poderiam se estabelecer atividades excepcionais, capazes de promover o convívio entre a comunidade local e principalmente da vizinhança, onde ambos os pesquisadores residem e notam ausência de socialização.

No mês de agosto, durante o segundo semestre letivo do ano de 2014, a oportunidade trazida pela disciplina de Administração de Projetos (CAD 5231)²¹ do curso de Administração propiciou o primeiro esboço do que se tornaria o projeto Luz ao Parque. A disciplina deu base para o desenvolvimento inicial de um projeto de cunho social, enxergado como uma possível chance de retribuir à sociedade o conhecimento adquirido durante o período de graduação.

Compreendendo o cenário que envolvia o Parque da Luz, concluiu-se em instância inicial que a raiz dos problemas estava pautada sobre a questão do medo da comunidade e recorrente má fama do lugar, que concomitantemente crescem na medida em que se evita o contato e ocupação do espaço. O resultado disso era o abandono de muitos e a desconsideração de qualquer utilidade para a localidade. Assim, a AAPLuz se via inerte frente a opinião contrária de tantos sobre a relevância do Parque para a população de maneira geral, seus recursos estavam muito escassos e o poder de influência da causa também.

Ambientes que deem a população condições de desenvolver suas pluralidades de maneira *heterotópica*²² fazem-se necessários para o atendimento das diversas necessidades dos grupos integrantes de uma população (MITSCHERLICH, 1972). O Parque da Luz, apesar de aparente simplicidade estrutural, foi enxergado pelos pesquisadores como um espaço diferenciado, composto por rara natureza e interdisciplinaridade histórico-paisagística, capaz de propiciar a uma diversidade de públicos, satisfação e interesse, além de uma oportunidade de manifestação e ação que beneficiasse a cultura local (MARTINS, 2013).

²¹ O código em referência é utilizado para designar a disciplina no sistema da Universidade Federal de Santa Catarina.

²² No sentido de heterotopia, conceito da geografia humana elaborado pelo filósofo Michel Foucault que descreve ambientes e espaços que funcionam em condições não-hegemônicas.

Luz ao Parque assim, surge como um meio para o compartilhamento da visão dos possíveis benefícios dos espaços públicos assim como escolhido, na disseminação de cultura e no fortalecimento da empatia entre a comunidade e principalmente entre vizinhos de bairro.

Para atingimento da missão referente, considerou-se oportuno trabalhar para dar a população uma experiência fora do cotidiano, que salientasse as oportunidades trazidas a partir de um ambiente como o do parque. De tal forma, Luz ao Parque seria o evento que tornaria possível uma experiência diferente, visando alterar a percepção de toda a comunidade sobre o então impopular Parque da Luz, além de oportunizar um dia excepcional para socialização entre a vizinhança.

Compreendendo o poder de disseminação de mensagens por meio de eventos, os pesquisadores procuraram consolidar um *modus operandi* que fosse capaz de caracterizar e comunicar o trabalho de acordo com seus objetivos. Para tal, o grupo de pesquisa buscou enfatizar os valores compartilhados que acreditavam ser benéficos tanto a esfera local de intervenção, quanto na esfera macro social.

Como primeiro passo, elaborou-se um portfólio do projeto. O documento serviu para a definição dos pontos norteadores que dariam base para a formulação das atividades e temáticas trabalhadas, e também como material de apresentação da ideia para os possíveis interessados.

Sobre a primeira sustentação ideológica da iniciativa, a seguir, estão dispostos os pontos fundamentais de embasamento:

- a) Participação colaborativa;
- b) Responsabilidade Socioambiental;
- c) Valorização da Cultura e Arte Local;
- d) Geração de Valor para Espaços Públicos Urbanos;
- e) Disseminação da Educação Ambiental;
- f) Maximização do Capital Social Local;
- g) Apartidarismo Político.

Com relação a estas definições, acreditava-se que por meio de atividades lúdicas conceitualmente trabalhadas, seria possível trazer aos que comparecessem a chance de enxergar os benefícios de estar presente em um local como parque e de dividir experiências e aptidões participando do que se dispunha lá.

4.1.2. Planejamento

A transposição das ideias para o campo prático se deu durante um período de aproximadamente dois meses e meio, compreendendo a segunda metade do mês setembro até meados de dezembro do ano de 2014.

A partir do aceite e colaboração da turma noturna de Administração de projetos em uma série de definições, a etapa de planejamento se iniciou com a divisão de mais de trinta alunos em grupos específicos. Foram formadas cinco equipes de atribuições diversas das quais se acreditava serem necessárias na organização do projeto. Correspondentes aos grupos surgem os setores de captação, produção, marketing, jurídico além de um responsável pela gestão técnica de projeto, que deveria estar ao lado da direção, representada formalmente por um dos pesquisadores desta monografia.

Ao que se definiu em conjunto em um primeiro momento, o projeto “Luz ao Parque” teria como entregas fundamentais para a data estipulada de realização do evento, as seguintes atividades: Exposição fotográfica e de pintura de artistas locais, intervenção com grafite nos muros das imediações do parque, show com bandas autorais além de um mutirão de limpeza do espaço ao final do dia.

Aclarando as competências inerentes a cada uma das divisões no desenvolvimento de projeto, tinha-se estipulado ao grupo de captação, o objetivo de levantar recursos e principalmente de fechar parcerias a fim de viabilizar e facilitar a realização do evento. Já a equipe de produção seria responsável pela logística, quantificação e aquisição de tudo que envolvesse as atividades propostas para a data. O setor de Marketing deveria trabalhar diretamente com a divulgação e caracterização da ideia para com o público, cabendo-lhe todas as atribuições que envolvessem os pontos que seguem. Por último, o setor jurídico deveria se responsabilizar por tomar conhecimento das providências a serem consideradas com relação a utilização do espaço público levando em consideração as atividades propostas para a realização do evento.

No decorrer do semestre letivo, foram cedidas as aulas da disciplina que deu início à implementação do projeto, de modo que semanalmente eram possibilitadas duas reuniões. Nestes momentos, eram discutidos os delineamentos referentes ao andamento das atividades dos grupos e o planejamento das futuras ações. Do que se passou durante os encontros em sala, alguns acontecimentos foram marcantes no decorrer das

atividades. Um dos marcos fundamentais ocorreu ainda durante o mês de setembro, quando o projeto “Luz ao Parque” passava pelo período inicial de planejamento.

Integrantes do Centro Acadêmico do curso de Administração, em parceria com a turma de Administração de Projetos do período matutino estavam engajados em uma iniciativa denominada “Musicando”, cujo objetivo era o de construir uma sala de música para a organização não governamental Casa da Criança, instituição sem fins lucrativos que presta atendimento sócio-educativo para crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária, no bairro Trindade – Florianópolis. A causa e a própria união de forças comoveu boa parte dos acadêmicos então participantes do projeto “Luz o Parque” e assim, propôs-se a colaborar com o apresentado.

A parceria entre projetos rendeu novo significado à proposta de ação. Comprometeu-se inicialmente a realizar uma campanha de captação de instrumentos para a sala e também em levar as crianças e adolescentes interessados da Casa da Criança ao Parque da Luz no dia do evento. O fechamento do que abrangeria a tomada de ação na data começou a tomar forma a partir dos compromissos fundamentais firmando entre causas e gerou maior comprometimento e adesão da maioria dos alunos participantes.

Figura 7 - Projetos Musicando e Luz ao Parque e a Casa da Criança



Fonte: Arquivo pessoal

Tendo definido as principais instâncias em que o projeto “Luz ao Parque” trabalharia, convocou-se a primeira reunião formal, além dos encontros feitos durante processo de observação contextual, com a APPLuz. Assim, no dia quatro de outubro, o

projeto “Luz ao Parque” buscou apoio da representação popular do Parque da Luz por meio, de um encontro nos quais estiveram presentes os pesquisadores do presente trabalho e o então vice-presidente da Associação. Nesta data, foram explanados os objetivos e atividades que inicialmente se planejava executar e também, foi definido o dia no qual se realizaria o evento. A concordância e incentivo do parte da Associação foi momentânea e serviu como o primeiro aval de um dos pontos chave para a concretização do trabalho.

O novo momento deu sustentação para o andamento de toda a setorização interna do projeto. Ressaltam-se os pontos referentes ao processo de captação de parceiros realizado, em que padrões não convencionais foram estipulados para que se formassem as alianças de projeto. Tendo vistas aos valores explanados anteriormente, foi determinado que se procurassem pessoas físicas ou jurídicas interessadas em ajudar sem o fim de receber incentivos financeiros, mas sim de se propor a participação cedendo recursos ou serviços que seriam necessários ao dia de evento. No que diz respeito a essa decisão, foi possível perceber retração por parte de muitos membros da equipe, que desacreditavam ser viável a execução do projeto de tal maneira. O que muitos viram como possível limitação para a qualidade do que se ofereceria no dia seis de dezembro, serviu como oportunidade para o desenvolvimento de estratégias criativas entre colaboradores externos e os próprios grupos de alunos organizadores.

A começar pela primeira parceria feita com uma escola de música do bairro Santa Mônica, na cidade de Florianópolis. A aproximação entre projeto e escola se deu por um membro do grupo de captação que estagiava meio período no local. Ao final de uma reunião, expondo os contextos práticos percebidos e a abrangência do Projeto, a instituição parceira se comprometeu a providenciar boa parte do material sonoro necessário, técnico de som para o ajuste de todo o equipamento na data, além de se responsabilizar pela disponibilização de um arquiteto especialista na construção de estúdios de música para auxílio no projeto “Musicando”. Foi acordado com a escola, ceder espaço para apresentação de seus professores e alunos durante a realização do evento “Luz ao Parque”.

Ainda sobre a captação de parceiros, ambas as bandas convocadas também consideraram a relevância das propostas de projeto e concordaram em não cobrar cachê. Também houve colaboração dos músicos na articulação junto da escola de música e da organização do evento para ordenar os equipamentos de som e instrumentos que cada uma das partes compartilharia na data para a realização dos shows.

Reuniu-se também com coletivos de arte que se organizaram quase que de forma independente para comparecer ao evento expondo seus trabalhos e colaborando com o grafite nos muros. O projeto conseguiu a doação 40 latas de spray de um representante comercial do produto na região para a confecção do trabalho. Por meio de indicação da rede de contatos de um dos pesquisadores fechou-se parceria com colaborador externo que se responsabilizou em ministrar a oficina de construção de objetos sonoros de matéria reciclável. Para finalizar, foi estabelecida parceria com empresa de tecnologia que disponibilizou 250 litros de água e 200 copos personalizados com sua logo para utilização no evento.

Apesar da necessidade de recursos financeiros terem sido reduzidas, os custos envolvidos na compra de insumos para as atividades e do pagamento de estrutura básica ficou em R\$1.200,00 (mil e duzentos reais). Foram recebidas doações financeiras simbólicas de pessoas físicas e jurídicas para o pagamento dos quatro banheiros químicos locados e do lanche para as crianças da ONG auxiliada. Objetivando colaborar como fosse possível com a causa das crianças da ONG Casa da Criança e também servindo de divulgação direta para o próprio Parque e projeto, foram confeccionadas cinquenta e cinco camisetas do Projeto “Luz ao Parque” para serem vendidas a R\$20,00 (vinte reais) e mandou-se produzir blocos de rifas para o sorteio de um violão, doado por um dos pesquisadores da presente pesquisa, customizado durante o evento por uma artista local.

Tendo firmado uma boa rede de parceiros que acreditavam nas proposições e pontos trabalhados pelo projeto, as questões referentes a documentação de utilização do espaço dentro das exigências públicas foram sandas no início de novembro e podem ser conferidas conforme os anexos A, B e C no trabalho. Estava garantida a utilização do espaço e a realização das atividades necessárias no dia 06 de dezembro e em caso de chuva, poder-se-ia transferir o evento para o fim de semana subsequente.

As pendências de maior impasse na concretização da ideia em meados da segunda quinzena de novembro já estavam resolvidas. Sendo assim, no dia dezoito deste mês foi concedida a oportunidade por meio de um dos alunos de graduação participantes do projeto de comparecer a um programa de Radio transmitido diariamente na estação CBN de Florianópolis.

Figura 8 - Participação em Programa na Rádio CBN



Fonte: Arquivo pessoal

Nesta data, foram disponibilizados cinco minutos de conversa ao vivo com o entrevistador. Explicou-se em uma rede de nível estadual, o que basicamente consistia a iniciativa Luz ao Parque, atrelando-a diretamente a imagem do Parque da Luz. A vinculação do evento com o parque gerou constatações por hora interessantes por parte do entrevistador, que apontou afirmativas relativas à insegurança do local e certa inutilidade por parte do mesmo. Após isso foram feitas ressalvas que justificavam a utilização do ponto e convidou-se a população a comparecer no dia seis de dezembro daquele ano às imediações do Parque da Luz. O ocorrido é de grande valia, pois um dos objetivos fundamentais do projeto no momento inicial era gerar visibilidade ao Parque da Luz além de trazer as pessoas uma oportunidade para usufruir do espaço. A rádio, apesar de imensurável impacto, foi um meio de comunicação que deu força para a disseminação da ideia.

Faltando poucas semanas para a ação tomar forma as últimas decisões com relação ao grupo de alunos participante consistiram na formação de novos grupos, que se responsabilizariam por cada um das áreas e atividades que estariam acontecendo no dia. Para convidar a população a estar presente, além da participação durante programa

de rádio, utilizou-se, principalmente, rede social em que se expôs a descrição pertinente aos objetivos do evento e atividades que seriam oferecidas ao público.

Figura 9 - Evento Luz ao Parque no Facebook (2014)



Fonte: Facebook

A última ação de planejamento foi tomada uma semana antes do dia seis de dezembro, quando foram avisados aos moradores dos prédios periféricos ao parque, que possuíam de fundo os muros limítrofes em que seriam realizados os trabalhos de grafite, sobre a atividade planejada e aproveitou-se para convidar a estar presente na data. Um ofício foi enviado para os síndicos dos condomínios periféricos do local, com

autorização formalizada por assinatura da presidência e vice-presidência da AAPLuz para desenvolver o planejado.

Figura 10 - Muro Limítrofe do Parque da Luz (2014)



Fonte: Arquivo Pessoal

A população foi convidada a estender suas toalhas de piquenique com família, amigos e animais de estimação, para usufruir das atividades conforme planejamento. Foram oferecidas oficinas educativas, esportes, mutirão de limpeza, apresentações musicais, intervenção e exposição de arte, encontros de animais de estimação dentre outras atividades.

4.1.3. Tomada de Ação

No primeiro sábado de dezembro de 2014, analisou-se o clima do dia as 07h30min da manhã para dar sequência ao planejado e encaminhou-se para o local com os materiais necessários conforme o estipulado.

Primeiramente dedicou-se os esforços à montagem da infraestrutura básica no local. Posicionou-se uma barraca de apoio para os colaboradores e parceiros, os banheiros químicos, mesas e *pallets* a serem utilizados como estrutura de palco; etc.

Figura 11 - Infraestrutura do Evento



Fonte: Arquivo Pessoal

Como atividade primeira, após encontro de grande parte do grupo assim como das crianças da Casa da Criança que chegaram de ônibus cedido pelo consórcio Fenix²³, realizou-se uma oficina de construção de objetos sonoros feitos a partir de materiais recicláveis com o intuito de aludir à música de forma simples e integradora além de destacar pontos importantes sobre reutilização de materiais e reciclagem.

Também em uma mesa com material disponível, um dos professores que acompanhava a ONG realizou atividades de artes estimulando o desenho e criatividade. Com canetas especiais também foi realizada a atividade “tatuagens encantadas” nas crianças.

²³ Grupo de gestão do transporte público da cidade de Florianópolis.

Figura 12 - Atividades com as Crianças



Fonte: Arquivo Pessoal.

Após as oficinas, brincadeiras e outras atividades do período da manhã, fez-se o piquenique com as crianças do local. Frutas, sanduíches e os alimentos recomendados fizeram parte do cardápio oferecido. A água foi disponibilizada por um parceiro que oferecia opção à mobilidade urbana por meio de vínculo com aplicativo.

Concomitante, o muro com a presença e atuação de artistas locais surgia por meio de *grafitti* e outras técnicas de arte urbana.

Figura 13 - Arte no Espaço Urbano



Fonte: Arquivo Pessoal

Expunham-se fotografias e pinturas utilizando-se principalmente da própria estrutura orgânica das árvores do parque com a proposta de incentivar um fluxo mais natural e fluído no ambiente, possibilitando assim trazer a expressão individual de cada um dos sujeitos que ali interagiam.

Figura 14 - Desenhos, Pinturas e Fotografias



Fonte: Arquivo Pessoal

Havia um fluxo evidente de pessoas transitando entre as ações e locais escolhidos para realizar as atividades. Considerando o cronograma de horários, ressaltase que houveram falhas para a execução de acordo com o programado. Mesmo com alguns atrasos referentes a da passagem de som, o palco tomava forma e já testava os instrumentos e volumes adequados com membros engajados das bandas participantes.

No horário próximo ao meio do dia começaram as apresentações musicais. Primeiro interpretaram-se canções em flautas com o professor de música da ONG e as crianças participantes. Na sequência entraram as bandas locais como Balcony, a banda da escola ABC da música e a banda Nebula Dogs.

Figura 15 - Encontro Musical (2014)



Fonte: Arquivo Pessoal

A disposição dos atrativos oferecidos trouxe um dia diferente ao cotidiano do parque. Era possível perceber pessoas de todos os tipos e faixas etárias assim como animais de estimação dando vida ao espaço. Vizinhos e transeuntes atraídos pelo som e movimento desfrutavam da mínima infraestrutura oferecida a todos pelo evento de forma solidária e educada. Era possível sentir uma energia indescritível tomando conta dos ares do local. As pessoas mostravam-se alegres e engajadas.

Com algumas crianças que pediram para o ônibus sair depois do horário combinado e a devida autorização de seus responsáveis e articulação com a empresa de transportes, o coletivo de artistas UEBA ofereceu oficina de customização e arte com reaproveitamento de materiais descartáveis para todas as idades.

O Parque da Luz costuma ser ponto de encontro de pessoas com animais de estimação. Os apelos feitos durante a divulgação sobre trazer os animais para o evento foram válidos, visto que a quantidade de *pets* era considerável. Esta foi mais uma forma de interação e aclimação das pessoas ao ambiente do parque.

Antes da última banda foi feita uma pausa e com luvas e sacos plásticos fornecidos pela COMCAP, promoveu-se um mutirão de limpeza com a participação dos

agentes formais e do público, que recolheu inúmeros sacos de lixo, de resíduos não só resultantes do evento, mas de tantos outros dias de uso do local. Garrafas de bebida alcoólica, pontas de cigarro, embalagem de alimentos, preservativos usados e seringas, foram alguns dos objetos retirados.

Figura 16 - Mobilização para Limpeza



Fonte: Arquivo Pessoal.

Durante essa ação, foi possível entrar em contato com pessoas que se mostraram realmente comovidas e engajadas com a limpeza do espaço. No término da atividade foi dada sequencia a última apresentação.

A atração de fechamento do dia se deu a partir da doação de um violão, estilizado durante o evento por um dos artistas colaboradores. O instrumento foi sorteado entre todos aqueles que colaboraram com rifas que foram revertidas a ONG Casa da Criança.

Figura 17 - Sorteio de Violão



Fonte: Arquivo pessoal.

Após o encerramento começou a se desmontar a estrutura trazida como os palcos de *pallets*; posicionar o lixo estrategicamente para a retirada pela COMCAP; retirada dos banners informativos; retirada dos banheiros químicos, dentre outros.

4.1.4. Avaliação

As circunstâncias percebidas durante a contextualização e diagnóstico no primeiro ciclo de pesquisa-ação correspondem juntas a essência do presente trabalho. É possível relacionar as conjunturas que envolvem o espaço público estudado às emanções por parte das pessoas, em resposta a uma dada realidade estabelecida não só na esfera micro de análise, como também a nível macrossocial.

O cultivo do medo, das ameaças e vaidades é contrário à formação de relacionamentos coletivos, e age a favor do desenvolvimento de comunidades desconfiadas. Estabiliza-se de tal maneira um ciclo em que a falta de virtuosidade tende a reforçar o empobrecimento das relações humanas (SANTOS, 2014).

O indivíduo na atualidade, permanentemente ocupado nas atividades de comércio, tem pouco ou nenhum tempo para considerar outras questões que não as relacionadas à sua própria sobrevivência. A visão viciosa nos padrões econômicos convencionais reduz o papel do cidadão a um mero agente de maximização da utilidade e ofusca assim, quase toda e qualquer chance de se admitir outras possíveis formas de se estabelecer relações (RAMOS, 1989).

Sobre a argumentação teórica colocada, percebeu-se, tal qual coloca Santos (2014), que há uma verdadeira crise em promover intercâmbios não mercantis permeando as relações humanas. Ou seja, não se consegue atingir uma perspectiva que ultrapasse o materialismo, que conceba um sentido econômico ampliado capaz de contemplar a dimensão existencial e espiritual humana.

O cenário conjuntural observado no ambiente empírico Parque da Luz, com os devidos esclarecimentos feitos em fragmentos anteriormente neste trabalho, foi considerado como reflexo do encadeamento descrito. Desde os problemas com a má reputação e utilização insuficiente do espaço, aos interesses financeiros tentando prevalecer sobre a ideia de um ambiente público, de valor cultural e paisagístico para a cidade, são fatores dos quais podem ser relacionados à problemática já evidenciada.

Ao que se coloca, Luz ao Parque surgiu da concordância entre os pesquisadores de se pensar em novos modelos de produção e convivência que dessem sustento aos sujeitos para se complementarem em suas diferenças, em prol da valorização do grupo e de suas próprias individualidades (LAVILLE, 2009; RAMOS, 1989, SANTOS 2014). Trazendo a constatação a nível prático, buscou-se agir no espaço público Parque da Luz a partir da formação de redes colaborativas não remuneradas, compostas por

interessados em concretizar intervenções de cunho artístico-cultural a favor da valorização da localidade e do oferecimento de uma oportunidade de lazer gratuito e conscientização a toda população interessada. De tal forma, na data de seis de dezembro do ano de 2014 foi instituída a prática final referente ao primeiro ciclo de pesquisa.

Considerando as atividades dispostas e respectivos conteúdos e objetivos trabalhados durante o primeiro sábado de dezembro daquele ano, estruturou-se um microambiente de sociabilização e produção cultural conduzido por premissas do modelo paraeconômico de Alberto Guerreiro Ramos (1989). O decorrer da ação resultou na formação de um ambiente misto entre os enclaves de isonomia e fenonomia descritas pelo autor.

Os fins não lucrativos e de crítica à própria ideia limitada do mercado como única solução, além da presença de uma liderança direcionadora, colocam o movimento no caminho da descrição de Ramos (1989) sobre ambos conceitos. A utilização mínima entre trocas monetárias para a execução das práticas planejadas e a não monetização de nenhum dos agentes envolvidos foram formas de se chegar ao que autor coloca como um desafio ao sistema de mercado e também, forçou os indivíduos a empenharem-se nos relacionamentos pessoais visando a contribuição ao grupo (RAMOS, 1989).

Durante ação, tanto os alunos da disciplina quanto os próprios músicos, coletivos de arte e empresas interessadas em ajudar foram instigados a utilizar suas próprias redes de contato e criatividade não ligadas à ideia de compra para solução dos problemas. Exemplos claros foram acontecimentos ligados a música e o grafite. Todos os equipamentos de som e instrumentos que eram necessários aos shows foram cedidos a partir da organização entre alunos, bandas e a escola de música parceira, sem gasto com aluguel de aparelhagem. Os pallets para o palco foram conseguidos em obras que descartariam os mesmos e também o orçamento de especialista na construção de estúdios musicais para a sala de música na Casa da Criança. Já no grafite, grande parte das tintas veio da mobilização dos artistas, contatando um comerciante de produtos de pintura e um fornecedor de spray próprio para a realização deste tipo de trabalho, que doaram o material.

A dinâmica de organização e captação dos recursos necessários desta forma foi crucial no teste de um modelo de gestão alternativo, que estivesse menos dependente de relações de clientelismo comuns. O ponto fundamental consistiu em mostrar, principalmente aos envolvidos, de que bons relacionamentos envolvendo interesses comuns podem ser produtivos ao ponto de minimizar a importância monetária, ao ponto

de ser praticamente irrelevante ao produto final. Assim é o capital social, que exatamente como outras formas de capital, é produtivo e tornou possível o atingimento de objetivos que em sua ausência não seriam possíveis (COLEMAN, 1989). O fenômeno chave a tomada de ação da pesquisa possui particularidades de plena concordância com as proposições de trabalho. Novamente, o oferecimento de um dia de trabalho sem perspectivas de ganhos financeiros em benefício da comunidade foi favorável a formação dos laços colaborativos, pois nas relações de capital social não há vencedores e perdedores, ou contratantes e contratados, mas sim agentes do bem comum (COLEMAN, 1989; SANTOS, 2014).

No que se refere à eficiência das relações, levar em conta o fator proximidade, no sentido de ter alguma empatia e conhecimento sobre os colaboradores foi benéfico. É natural recorrer aos mais próximos na busca por parceiros, do que ir procurar diretamente por aqueles que não se tem contato. A confiança no próximo aumenta a eficiência da sociedade e quanto maior for a comunicabilidade entre as partes, maior a confiança mútua e facilidade no ato de cooperar (PUTNAM, 2002). A cadeia de colaboradores vinda de cada um dos envolvidos gerou um ambiente fluido de relações, em que o fato de se estar lidando grande parte do tempo com conhecidos fez fluir mais facilmente todo o processo de pesquisa.

Sobre as formas de colaboração referentes ao primeiro ciclo de pesquisa, eis um ponto interessante percebido na execução do projeto. A liberdade criativa e de expressão cedida em prol do bem estar público foi o grande incentivo do meio artístico, incluindo desta vez fotógrafos e *videomaker* também. Os integrantes do meio artístico demonstraram além de seu interesse em sensibilizar outros indivíduos sobre o que apreciam fazer, um grau elevado de consciência social e motivação para exercer seus trabalhos, tal qual é descrito como característicos de indivíduos participantes de feições. A pluralidade de intervenções assim gerou produtos finais de naturezas diversas ao Parque da Luz.

A finalização do trabalho de grafite é considerada um benefício de relevância da ação dos participantes do projeto. O grupo de artistas registrou, no paredão que limita o perímetro do parque e condomínios, mais de dez obras que cobriram mensagens de apologia a drogas e pichações que degradavam a localização. Tendo vistas a ausência de expressão da disposição anterior da parede, os grafites trouxeram nova atmosfera a composição das mediações do parque público. Apostou-se na arte como um meio criador de empatia entre apreciadores e o parque, pois se credita a estes trabalhos a

capacidade de atrair pessoas para a ocupação dinâmica do então espaço impopular (GEHL, 2014; JACOBS, 2009).

Figura 18 - Arte Coletiva (2014)



Fonte: Arquivo Pessoal

As apresentações musicais também foram importantes para atingir alguns pontos esperados, principalmente no que diz respeito à ocupação do espaço no dia. Durante o passar do evento, a região dos shows sediou o maior aglomerado de pessoas em quase todos os momentos e serviu de atração principal para que as pessoas continuassem ocupando o espaço.

De acordo com Bordenave (1983, p.22), “a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Considerando o objetivo de fazer a maior quantidade possível de pessoas, de alguma maneira, ter algum tipo de interação direta com o parque, o mutirão de limpeza foi a forma de conscientização encontrada para elencar a participação de voluntários, além do corpo de colaboradores formais, em favor do uso consciente do espaço. As pessoas interromperam seus piqueniques com amigos e família e ajudaram na coleta dos dejetos espalhados pelo Parque. A adesão acima do esperado deixou o espaço mais limpo depois de um dia de uso.

“Fazer parte” como coloca Bordenave (1983) também foi o intuito quando se propôs a trazer as crianças da ONG para o Parque da Luz. O fato de haver um projeto paralelo correndo simultaneamente a Luz ao Parque, para a construção de uma sala de música, tornou oportuna a organização da vinda do grupo musical infantil da Casa da Criança para apresentação no parque. O atraso nos horários das atividades prejudicou a apresentação e participação das crianças em algumas atividades, mas o ocorrido não colocou em jogo a validade da participação quase da ONG no dia. Às crianças foi destinada também a oficina de construção de objetos sonoros de material reciclável. O trabalho teve grande aceitação e participação e auxiliou na disseminação das ideias de sustentabilidade que também fazem parte dos valores de Luz ao Parque.

Todos os recursos financeiros obtidos pela venda de camisetas e rifas, que eram destinados aos custos indissociáveis (banheiros químicos, alguns materiais de gincana e lanche para as crianças), foram mais que suficientes e por isso, doados para a entidade, visto a seriedade do trabalho desenvolvido por eles.

O dia seis de dezembro apresentou condições de climáticas e luminosidade ideal para registro audiovisual dos acontecimentos. O trabalho dos fotógrafos voluntários produziu os álbuns de fotos²⁴ utilizados na explanação dos tópicos de análise já descritos e tiveram respaldo positivo nas redes sociais nas datas próximas posteriores à finalização do primeiro evento. As tomadas de vídeo feitas durante o evento também deram forma a um vídeo²⁵, editado no intuito de transmitir corretamente o trabalho realizado e sua relação com o ambiente de parque. A edição serviu também como forma de reconhecer a ajuda vinda das pessoas e organizações formais e informais envolvidas no dia. Segue figura da exposição realizada do vídeo em rede social:

²⁴ Fotos disponíveis em: https://www.facebook.com/luzaoparque/photos_stream?tab=photos_albums

²⁵ O vídeo pode ser acessado em: <https://vimeo.com/123006713>

Figura 19 - Luz ao Parque nas Redes Sociais (vídeo)



Fonte: Facebook

Para finalizar a avaliação, em um primeiro ciclo de pesquisa-ação foi buscado oferecer uma ocasião favorável à execução de tarefas compensadoras, de forma que cada indivíduo participante pudesse exercer um papel significativo com suas aptidões a realidade do parque da própria comunidade. Tal experiência serviu como um grande teste ao modelo na busca por elevados níveis de confiança, reciprocidade e bem-estar coletivo entre os agentes e a própria sociedade (PUTNAM, 2002; SEN; KLIKSBERG, 2010).

A gestão voltada à utilização do capital social rendeu alianças de trabalho que ultrapassaram a questão do interesse próprio e agiram a favor do bem comum, mostrando serem possíveis relações de benefício mútuo que vão além de objetivos financeiros e contemplem a participação cidadã (BORDENAVE, 1983; COLEMAN, 1989; PUTNAM, 2002). A execução do dia seis de dezembro de 2014 comprovou a eficiência da tríade composta pela liberdade de expressão artístico-cultural, consciência social e sistemas de participação cooperativa.

Ao parque, tal configuração rendeu um dia que abrangeu de atrações de lazer e cultura a intervenções positivas lá permaneceram por tempo indeterminado. O movimento deu um primeiro passo para uma nova idealização do parque como um espaço capaz de ser convidativo e favorecedor a novos relacionamentos a quem o frequenta, além de alto potencial de poder propiciar o desenvolvimento de atividades a favor de todos.

4.2. LUZ AO PARQUE - 31/05/2015

Após os meses de recesso apontados na linha do tempo pelos pontos em cinza (figura 4), a continuação do processo cíclico e complementar de conhecimento e prática, foi visto como necessário visto que os problemas enfrentados não podem ser sanados em curto prazo.

No dia quatro de março do ano referente, a Associação Amigos do Parque da Luz convidou os pesquisadores para comparecer a uma reunião. Neste momento foram apresentados os resultados e conclusões sobre a realização do primeiro evento “Luz ao Parque” para a organização civil. Simultaneamente ao que se expunha, os membros da diretoria da associação demonstravam pleno interesse no desenvolvimento de mais ações como a destacada. Segundo eles, a forma com que se utilizou o parque e a movimentação da comunidade a favor do ocorrido foi representava algo expressivo e fundamental para tendo vistas para a valorização do espaço frente a opinião popular. O ocorrido foi a manifestação de algo que há tempos, a própria associação gostaria de ter propiciado.

A aproximação entre pesquisadores e associação foi naturalmente tomando forma, de modo que foi requisitada presença durante as reuniões que sucederiam o encontro pós-evento. A conjuntura disposta levou a vinculação direta do segundo ciclo de pesquisa-ação à atuação dentro do espaço político representado pela organização da sociedade civil AAPLuz, posto que todas as articulações fundamentais à estabilidade e desenvolvimento do Parque da Luz eram associadas a este grupo. O contexto de aproximação com a associação levou os pesquisadores a aprofundar a atuação no ambiente empírico.

O novo momento de pesquisa trouxe consigo a necessidade de aprofundamento teórico específico, do qual se contou com a orientação do Professor Dr. Renê Birochi, do curso de graduação em Administração da UFSC. As experiências práticas trazidas

nas discussões em reunião com a AAPLuz eram colocadas e debatidas com o Professor, sempre considerando as constatações e ação da etapa inicial de pesquisa aliada as novas descobertas sobre o parque e associação.

É válido apontar neste contexto, o surgimento de novos trabalhos com vistas ao apoio da causa do parque nos meses de março e abril. A capilaridade do projeto atingida durante o primeiro ciclo de pesquisa atraiu a atenção do então graduando em Administração, Vitor Rodrigues Botega, colega de curso comum aos dois pesquisadores além de um grupo de alunos da disciplina de Laboratório De Gestão: Organizações Da Sociedade Civil (CAD7303) ministrada pelo professor orientador referenciado.

Na data 22 do mês de abril, viabilizado por meio do contato com a associação, foram convidados a comparecer em uma reunião com a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM). Esta se situava neste ano em novo endereço no centro da cidade, agora em frente ao Parque da Luz.

Nesta ocasião se tratou sobre eventos que ocupassem os parques da cidade e que promovessem sustentabilidade para ocorrer na semana municipal do meio ambiente como programação da cidade. Compartilhou-se brevemente sobre o evento Luz ao Parque que ideologicamente compreendia a todos os anseios tratados.

4.2.1. Diagnóstico

A aproximação do grupo de pesquisa à AAPLuz fortaleceu a compreensão das instâncias de funcionamento da associação e sua relação direta com a situação do parque. Durante a presença em uma sequência de reuniões, foi possível perceber certa confusão em relação ao papel da associação frente a sua atuação e também, sobre a designação daqueles que seriam seus próprios problemas estruturais mais relevantes. O ponto que parecia ser de consenso da direção da AAPLuz e que constantemente era ressaltado como a grande defasagem que impedia a atuação eficiente do grupo associativo era relativo a questão financeira da organização.

Constatou-se inicialmente que o grupo encontrava sérios problemas de comunicação com público. Não havia canais de comunicação bem definidos entre associação e população, de forma que a informação sobre o trabalho da organização possuía pouco alcance. Acompanhado a isso, o grupo encontrava dificuldades para promover atividades de integração à comunidade, tal qual a edição primeira de Luz ao Parque.

Foi neste sentido que o colega de graduação Vitor Rodrigues Botega desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso e que os alunos da disciplina de graduação colaboraram. Foram desenvolvidos respectivamente, um plano de comunicação para associação e a apresentação de uma plataforma de transparência cedida pela organização comunitária de Florianópolis (Icom).

Outro ponto interessante descoberto, foi de que a associação se via encurralada na situação de inação da prefeitura municipal em relação ao parque e numa medida emergencial, vem pagando há anos um funcionário responsável pela poda de árvores e manutenção mínima do espaço para garantir condições de uso adequadas à população.

De acordo com o compreendido, para a diretoria e colaboradores participantes da associação, os recursos monetários eram escassos demais para o desenvolvimento de projetos para o parque. Aliado a isso, a relação do grupo com a prefeitura de Florianópolis e órgãos competentes era sempre exposta. Não havia entendimento entre as partes, de forma que o Estado parecia não considerar as manifestações e reivindicações que vinham sendo trazidas pela associação. Projetos como o de iluminação do espaço, de readequação das estruturas de usos comum, dentre outros exemplos nunca foram possíveis.

O encadeamento das circunstâncias apontadas relacionado ao estudo teórico realizado, principalmente no que se refere a sociedade civil e seus delineamentos, levou a um série de reflexões sobre os possíveis fatores de forte correlação ao insucesso da AAPLuz.

A defasagem no processo comunicativo gera pouca expressividade do grupo frente à vizinhança e comunidade em geral, e conseqüentemente pouca adesão de pessoas a causa. A representatividade de uma organização civil é fundamental para sua legitimação frente aos poderes vigentes (BOBBIO, 2007). Logo, a ausência de pessoas engajadas e uma representação popular enfraquecida dão margens a deslegitimação dos interesses defendidos e favorecem os vigentes (BOBBIO, 2007; DEMO, 1988).

Sobre a tomada das responsabilidades do Estado por parte da sociedade civil, Dagnino (2004) afirma que a transferência de papeis do Estado para as organizações civis gera um processo de despolitização de massas. Na visão da autora, ao passo que a sociedade civil assume compromissos dos quais as organizações estatais deveriam tomar conta, seu papel na cobrança e participação na construção de uma sociedade democrática é ofuscado, dando espaço a perpetuação de políticas de benefício aos interesses vigentes.

Sendo o modelo hegemônico atual unidimensional, tal qual Ramos (1989) descreve como exclusivamente direcionado pelas questões de mercado, o enfraquecimento da associação que hoje é considerado figura *una* ao Parque da Luz, dá margens a ação e estabelecimento de fins econômicos contrários ao estabelecimento de um espaço público para a cidade.

As colocações anteriores fazem todo sentido quando relacionadas à situação da associação. Na AAPLuz, a falta de representatividade vinda das dificuldades organizacionais e principalmente comunicativas, geração ausência de adesão a causa e participação popular. O fato de que uma área de mais de três hectares necessita de cuidados com a poda de árvores, manutenção dos jardins e grama, dentre outras atribuições, que exige a utilização recursos e mão de obra. Não há organização e recursos suficientes, pois há pouca adesão e prioridade emergencial sempre será uma das poucas atendidas. O ciclo que se estabelece, se nada for feito, vai agindo sutilmente na degradação do local, que abre alas para sua desapropriação do senso de posse da comunidade e deixa a mercê das vontades preponderantes contrárias ao estabelecimento da AVL.

Sobre as apropriações do capital na produção dos espaços, o histórico da constituição urbana de característico a Florianópolis junto ao descontrole do mercado imobiliária torna-se novamente, um risco conveniente. De acordo com Silva (2008) a situação de especulação imobiliária é uma realidade ficou explícita, depois da operação da Polícia Federal que ficou conhecida “como moeda verde”, em que empresários, políticos e servidores públicos realizam as tramitações que geravam benefícios financeiros pessoais para alguns em troca do ajustamento das condições das construções ilegais na cidades.

Considerando à indução das reflexões acima, o maior problema enfrentado pela associação foi considerado a ausência de participação e representatividade do movimento frente o ciclo supracitado. De tal forma, Luz ao Parque trabalhou na segunda espiral de pesquisa objetivando propiciar novas condições associativas entre comunidade, estado e privado, a favor de facilitar a formação do senso de pertencimento e apropriação do parque e do civismo local.

4.2.2. Planejamento

De acordo com o exposto no contexto e diagnóstico o processo de planejamento do próximo ato de pesquisa-ação com data marcada para o último dia do mês de maio deu início a mais um desafio frente a esta pesquisa.

A semana municipal de conscientização do meio ambiente ocorreu no período de vinte e sete de maio até cinco de junho com uma programação realizada em diversos espaços públicos da cidade com a proposta de difundir a consciência ambiental nestes espaços. Com programação exposta nos meios de comunicação, a semana municipal se propunha a oferecer: maratona fotográfica, palestras, seminários, oficinas, teatro, cinemas eventos e atrações culturais que movimentariam alguns pontos estratégicos de toda a cidade de Florianópolis.

Coordenadas pelo Departamento de Educação Ambiental e pela Diretoria de Gestão Ambiental da Floram o evento do dia trinta e um do mês de maio ocorreu no Parque da Luz conforme anexos F, G e H e se vinculou diretamente a imagem da AAPLuz a segunda edição do evento Luz ao Parque realizada.

Figura 20 - Semana da Conscientização do Meio Ambiente e Programação

PROGRAMAÇÃO

DATA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL/INFORMAÇÕES
17/05		LANÇAMENTO DA MARATONA FOTOGRÁFICA "FLORIANÓPOLIS: nossa natureza, nossa identidade"	Diário Catarinense, Jornal Imprensa Informações: 3124-3225-1568 Reportagem em: www.pmf.sc.gov.br
27/05	Das 10h às 17h	SEMINÁRIO TÉCNICO "Mata Atlântica"	Auditorio WRC Informações: 3371-7148 E-mail: adma@pmf.sc.gov.br
	09h	AÇÃO COMUNITÁRIA "Adoção e Parque"	Linha do Pêi - Acesso Norte Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
28/05	Das 14h às 18h	SEMINÁRIO "Resíduos sólidos"	Auditorio WRC Informações: 3333-0071 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
	14h	MUTIRÃO AGRICOLA "Projeto Várzea"	Agropecuária do CCA/WRC Informações: 3333-7000 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
29/05	09h	AÇÃO COMUNITÁRIA "Adoção e Parque"	Linha do Pêi - Acesso Sul Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
30/05	Das 10h às 16h	REABILITAÇÃO DO CAMPO DA UDEIA	Campo da Udeia - Trindade Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
31/05	Das 10h às 18h	Luz ao Parque	Parque da Luz Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
01/06	10h às 15h	FEIJO "Amor de Mãe Mãe"	CECA (Centro de Estudos e Cultura Ambiental) Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
02/06	Das 8h30 às 16h30	VIV SEMINÁRIO: ENFERMIA - UMBRA "Conhecimento, Responsabilidade e Integração"	Auditorio Milton Letti - UFRSC Inscrições: www.ambiental.ufsc.br E-mail: cultura.ambiental@ufsc.br
	Das 10h às 18h	VIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Energias Sustentáveis"	Platão da Assembleia Legislativa Inscrições: www.legislativa.floripa.br
03/06	Das 10h às 18h	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRAÇA	Praca da Trindade WRC Informações: 3333-5600 e 3333-6400 (Maratona) E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
	Das 10h às 17h	1ª ANIVERSÁRIO DA ILHEIRA DO RIO VERMELHO	Parque do Rio Vermelho Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
	Das 12h às 15h	BLITZ AMBIENTAL	Ilha da Trindade WRC Informações: 3333-0071 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
05/06	09h	FEIJO "Bela Vida e Povo"	Parque de Exposições Informações: 3333-5600 E-mail: flo@pmf.sc.gov.br
	14h	FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA CONTEMPORÂNEA - MÚLTIPLO DANÇA "Poderança, Amor, Amor, Amor (Flora)" e Ato Cultural Canto (Flora)	Parque de Exposições Informações: 3333-5600 ou 3333-6400 www.multiploflora.com.br

Programação completa, mais informações e atividades paralelas no site
www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram ou pelo telefone 3338-0021

Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/>

Apesar do limitado tempo, compareceu-se em inúmeras reuniões com a Floram para se arquitetar sobre o evento que contou também com a presença de outros interessados em participar da semana promovida.

Planejou-se em conjunto com a fundação municipal envolvida a realização de oficinas de educação ambiental como a de reciclagem de papel e exposições de temas convergentes a conscientização do meio ambiente.

Entrou-se logo em contato com os responsáveis pelo grafite realizado no primeiro evento e se propôs uma nova arte, em interação com outra antiga e em partes inacabada presente próxima do local do último grafite e que também convergissem ao tema proposto pela semana. Havia também no outro lado do parque um muro “chapiscado” em frente a um projeto de horta comunitária, promovida por moradores do entorno em um grupo da rede social Facebook, intitulado Horta Luz. Devido à falta de articulação limitada pelo tempo, não houve um parceiro como o “La Puta Calle Tattoo e Arte”²⁶ presente no primeiro ato, que apoiasse com latas de tinta spray para a arte urbana.

Para a semana coletaram-se mudas para se plantar de forma incremental a horta comunitária já iniciada como forma de promover jardins urbanos comestíveis em espaços públicos. No planejamento era desejado promover conhecimento básico sobre a implicação de espécies exóticas presentes no parque público e a ideia de que folhas não são lixo e sim dejetos orgânicos que podem ser reaproveitados no local e etc.

Também se entrou em contato com as bandas e escola de música presentes no último evento convidando-as a participar novamente assim como que a sugestão de outros possíveis músicos participantes para estar de forma agradável em um dia que se promove a cultura de utilização de parques públicos.

Conforme se confirmava o mínimo produto viável para o evento, não tardou para se criar o respectivo nas redes sociais.

²⁶ Comércio localizado na cidade de Florianópolis de materiais e produtos de arte urbana e tatuagem.

Figura 21 - Evento Luz ao Parque no Facebook (2015)



Fonte: Facebook

O mês de maio seguia agitado e o interesse de participação era grande. Foram tantos acontecimentos que chegava ao ponto de confundir se o rumo da ação não estava se perdendo. Houve preocupações quanto à descaracterização daquilo que era de fato Luz ao Parque.

A ação batizada de “Parcão” consistia em atentar para os tratos de animais de estimação abandonados e de forma a promover organizações locais, articulou-se com uma PetShop da região e com uma cuidadora de animais abandonados um modelo de negociação de ganha-ganha dos envolvidos para promover causa aos animais de estimação. O funcionamento da atividade se deu por meio da conscientização das pessoas, por meio de divulgações em rede social, sobre o trabalho da cuidadora parceira. Esta tinha em sua residência cães e gatos retirados da rua para adoção e necessitava que as pessoas adotassem ou ajudassem doando camas, cobertores, pacotes de ração (lacrados e dentro da validade), pacotes de petiscos, potes de ração e água para manter os animais em condições temporariamente decentes. Aqueles que ajudassem com a

doação desses artifícios ou com a ajuda de R\$ 5,00 estariam concorrendo a uma série de serviços que a Petshop parceira estaria disponibilizando em suas instalações.

Outras etapas que envolveram o planejamento foi a de articulação com outras ações que seguiam na mesma disciplina de projetos que originou a ideia como ponto de arrecadação e divulgação de suas causas.

Entrou-se em contato com a Cia do Lazer, empresa de locação de brinquedos infantis, que aberta à promoção das causas em questão de forma solidária confirmou fornecer brinquedos para a data.

Ainda nesta etapa de planejamento é válido ressaltar que houve reuniões com a associação para deixá-la a par do plano de comunicação que envolveu um grupo focal com questões chave estabelecidas pelo aluno de graduação em Administração da UFSC, Vitor Rodrigues Botega que também aplicaria questionários no dia do evento além daquilo que se proporia com o grupo da disciplina de laboratório de gestão que estabeleceu promover o cadastro da AAPLuz no Instituto Comunitário da Grande Florianópolis iCom, como forma de intensificar o ponto visto como chave para o vínculo de novos associados, a transparência.

4.2.3. Tomada de Ação

A associação fez-se presente institucionalmente, com a exposição de banners em pontos estratégicos, tal ato caracterizou as entradas do parque a fim de divulgar a existência do movimento de interesse na localidade do Parque da Luz.

Concomitante ao posicionamento de banners e informativos o dia iniciou com a montagem de uma variedade de brinquedos para entretenimento e lazer como um pula-pula e piscina de bolinhas para utilização das crianças no dia acompanhadas de seus responsáveis como forma de incentivo à sociabilidade urbana.

Figura 22 - Diversão e Lazer



Fonte: Arquivo Pessoal

De forma similar a tomada de ação do primeiro evento, marcou-se hora de encontro entre os atores voluntários assim como o local para se deixar os pertences e de fornecimento de água. A comunicação entre os voluntários se deu por meio da utilização de um grupo no aplicativo *Whatsapp*.

Buscou-se dar o máximo de apoio possível aos sujeitos interessados além de indicar locais estratégicos para se ocupar o parque de forma que induzisse o fluxo das pessoas entre as atividades e ações.

Os banheiros químicos, necessários para a boa experiência dos cidadãos, chegaram após as treze horas mediante pressão para se cumprir com o acordo verbal planejado nas reuniões com a instituição Estatal. Portanto houve atraso na infraestrutura básica para a realização do evento.

Atividades educativas como oficina de reciclagem para as crianças foram oferecidas pela Floram e também se expôs fotografias com a devida taxonomia de espécies locais, além de outros informes. Assim relacionaram-se conteúdos sobre sustentabilidade e biodiversidade pertinentes à semana de conscientização municipal do meio ambiente e ao momento global contemporâneo.

Figura 23 - Atividades e Exposições Municipais



Fonte: Arquivo Pessoal

Foi incentivada a utilização de transportes alternativos aos convencionais para a vinda ao parque na semana municipal de conscientização do meio ambiente.

Como forma de incentivar a estada das pessoas no local, café e alguns tipos de alimentos foram ofertados pelo grupo da Kombolo onde era possível perceber a permanência de pessoas em suas cadeiras e mesas posicionadas de maneira a se fazer um ponto de apoio convidativo aos que desejavam ficar mais a vontade.

Figura 24 - Integração e Permanência



Fonte: Arquivo Pessoal

É importante salientar que o evento se propunha a estimular a cultura de piquenique de forma que as pessoas se organizassem em rodas de amigos e confraternização e assim ser parte de uma solução mais benéfica, complexa e personalizada de uma boa experiência.

Com amplos espaços para se caminhar e dentro de distâncias razoáveis e linhas de visão desobstruídas, foi possível promover uma série atrações de maneira adequada e simples. Novamente com a articulação dos músicos presentes e com a utilização de *pallets* como base palco, se estendeu do ponto de luz disponibilizado o palco para apresentações musicais parceiras ao projeto.

Figura 25 - Encontro Musical (2015)



Fonte: Arquivo Pessoal

O parque pode ser considerado como local de encontro para todas as idades e públicos de forma que favoreça o diálogo e troca de experiências, assim como a convivência e tolerância que evidencia o processo democrático.

Figura 26 - Público Plural



Fonte: Arquivo Pessoal

Durante a tarde houve uma movimentação na horta comunitária do parque. Mudanças foram trazidas e doadas, e as ferramentas para auxiliar na manutenção de um dos canteiros foram disponibilizadas por um condomínio das proximidades que colabora e apoia com pagamento mensal à associação dos amigos do parque. Os voluntários manifestaram interesse de participar destas atividades que envolviam a natureza. Mudanças e sementes foram plantadas com técnicas baseadas em princípios e técnicas de permacultura²⁷.

Figura 27 - Movimento Hortas Urbanas Comunitárias



Fonte: Arquivo Pessoal

A vizinhança que possui animais de estimação, predominantemente aqueles que possuem cachorros, faz parte do público que frequentemente está no parque em todos os dias da semana. Para o entretenimento daqueles que apreciam animais de estimação, realizado pela polícia militar e seus cães, houve uma apresentação de habilidades acrobáticas e obediência.

²⁷ Sistema criado pelo australiano Bill Mollison de criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza na década de 1970.

Figura 28 - Apresentação de Cães



Fonte: Arquivo Pessoal

Nesta mesma ideia de promover interação e cooperação de causas se expôs como forma de divulgação, cães advindos das ruas por diversas consequências, porém já aos cuidados de uma ativista da região que como estilo de vida se dedica há anos a tutela de animais abandonados. Para tal foram trazidos informes sobre a história daqueles sob seus cuidados e já castrados e vacinados conforme se apresenta na figura a seguir.

Figura 29 - "Parcão"



Fonte: Arquivo Pessoal

Diversas exposições de arte compuseram o *layout* do parque, dando vida às passagens dentre os caminhos formados através do posicionamento de varais entre as árvores e dando caráter mais especial ao dia ao passo que se deparava com a pluralidade de expressões.

Figura 30 - Exposições de Arte Local



Fonte: Arquivo Pessoal

As bandas convidadas compuseram as experiências que marcaram o dia de forma intangível e materializado sob as lentes de fotógrafos convidados a registrarem as atividades desta data.

Figura 31 - Encontro Musical (2015)



Fonte: Arquivo Pessoal

O dia, devido à estação de inverno, escureceu mais cedo que o horário esperado, marcando assim o final do evento. Após encerramento desmontaram-se as estruturas com a ajuda dos voluntários.

4.2.4. Avaliação

A crise vivida pela organização da sociedade civil em questão é silenciosa. O fato do Parque da Luz estar estabilizado hoje com AVL traz um período de relativa estabilidade institucional e assim como já colocado, é na instabilidade que se costuma voltar as atenções e dar força as manifestações civis. Assim, na medida em que não se tem motivos aparentes de preocupação, uma corrosão lenta e sutil vai se estabelecendo nas estruturas organizacionais e nos mecanismos de participação cívica que sustentam grupos de ativismo político como a AAPLuz (BOBBIO, 2007; SANTOS 2014).

A tomada de ação referente ao presente momento de pesquisa considerou a relevante a dissolução do poderio associativo que já representou a união de toda uma comunidade na construção do ambiente empírico Parque da Luz. Enxergou-se em todo o processo compreendido entre ambos os ciclos de pesquisa ação que a solução mais plausível para o parque e para a própria associação esta pautada no agir coletivo.

O conceito de democraticidade sustenta a ideia de desenvolvimento de projetos junto à comunidade por meio da participação ativa dos cidadãos na construção de soluções à sociedade (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011). A ação democrática é política muito se dá por meio da empatia e do senso de pertencimento do cidadão ao que se defende (BORDENAVE, 1989).

As premissas de participação democrática deram origem ao que foi tomado como axioma de direcionamento de ação neste segundo momento. Tal como afirma Putnam (2002), viu-se nos sistemas de participação cívica uma forma essencial do fortalecimento de vínculos entre a comunidade, de forma que quanto maior o desenvolvimento deste sistema, maior será a probabilidade de seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício do coletivo.

Que fique clara a indagação da geração de benefício mútuo ligado à utilização do Parque da Luz. Aqui, como já colocado anteriormente, pressupõe-se a importância de espaços sociais que deem a população oportunidades de integração com o meio em harmonia com a expressão de suas individualidades gerando relações de mútuos ganhos (MITSHCERLICH, 1972; RAMOS, 1989). O trabalho assim se dispõe devido a idealização do ambiente do Parque da Luz como campo de proliferação destes tipos de sistemas de relacionamento.

Feitas as devidas reflexões, agora se adentra aos pontos mais tangíveis correlacionados ao processo prático da pesquisa participativa realizada. Aproveitando a

brecha sobre a natureza do estudo, fala-se na sequência de um reflexo consequente do da espiral inicial do trabalho.

Ao anunciar entre os participantes do primeiro tempo de projeto o objetivo de realizar mais uma edição de Luz ao Parque, grande parte das redes de relacionamento, fundamentais em uma primeira instância, manifestaram vontade de colaborar novamente. De certa forma, o estoque de capital social resultante foi cumulativo e resultante do sucesso nos trabalhos e relacionamentos corroborando a perspectiva de Putnam (2002).

Além da participação garantida dos coletivos de arte, bandas e forte apoio da associação, novos interessados na colaboração surgiram não só para participação da execução do evento como também no reforço direto aos problemas da associação, como o caso referente ao plano de comunicação integrada²⁸ e a apresentação da ferramenta de transparência financeira e divulgação de causa sociais, apresentada pelos alunos de disciplina do professor orientador. Ainda sobre a o surgimentos de novos entrantes, tiveram de haver algumas adequações no que se concebia como Luz ao Parque.

Organizações voluntárias formalizadas para o cumprimento de objetivos iniciais são capazes de se adequar espontaneamente para o desempenho de novas funções (COLEMAN, 1989). Os fins almejados pelos potenciais novos participantes eram diversificados e trouxeram alguns questionamentos importantes na nova definição entono de prescrições à participação.

Muitos comerciantes locais do grupo Viva Cidade²⁹ manifestaram interesse em montar suas feiras durante o evento do dia trinta e um de maio. O receio a descaracterização das ações frente aos entrantes de mercado gerou discussões entre os pesquisadores sobre as possíveis implicâncias. A conclusão que se chegou é de que os comerciantes estariam expressando seus interesses de forma proveitos, pois contribuíram para uma maior ocupação do espaço. Além disso, o fato de estarem presentes não envolveu transações financeiras ou qualquer tipo de responsabilidades maiores por parte dos organizadores. Portanto, definiu-se assim a abertura de minimizar ainda mais as barreiras e imposições, dando espaço para ação de mais um enclave dentro do ambiente de Luz ao Parque.

²⁸ Para consulta: BOTEGA, Vitor Rodrigues. **Plano de Comunicação integrada para a Associação dos Amigos do Parque da Luz**. 2015. 117 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Sócioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

²⁹ Grupo de comercio de feirantes da cidade de Florianópolis.

A redução da ideia de controle trouxe maior autonomia na para colaboração participativa dos interessados. Na realização do “Parcão”, a exemplo, houve envolvimento dos pesquisadores apenas para a apresentação da proposta da atividade a dona de uma *Petshop* das imediações do parque. Todo o resto da execução da atividade ficou encarregado sua própria responsabilidade, desde o encontro da cuidadora ajuda a montagem do seu espaço no dia do evento.

Para o dia de Luz ao Parque, horizontalizar a gestão das partes dando maior autonomia e poder de ação aos agentes foi uma opção importante na execução par aa realização do segundo evento. A divulgação nas redes sociais e os avisos deixados na vizinhança foram altamente proveitosos e renderam novos ajudantes.

Vale ressaltar a participação totalmente voluntária de um vizinho das imediações do parque, que cedeu contato da escola de música que colaborou no segundo momento. A primeira escola que havia colaborado em um momento inicial teve problemas próximos a data de trinta e um de maio, fazendo com que o contato e indicação cedida sobre o projeto realizado no Parque da Luz à nova escola, fizessem-nos colaborar. O auxílio funcionou a exato mesmo padrão do primeiro momento. Outro cidadão apoiador das causas do parque e morador da região, também terá sua pro-atividade relatada. A participação dos cães da polícia em uma apresentação foi ideia sua, pelo fato de frequentar e ter conhecimento do grupo de pessoas que levam cães ao parque. Sobre a participação direta na gestão da atividade, os pesquisadores apenas mantiveram contato prévio para saber se aconteceria ou não a apresentação. As ações executadas por ambos transformam-nos em protagonistas de relações favoráveis a coletividade, principalmente dos arredores de suas próprias residências. O fato do agir em favor das proximidades é altamente positivo, pois de acordo com Santos (2014) a cidadania pode se expressar de maneira mais efetiva na esfera local, onde o eco de cada ato pode ser percebido com maior facilidade na estrutura social.

Passando a uma breve avaliação sobre atuação dos coletivos de grafite, o fato de não se ter conseguido as latas de *spray* como da primeira vez, não resultou na falha da atividade. Embora realizados em menor escala os grafites foram realizados em dois cantos diferentes do parque.

Um dos locais de escolha foi um muro, que assim como o do primeiro evento, divide o terreno do parque e dos condomínios, porém mais próximo de uma das entradas do lugar. Segue figura:

Figura 32 - Arte Coletiva (2015)



Fonte: Arquivo Pessoal

Já o segundo grupo de artes foi deixado em frente à horta feita pela comunidade no local. O muro, limite entre parque e um estabelecimento da Floram, foi confeccionado durante o mesmo instante em que aconteceu uma das atividades que envolveram a participação voluntária.

Figura 33 - Arte Coletiva para Horta Luz



Fonte: Arquivo Pessoal

Segundo os relatos dos membros da associação e do próprio jardineiro do parque, muitas pessoas criaram vínculos com o local devido ao plantio, seja de mudas, temperos e/ou árvores. O fato de ser sabida a intervenção cotidiana de um grupo organizado, de certa forma reforçou a importância da ação ao ato de frequentar.

De acordo com André e Abreu (2006, p.128) “a formação e enraizamento da cultura pode incutir a ideia do bem público e comum além de promover a criatividade em causas e ideias prévias”. A criação de possíveis vínculos como o do plantio da horta, ou da apreciação da arte tanto por parte de quem executou quanto de apreciadores, são formas de se procurar trazer as pessoas ao parque. Em outras palavras, criar de certa forma, a cultura de se visitar aquilo que se faz.

A divulgação por mídia digital e na ocupação do dia de Luz ao Parque à dois trabalhos da turma de projetos da UFSC foi também importante. Não pela representação nos resultados obtidos por estar no evento, mas por dar abertura à nova visão de Luz ao parque como um agente, capaz de facilitar o desenvolvimento de iniciativas livremente gerada pelos indivíduos, em que se busca um nível mínimo de regulação para não descaracterização total do trabalho (RAMOS, 1989). Luz ao parque assim se caracterizou como produto de inovação social, que se utilizou da construção do capital social local para propiciar ambientes criativos, onde a democraticidade se deu no desenvolver projetos juntos a comunidade por meio da participação ativa dos cidadãos, que contribuem para a difusão e a perpetuação da ideia, alimentando novas soluções sociais (ANDRÉ; ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011).

Um dos resultados mais importantes, se não o de maior relevância, foi a participação da semana municipal de conscientização do meio ambiente, realizada pela Floram. Desde a primeira reunião participada até nos momentos de divulgação do calendário de eventos, o grupo de pesquisadores representou a AAPLuz na realização de Luz ao Parque. A semana foi divulgada em meios de comunicação local, como rádio e televisão, além de estar presente em espaços de propaganda da cidade.

Os papéis desempenhados foram concisos a definição de Andion e Serva (2004) sobre uma visão positiva de relacionamento entre as esferas sociais. O Estado, representado pela Floram forneceu todas as autorizações necessárias, banheiros químicos e além da participação com uma oficina educativa sobre meio ambiente fazer boa divulgação sobre o trabalho que seria realizado no parque. A sociedade civil, na ocasião representada pelos pesquisadores, organizou a intervenção a sua maneira, trabalhando nas articulações com agentes para efetuar o planejado. Por último, o

privado doou o aluguel dos brinquedos infantis para data com a empresa de recreação e cedeu aparelhos de som e uma apresentação de músicos com a escola de música. Os delineamentos configuraram uma linha de contatos e de apoio pronta entre privado, estado e sociedade civil que aguarda pela formalização de mais edições de Luz ao Parque para participar. Estes foram os acontecimentos e resultados do último momento da presente pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como estratégia metodológica a ferramenta de pesquisa-ação, o presente estudo objetivou evidenciar quais os resultados provenientes da participação por meio de laços colaborativos gerados pela ação "Luz ao Parque" para o ambiente empírico Parque da Luz. Durante o universo temporal abrangente à monografia, os pesquisadores inseriram-se em meio a todas as instâncias de alcance para compreensão dos fatores de influência fundamentais no que diz respeito às condições encontradas no espaço atualmente.

Por meio do processo de observação do contexto prático, foram extraídos os insumos necessários, que com auxílio de revisão teórica, sustentaram as intervenções durante e constatações durante toda a pesquisa. A aproximação com a AAPLuz foi fundamental no entendimento do cenário e, conseqüentemente, serviu de base para a definição da tomada de ações retratada. A realização dos eventos intitulados "Luz ao Parque" consiste na forma de manifestação escolhida na pesquisa frente ao conjunto de problemas percebidos, fundamentada de acordo com um referencial teórico constituído por autores estudados no curso de Administração e de vivências e práticas no campo das organizações da sociedade civil.

No que tange a organização das atividades propostas durante todo o processo de pesquisa, as aptidões como gestores adquiridas durante a formação acadêmica foram de extrema importância para a concretização dos feitos aqui registrados. Ademais, a própria natureza de atuação dessa pesquisa serve como uma provocação saudável àquilo que muitos consideram como atribuições em administração. Instiga-se a reflexão crítica neste sentido, tendo vistas à complexidade sistêmica da qual o administrador ganha poder de compreensão, de forma que a maior exclamação aqui se coloca a partir possibilidade de transpor as barreiras de atuação, que usualmente são interpretadas exclusivamente sobre parâmetros mercadológicos. Que fique claro, assim como Guerreiro Ramos (1989) coloca, que este não foi um estudo anti mercado, ou melhor, dizendo, que desconsidere a relevância do âmbito mercantil para tantas partes do corpo social. O ponto fundamental está sustentado na ideia de expressar a crença de que uma nova era de convivência está a nosso alcance e que nela as relações entre os semelhantes sejam vistas além do interesse financeiro, prezando benfeitorias mais expressivas de retorno a comunidade e do próprio planeta.

É nestes aspectos que o estudo em questão concretiza seus resultados de maneira ampla além do almejado em um primeiro momento de pesquisa. Tal qual constatações dos teóricos da metodologia de pesquisa-ação colocam, faz-se verdadeira a constatação de que a dinâmica que se dispõe por meio do paralelismo entre teoria e prática levam o pesquisador e ambiente empírico a situações que fogem da zona de previsibilidade (BARBIER, 1985; SAUNDERS; LEWIS, THORNHILL, 2006; THIOLENT, 1996; TRIPP, 2005; VERGARA, 2012).

Sendo assim, além das intervenções nos muros, na horta comunitária, da participação de outros trabalhos acadêmicos fora deste e todos os outros acontecimentos ressaltados como resultado deve-se considerar o novo contexto estabelecido no Parque da Luz. Trabalhou-se a favor de uma visão positiva a favor do relacionamento colaborativo entre ações organizadas e interesses da sociedade civil, Estado e mercado (ANDION; SERVA, 2004), visando salientar as particularidades provenientes da ação civil organizada e a utilização coerente entre mercado e Estado na concretização das benfeitorias. As conjunturas que de certa forma já vinham se afinando, ganharam força no decorrer da pesquisa aplicada.

A AAPLuz hoje passa por um momento de reaproximação com a instituição estatal FLORAM, responsável pela manutenção dos espaços verde de Florianópolis. Durante muito tempo, a relação entre ambos foi percebida como tortuosa, de forma que a própria Associação realizava praticamente todos os serviços relativos à manutenção do parque. A conjuntura caracterizava os pontos destacados por Dagnino (2004) no qual a sociedade civil toma lugar das atribuições que a princípio, seriam dever do Estado resolver. Em tempos atuais, estão sendo articulados novos projetos de remanejamento florestal e manutenções mínimas que envolve a competência de ambas as organizações para sua realização. A conquista mais expressiva para o grupo de agentes do Parque da Luz no presente momento foi o espaço cedido pela própria FLORAM para a ocupação por parte da Associação, na única casa existente no perímetro do parque. Embora hajam outros fatores relacionados à conquista, é válido colocar que esta veio após a parceria feita em nome da AAPLuz com a FLORAM pelo projeto Luz ao Parque para a realização do dia 31 de maio de 2015.

Partindo em direção as considerações atinentes a problemática de estudo, afirma-se que no curto espaço temporal utilizado não foi possível solucionar todos os infortúnios que envolvem Parque e região. Não se atribui insucesso neste aspecto, pois assim como Tripp (2005) ressalta a complexidade do que se dispõe torna inviável uma

resolução definitiva em ações de curto prazo. De tal forma, a brecha deixada deve ser vista como uma oportunidade e não como falha, já que outros estudos, ações, ou ambos concomitantemente que possam ser realizados em prol de resultados ainda mais efetivos em relação aos grupos participantes.

Durante os dois ciclos de pesquisa-ação foi possível constatar que o modelo de trabalho fundamentando principalmente nas premissas de redução máxima da utilização de recursos e utilização e ampliação do capital social transcendeu as obrigações primeiras de uma disciplina acadêmica. O trabalho compôs um ambiente misto entre fenonomia e isonomia, aliado as propostas de cunho político não institucional, que envolvem principalmente, participação e democratização dos espaços gerou adesão de pessoas e organizações de fins diversos. Formou-se uma rede de colaboradores participantes interessados na promoção de mais dias como os dois destacados em pesquisa, que vislumbraram, junto da equipe de pesquisa, a chance de se atingir resultados de relevância para o coletivo que vão além do ganho financeiro. Sendo assim, um ponto fundamental a ser reconhecido foi o entendimento de que o projeto “Luz ao Parque” não resolveu definitivamente um problema, e sim, apresentou formas de como se remediar a situação contextual empírica.

A ação desenvolvida neste trabalho é vista no final do período decorrente como contínua. Assim, tendo concluído o que se dispôs nesta pesquisa, “Luz ao Parque” deixa de ser uma ação de materialização esporádica e de fim acadêmico temporariamente, para passar à âmbito totalmente prático de atuação. O que se dará por intermédio do estudo aqui disposto, será a tentativa de elaborar junto da AAPLuz e todos os possíveis interessados, uma agenda positiva para as intermediações do Parque da Luz que envolvam lazer, cultura e cidadania acima de tudo.

O organização intitulada “Luz ao Parque” se configura no contexto próximo como inovação social, que por intermédio da utilização e promoção do capital social da rede de participantes e interessados, viabilizará intervenções positivas no que diz respeito a utilização de espaços públicos. Buscar-se-á estabilidade financeira no intuito primordial de sustentar os meios necessários para a realização de ações que incentivem principalmente a participação da população, além de tentativa de associar toda e qualquer esfera interessada possível, seja ela privada, civil ou estatal. A pretensão primeira do modelo que se propõe consiste em incentivar uma mudança consciente da cultura, a favor de maior confiabilidade entre os sujeitos para permitir a disseminação de expressões plurais com retornos econômicos de sentido ampliado (ANDION;

SERVA, 2004; BORDENAVE, 1983; COLEMAN, 1989; PUTNAM, 2002; RAMOS, 1989; SANTOS, 2014; SEN; KLIKSBERG, 2010).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese**: uma abordagem simples, pratica e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antonio David et al (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 49-54.
- ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Cayapa: Revista Venezuelana de Economia Social**, Universidad de Los Andes, Venezuela, v. 4, n. 7, p.7-24, 2004. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=62240702>. Acesso em: 5 out. 2015.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e Espaços da Inovação Social. **Finisterra**, Lisboa, v. 81, p.121-141, 2006.
- ARGYRIS, Chris; PUTNAM, Robert; SMITH, Diana Mclain. **Action Science**: Concepts, methods and skills for research and intervention. 2. ed. San Francisco: London, 1987.
- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE DA LUZ. **Estatutos da Associação dos Amigos do Parque da Luz**. Florianópolis, 1986.
- AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de Políticas Públicas: o resgate de uma possibilidade. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v.2, n.1 (2), p.20-32, 2004.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Tradução de: Estela dos Santos Abreu e Maria Wanda Maul de Andrade.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar Editor, 2000. Tradução: Marcus Penchel.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p.3-14, 2011. Mensal.
- BIROCHI, Renê. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. UFSC, Florianópolis, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Tradução de: Marco Aurélio Nogueira.
- BOTEGA, Vitor Rodrigues. **Plano de Comunicação integrada para a Associação dos Amigos do Parque da Luz**. 2015. 117 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Sócioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRASIL (Florianópolis). Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014. **Institui O Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis Que Dispõe Sobre A Política de Desenvolvimento Urbano, O Plano de Uso e Ocupação, Os Instrumentos Urbanísticos e O Sistema de Gestão.**

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 94, p.95-120, 1988.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?. In: LOZADA, Mireya et al. **Políticas de Ciudadnia y Sociedad Civil entiempos de globalizacion**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DRAYTON, Bill. Growing Up: The new paradigm and the jujitsu of introducing a new mindset IN: _____.; WELLS, Dianna. **LEADING SOCIAL ENTREPRENEURS**. Arlington, USA: Ashoka Innovation For The Public, 01 dez. 2013.

ETKIN, Jorge. **Capital Social y Valores en la Organización Sustentable**: El deber ser, poder hacer y la voluntad creativa. Buenos Aires: Granica, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Florianópolis: Vozes, [199?].

HINTZE, Susana. Capital Social. In: CATTANI, Antonio David et al (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 49-54.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009. Tradução de: Carlos S. Mendes Rosa.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2010.

MARINGONI, Suzana Martins. **Lendas do saber**: Permacultura e histórias: cuidando da Terra e das pessoas. Florianópolis: Insular, 2008.

MARTINS, Elaine (Org.). **Parque da Luz**: espaço em movimento. Florianópolis: Insular, 2013.

- MARTINS, Paulo Henrique. Cidadania. In: CATTANI, Antonio David et al (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 49-54.
- MITSCHERLICH, Alexander. **A cidade do Futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972. (Estudos Alemães). Tradução de: Idalina Azevedo da Silva.
- NAVES, Marisa Lomônaco de Paula. **Sala Ambiente Metodologia do Trabalho Científico**. Pernambuco. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpe/file.php/1/coord_ped/sala_4/pdf/Metodologia-do-Trabalho-Cientifico.pdf. Acesso em: 10 agosto. 2015.
- PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Proposta de Modelos para a Coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação. **Enanpad**. Rio de Janeiro, p. 1-17. set. 2010.
- SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Socioeconomia**: Solidariedade, Economia Social e as Organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.
- SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research methods for business students**. 5.ed. England: Pitman Publishing, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2004.
- SEN, Amartya Kumar; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Schwarcz, 2010.
- SILVA, Rosiméri Jorge da. Parque da Luz: fazer pequeno, forte e enraizador. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2007. Tradução de: Tomaz Tadeu.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez, 1996.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set./dez. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cartaz feito pela estudante de Design da UFSC, Mariana Cordeiro.



ANEXOS

ANEXO A - Autorização Fonte Sonora - 06/12/2015



Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Rua Conselheiro Mafra, 656 – 8º andar CEP 88010-914 Centro Fone: (48) 3251 6964 CGC 00.909.972/0001-01

AUTORIZAÇÃO Nº 313/2014 – DESON

Requerente:	Universidade Federal de Santa Catarina	
Assunto:	Autorização para liberação da fonte sonora para o evento "Luz ao Parque"	
Localização:	Parque da Luz - Centro.	
Validade:	06 de dezembro de 2014.	Horário: 14:00 h às 18:00 h.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM, com base no Art. 4º, inciso XIX, da Lei 4645/96 e Lei Complementar 003/99, autoriza a liberação da fonte sonora para a realização do evento "Luz ao Parque", a ser realizado no Parque da Luz - Centro, somente **no dia 06 de dezembro de 2014**, sob responsabilidade do requerente legal, Sr. Lucas Bresolin de Oliveira, desde que respeitadas as seguintes recomendações:

- Conforme Pré-consulta de Viabilidade, Plano Diretor de Florianópolis – Lei Complementar 482/14, o zoneamento do local do evento é AVL – Área Verde de Lazer; de acordo com a Lei Complementar CMF nº 003/99 Anexo 01, Tabela 01, deverá ser atendido os limites máximos de ruídos permissíveis para o **período diurno**, compreendido das 07h às 19h é de **60 dB(A)**.
- **Fica ciente o requerente que qualquer desobediência ao limite permitido, estará sujeito a penalidades legais (administrativa, civil e penal).**
- Esta Autorização libera o funcionamento **apenas da fonte sonora**, sendo necessárias outras Autorizações de outros Órgãos para liberação total do evento;
- Todo lixo produzido durante a realização do evento deve ser recolhido e acondicionado de forma e em local adequado;
- Não é permitido o estacionamento de veículos automotores sobre passeios de pedestres, canteiros de áreas verdes e áreas de preservação permanentes;
- Qualquer dano ao meio ambiente natural no local e no entorno é de inteira responsabilidade dos organizadores do evento, condicionando-se o bom uso para outras oportunidades.

Florianópolis, 06 de novembro de 2014.



Volnei Carlin

Superintendente da FLORAM

Esta Autorização não dispensa nem substitui outras Autorizações, Licenças ou Alvarás requeridos pela legislação Municipal, Estadual e/ou Federal.

/KNF

ANEXO B - Autorização Fonte Sonora - 06/12/2015 - 2ª página

	Prefeitura Municipal de Florianópolis Sistema de Gestão de Processos Digitais Comprovante de Cadastro de Processo físico	03/11/2014 - 11:55
		Página: 1 de 1

Dados do Processo

Órgão: PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
Processo: E 066607/2014
Data de entrada: 03/11/2014 às 11:55
Setor de abertura: SMR/DR/GR/UNICENT - Secretaria Municipal da Receita/Diretoria de Relacionamento/
Gerência de Relacionamento/Unidade Central Dib Cherem
Setor Responsável:
Cadastrado por: Taynara Marques

Dados do Requerente Principal

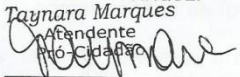
CNPJ: 83.899.526/0001-82
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
E-mail: ricardo@reitoria.ufsc.br
Telefone: Residencial: 4999002474 Comercial: 3721-4078 Celular: 96393171
Endereço: LOC CAMPUS UNIVERSITARIO Número: 0
Complemento: CAMPUS UFSC Bairro: TRINDADE
Cidade: Florianópolis Cep: 88040900
Estado: Santa Catarina

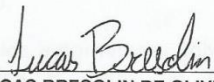
Solicitante

CPF: 004.448.629-43
Nome: LUCAS BRESOLIN DE OLIVEIRA
E-mail: lucasbresolin2@gmail.com
Telefone: Residencial: Comercial: Celular: 99272035

Súmula

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA USO DE FONTE SONORA EM ÁREAS PÚB. OU PRIV.
Súmula: SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA USO DE FONTE SONORA EM ÁREAS PÚB. OU PRIV
. NO PARQUE DA LUZ (CABECEIRA DA PONTE) ,ALTO DA FELIPE SCHIMDT ,DAS
14:00 AS 18:00 HRS ,DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2014,COM O EVENTO LUZ AO
PARQUE.



Taynara Marques
Atendente
Rio-Cidade


LUCAS BRESOLIN DE OLIVEIRA

A apresentação do protocolo original na retirada do processo é obrigatória.
Para consultar o processo via internet, acesse o seguinte endereço: <http://portal.pmf.sc.gov.br/servicos/processos>

Prefeitura Municipal de Florianópolis - Impresso em 03/11/2014 11:24:28

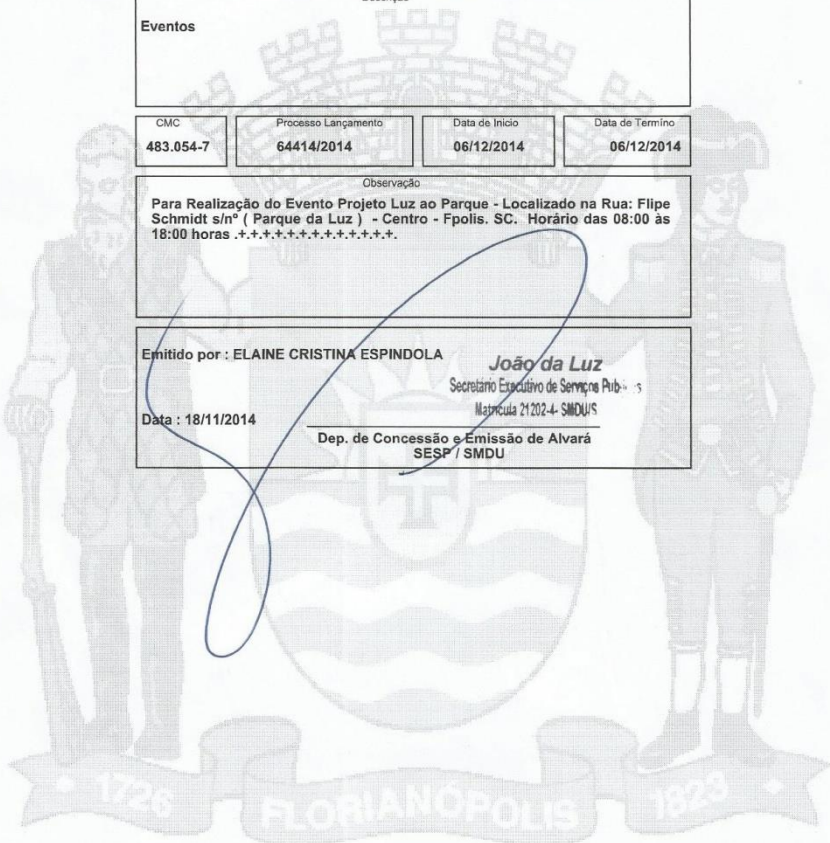
ANEXO C - Evento Luz ao Parque - 06/12/2014



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Serviços Públicos
Alvará de Licença


SESP.PMF@gmail.
com.

Nome / Razão Social			
JONATHAN BARTIE			
Endereço			
RUA FELIPE SCHMIDT SN			
Atividade(s) Descrição			
Eventos			
CMC	Processo Lançamento	Data de Início	Data de Término
483.054-7	64414/2014	06/12/2014	06/12/2014
Observação			
Para Realização do Evento Projeto Luz ao Parque - Localizado na Rua: Flípe Schmidt s/nº (Parque da Luz) - Centro - Fpolis. SC. Horário das 08:00 às 18:00 horas .+..+..+..+..+..+..+..+..+.			
Emitido por : ELAINE CRISTINA ESPINDOLA		João da Luz Secretário Executivo de Serviços Públicos Matrícula 21202-4- SMDU/S	
Data : 18/11/2014		Dep. de Concessão e Emissão de Alvará SESP / SMDU	



(c)PMF SMF - Impresso : 18/11/2014 17:20:27

ANEXO D - Recibo Doação à Casa da Criança

	Casa da Criança MORRO DA PENITENCIÁRIA	Rua Álvaro Ramos, 320 Serv. Casa da Criança Cep 88036-032 Trindade - Florianópolis - SC Fone/Fax: (48) 3333-0257	RECIBO
Utilidade Pública Federal Port. MJ 1097 - 19/09/02, Estadual Lei nº 8.372 - 11/10/91 e Lei Municipal nº 3608 - 05/09/91 CNPJ 81.617.789/0001-26			Nº 859
Recebi(emos de <u>QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS</u> a importância supra de <u>PROJETO LUZ AO PARQUE.</u>			R\$ <u># 422,00#</u>
Proveniente de <u>DOAÇÃO</u>			
Florianópolis, <u>16</u> de <u>DEZEMBRO</u> de 20 <u>14</u> <u>Paulo Fernando Faria</u> Assinatura			

ANEXO E - Declaração - Laboratório De Gestão: Organizações Da Sociedade Civil



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico – CSE
Curso de Administração – CAD

DECLARAÇÃO

Florianópolis, 10 de abril de 2015.

Declaro para os devidos fins que os estudantes do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abaixo relacionados estão elaborando um trabalho de pesquisa e extensão, sob a minha orientação, com finalidade acadêmica, sem fins lucrativos ou comerciais de qualquer natureza, na disciplina “LABORATÓRIO DE GESTÃO: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL” (CAD-7303):

- 1 –Fernando Gregatti Neto, CPF nº038.7399.81-06, RG nº 6754.103, matrícula 12201047.
- 2 – Pâmella Drumm Costa, CPF nº 027.329.850-07, RG nº 210.9852.414, matrícula 12203778.
- 3 –Rafael Pereira Guimarães, CPF nº 220.665.658-22, RG nº 402.464.39-04, matrícula 12201074.
- 4 –Thomas Torquato Gomes, CPF nº 087.368.369-23, RG nº 500.0372, matrícula 12201082.

O trabalho tem como objetivo principal observar as práticas de gestão social da Organização: **Projeto Luz ao Parque** e analisar como essa organização desenvolve suas práticas de economia solidária e/ou inovação social frente às comunidades e instituições que atende.

Todos os nomes dos indivíduos/atores da organização analisada serão substituídos por nomes fictícios, com a finalidade de preservação do sigilo, caso seja solicitado.

Os resultados finais do trabalho realizado, constituído no formato de “caso de ensino” serão entregues posteriormente para a sua Organização, assim como serão divulgados exclusivamente no âmbito acadêmico e de pesquisa.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Professor Dr. Renê Birochi
Orientador
Telefone: (48) 3721-3826

ANEXO F - Evento Luz ao Parque - 31/05/2015

**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SMDU
Secretaria Executiva de Serviços Públicos - SESPSOLICITANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
OFÍCIO nº: 886/2015**RECEBIDO**Nº 10274
21 / 05 / 2015**AUTORIZAÇÃO N.º 068/SESP/2015**

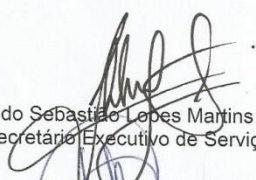
Autorizamos a Fundação Municipal do Meio Ambiente, inscrita no CNPJ: 00.909.972/0001-01, com sede na Rua Felipe Schmidt, 1320 – Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado através da Diretoria Geral da FLORAM Fernanda da Silva, a utilizar o espaço público localizado no Parque da Luz, no dia 31 de maio de 2015 (domingo) das 10 horas às 18 horas, em parceria com a Associação Amigos do Parque da Luz para a realização do evento “Luz ao Parque”.

Fica condicionada a autorização da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM para a liberação do Departamento de Controle de Emissão Sonora e/ou Departamento de Licenciamento Ambiental.

A montagem e desmontagem de palco e tendas fica condicionada a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. Assinada com engenheiro responsável.

Esta autorização é emitida em caráter precário, podendo ser cancelada a critério desta Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

Florianópolis, 13 de maio de 2015.


Aldo Sebastião Lopes Martins
Secretário Executivo de Serviços Públicos
Jucélio Miguel dos Santos
Diretor de Serviços Públicos

ANEXO G - Autorização Fonte Sonora - 31/05/2015



Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Rua Felipe Schmidt, 1320 – 4º andar CEP 88010-002 Centro Fone: (48) 3251 4982 CGC 00.909.972/0001-01

AUTORIZAÇÃO Nº 157/2015 – DESON

Requerente:	FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Assunto:	Autorização para liberação da fonte sonora para o evento "Luz ao Parque"
Localização:	Parque da Luz - Centro.
Validade:	31 de maio de 2015. Horário: 10:00hs as 18:00hs.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM, com base no Art. 4º, inciso XIX, da Lei 4645/96 e Lei Complementar 003/99, autoriza a liberação da fonte sonora para a realização do evento "Luz ao Parque", a ser realizado no Parque da Luz - Centro, somente **no dia 31 de maio de 2015**, sob responsabilidade do requerente legal, Sr. Antônio Carlos Simas, desde que respeitadas as seguintes recomendações:

- Conforme Pré-consulta de Viabilidade, Plano Diretor de Florianópolis – Lei Complementar 482/14, o zoneamento do local do evento é AVL – Área Verde de Lazer; de acordo com a Lei Complementar CMF nº 003/99 Anexo 01, Tabela 01, deverá ser atendido os limites máximos de ruídos permissíveis para o **período diurno**, compreendido das 07h as 19h é de **60 dB(A)**.
- **Fica ciente o requerente que qualquer desobediência ao limite permitido, estará sujeito a penalidades legais (administrativa, civil e penal).**
- Esta Autorização libera o funcionamento **apenas da fonte sonora**, sendo necessárias outras Autorizações de outros Órgãos para liberação total do evento;
- Todo lixo produzido durante a realização do evento deve ser recolhido e acondicionado de forma e em local adequado;
- Não é permitido o estacionamento de veículos automotores sobre passeios de pedestres, canteiros de áreas verdes e áreas de preservação permanentes;
- Qualquer dano ao meio ambiente natural no local e no entorno é de inteira responsabilidade dos organizadores do evento, condicionando-se o bom uso para outras oportunidades.

Florianópolis, 04 de maio de 2015.

Fernanda da Silva
Diretora Geral da FLORAM

Bruno Augusto Silva Palha
Diretor de Fiscalização

Esta Autorização não dispensa nem substitui outras Autorizações, Licenças ou Alvarás requeridos pela legislação Municipal, Estadual e/ou Federal.

/KNF

ANEXO H - Autorização Fonte Sonora - 31/05/2015 - 2ª página

**Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis**

Rua: Felipe Schmidt, 1320, 4º andar, CEP 88010-002, Centro. Fone/FAX: (48) 3251-6964
CGC 00.909.972/0001-01

FOLHA DE ROTINA

REQUERENTE:

PROCESSO Nº:

Senhor Diretor;

Em análise a solicitação de autorização para uso de fonte sonora para o evento "Luz ao Parque", a ser realizado no dia 31 de maio de 2015, das 10:00 horas as 18:00 horas, no Parque da Luz - Centro.

Temos a informar que trata-se de um evento esporádico. E não havendo registro de reclamação deste evento em nossos arquivos, sugiro o deferimento.

Destacando ainda que caso haja reclamações proveniente do evento em questão, o responsável pelo evento estará sujeito a penalidades administrativas.

É a manifestação.

Florianópolis, 04 de maio de 2015.

Adriana Teixeira
Chefe do Departamento de
Controle de Emissões Sonoras

Kiani da Natividade Francisco
Estagiária